



Texto
para
Discussã**O**

42

Agricultura familiar:
é preciso mudar para avançar

*Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento*

Texto para Discussão 42

Agricultura familiar:
é preciso mudar para avançar

Zander Navarro
Maria Thereza Macedo Pedrosa

Embrapa Informação Tecnológica
Brasília, DF
2011

Exemplares desta publicação
podem ser solicitados na:

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento (DPD)

Parque Estação Biológica (PqEB)

Av. W3 Norte (final)

CEP 70770-901 Brasília, DF

Fone: (61) 3448-4451

Fax: (61) 3448-4887

textoparadiscussao@embrapa.br

Editor da série

Ivan Sergio Freire de Sousa

Coeditores

Eliane Gonçalves Gomes

Vicente Galileu Ferreira Guedes

Conselho editorial

Alberto Roseiro Cavalcanti

Assunta Helena Sicoli

Carlos Augusto Mattos Santana

Chang das Estrelas Wilches

Eliane Gonçalves Gomes

Geraldo B. Martha Jr.

Ivan Sergio Freire de Sousa

Lucilene Maria de Andrade

Marita Feres Cardillo

Otávio Valentim Balsadi

Paule Jeanne Mendes

Renato Cruz Silva

Roberto de Camargo Penteado Filho

Colégio de editores associados

Ademar Ribeiro Romeiro

Altair Toledo Machado

Antonio César Ortega

Antonio Duarte Guedes Neto

Arlison Favareto

Carlos Eduardo de Freitas Vian

Charles C. Mueller

Dalva Maria da Mota

Egídio Lessinger

Geraldo da Silva e Souza

Geraldo Stachetti Rodrigues

João Carlos Costa Gomes

John Wilkinson

José de Souza Silva

José Graziano da Silva

José Manuel Cabral de Sousa Dias

José Norberto Muniz

Josefa Salete Barbosa Cavalcanti

Léa Velho

Levon Yeghaniantez

Manoel Moacir Costa Macêdo

Marcel Bursztyn

Maria Amália Gusmão Martins

Maria Lucia Maciel

Mauro Del Grossi

Oriowaldo Queda

Pedro Carlos Gama da Silva

Rui Albuquerque

Sergio Salles-Filho

Sergio Schneider

Suzana P. M. Mueller

Tarcizio Rego Quirino

Vera L. Divan Baldani

Zander Navarro

Supervisão editorial

Erika do Carmo Lima Ferreira

Normalização bibliográfica

Márcia Maria Pereira de Souza

Projeto gráfico

Tenisson Waldow de Souza

Revisão de texto

Aline Pereira de Oliveira

Editoração eletrônica

Leandro Sousa Fazio

1ª edição

1ª impressão (2011): 600 exemplares

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Todos os direitos reservados

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Embrapa Informação Tecnológica

Navarro, Zander.

Agricultura familiar : é preciso mudar para avançar / Zander Navarro, Maria Thereza Macedo Pedroso. – Brasília, DF : Embrapa Informação Tecnológica, 2011.

248 p. : il. ; 21 x 15 cm. – (Texto para Discussão / Embrapa. Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento, ISSN 1677-5473 ; 42)

1. Agricultura familiar. 2. Inovação. 3. Brasil. 4. Estados Unidos. I. Pedroso, Maria Thereza Macedo. II. Embrapa. Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento.

CDD 630.5

© Embrapa 2011

Apresentação

Texto para Discussão é uma publicação técnico-científica da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), de divulgação de resultados de pesquisas, cuja relevância os fazem merecedores de um espaço de reflexão e debate.

Editada pelo Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento (DPD), a série é dirigida a técnicos, pesquisadores, dirigentes, formuladores de políticas públicas, acadêmicos e público em geral que tenham, como área de atuação ou de interesse, as temáticas da ciência e tecnologia, da inovação, do agronegócio e do desenvolvimento rural sustentável.

De caráter monográfico, *Texto para Discussão* publica e circula ideias e reflexões sobre assuntos contemporâneos de relevo para a sociedade brasileira, os quais são abordados tanto por analistas e pesquisadores dos quadros da Embrapa quanto por especialistas de instituições públicas e privadas que atuam com pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologias.

Além da forma impressa, os leitores podem acessar todos os números da série *Texto para Discussão* no seguinte endereço: www.embrapa.br/embrapa/publicacoes/tecnico/folderTextoDiscussao.

O Editor

Sumário

Resumo	9
Abstract.....	10
Introdução	11
Genealogias da agricultura familiar.....	29
A agricultura familiar nos Estados Unidos e no Brasil	88
A institucionalização da agricultura familiar no Brasil.....	103
Como analisar empiricamente os estabelecimentos rurais sob gestão familiar no tocante à diversidade social.....	123
Conclusões	219
Referências	228
Anexo 1	242



Agricultura familiar: é preciso mudar para avançar^{1,2}

Zander Navarro³

Maria Thereza Macedo Pedroso⁴

¹ Original recebido em 17/03/2011 e aprovado em 15/06/2011.

² Os autores expressam seus agradecimentos a Alberto Cavalcanti, Antônio Márcio Buainain, Dino Sandro Borges de Castilho, José Garcia Gasques e Paulo Freire Mello, que ofereceram comentários detalhados e rigorosos. Agradecem ainda as recomendações de quatro pareceristas anônimos da Série. Dois dos pareceres, em particular, foram leituras que permitiram aperfeiçoar fortemente diversas partes desse texto. Igualmente, agradecimentos são devidos aos comentários e recomendações apresentados em eventos que discutiram versões preliminares desse texto, realizadas no CNPH/Embrapa (Gama, DF), na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (campus de Pato Branco), no encontro anual da SOBER (Belo Horizonte, MG), no CNPSA/Embrapa (Concórdia, SC) e em debate ocorrido na Universidade Federal de Viçosa, todos no ano de 2011. Como é praxe, nenhum deles tem qualquer responsabilidade em relação aos eventuais erros remanescentes. Os autores igualmente agradecem ao apoio constante do editor dessa Série, Ivan Sérgio Freire de Sousa. O primeiro autor também registra seus agradecimentos a Derli Dossa (Mapa), pelo contínuo incentivo na preparação do manuscrito. Esse ensaio é parte de um livro, em elaboração.

³ Doutor em Sociologia pela Sussex University, Inglaterra, pós-doutoramento no MIT, Estados Unidos, professor-associado do Departamento de Sociologia da UFRGS, Porto Alegre, atualmente cedido ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, atuando como pesquisador visitante no CECAT/Embrapa, Brasília. Foi pesquisador e professor no Institute of Development Studies, Inglaterra, entre os anos de 2003 e 2010. E-mail: zander.navarro@embrapa.br

⁴ Mestre em Desenvolvimento Sustentável pela UnB, pesquisadora da área de Desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, na Embrapa-Hortaliças, Gama, DF. E-mail: maria.pedroso@cnpq.embrapa.br

Agricultura familiar: é preciso mudar para avançar

Resumo

Sob diversos ângulos, o trabalho analisa criticamente a expressão agricultura familiar, reconhecendo a importância histórica de seu surgimento no Brasil, como forma de viabilizar o acesso dos pequenos produtores aos fundos públicos e às políticas governamentais. Entende-se, contudo, que a institucionalização da expressão não reconheceu diversos aspectos considerados cruciais, como o fato de não existir na teoria social nenhuma perspectiva analítica que tenha agricultura familiar como um de seus conceitos, ou o de desconsiderar, no caso brasileiro, a natureza econômica da agricultura, pois os critérios legais obedeceram a outras motivações. Esse estudo é constituído de quatro seções. A primeira indica que agricultura familiar tem sido somente uma noção descritiva apenas no caso norte-americano. O caso europeu é bastante diferente e de muito menor presença discursiva, tanto no plano governamental como nas ciências sociais. Ainda nessa parte, há uma tipologia dos estudos sobre agricultura familiar no Brasil. A segunda seção do trabalho delinea a trajetória do desenvolvimento agrário nos Estados Unidos, por ter sido esse o modelo inspirador da modernização da agricultura brasileira. A terceira seção discute o histórico da institucionalização da expressão no Brasil e suas justificativas. Finalmente, a quarta e mais extensa parte do estudo propõe uma nova rota metodológica para estudar a agricultura familiar, o que permitirá reconhecer a enorme diversidade dos subgrupos sociais existentes no interior do grande grupo familiar. Sugere-se uma metodologia dos três cortes empíricos sequenciais, o último deles exigindo pesquisas aprofundadas que permitirão identificar o significado e as expressões da sociabilidade capitalista que atualmente domina as regiões rurais. Esse último é o conceito que, nesse estudo, apresenta-se como sendo o mais decisivo para descrever e analisar as expressões variadas dos estabelecimentos rurais sob gestão familiar existentes no Brasil.

Termos para indexação: agricultura familiar; diversidade social no campo; agricultura familiar nos Estados Unidos, na Europa e no Brasil; metodologia para o estudo da agricultura familiar.

Family farming: it must be changed in order to advance

Abstract

Based on several analytical angles, this study critically examines the expression family farming. The authors acknowledge the historical importance of its institutionalization in Brazil, which made viable a greater access for family farmers to public funds and government policies. It is understood, however, that its institutionalized expression did not recognize several crucial aspects - as an example, the fact that family farming does not exist as a concept in social theory. In the Brazilian case, it was also ignored that agriculture is an economic activity, since the legal criteria inscribed in law obeyed distinct motivations. The study is formed of four sections. The first one indicates that family farming has been a descriptive notion only in the United States. In the European context this expression is much more nuanced and not so visible, either in government circles or in social sciences. This section concludes with a short typology of studies on family farm that exemplifies the Brazilian literature on the matter. The second section of the study broadly delineates the pattern of agrarian development in the United States, which is justified because the latter was the inspiring model of modernization that transformed Brazilian agriculture. Informed by that agrarian history, the paper discusses in the third section how the expression family farming was institutionalized in Brazil, also addressing its justifications. Finally, the fourth and lengthier section proposes a new methodological route to investigate the subject in Brazil, as a form of producing new knowledge about the enormous diversity of social subgroups that exists within the great group of family farmers. A methodology of three empirical and sequential steps is suggested and the latter step requires more dense research efforts in order to identify the meaning and concrete expressions of forms of capitalist sociability that actually dominates rural regions.

Index terms: family farming; social diversity in rural areas; family farming in the United States, Europe and Brazil; methodology to investigate family farming.

Introdução⁵



Foi o melhor dos tempos, foi o pior dos tempos, foi a idade da sabedoria, foi a idade da tolice [...] tínhamos tudo diante de nós, tínhamos nada diante de nós (DICKENS, 1859).

Os homens se associam através da linguagem, e as palavras são escolhidas para se ajustar à compreensão das pessoas comuns. Assim, um empobrecido e inábil código de palavras obstrui espantosamente a compre-

⁵ A ilustração que abre esse estudo refere-se ao artigo “Cultivating the Chinese consumer”, publicado no New York Times, 28 de setembro de 2010.

ensão. As definições e explicações com as quais os homens cultos se acostumaram, as quais, em certa medida, os libertam, não normalizam a situação de forma alguma. Palavras simplórias violentam a compreensão e confundem tudo, além de induzir os homens a incontáveis e vazias disputas e ficções (BACON, 2000, p. 42).

Os agricultores são familiares, não por opção, mas por restrição (comunicação pessoal)⁶.

Especialmente no último decênio, a expressão “agricultura familiar” observou célere difusão e institucionalização no Brasil, sobretudo depois da formalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf (BRASIL, 1995) e do crescimento dessa política nos anos seguintes. Também foi importante a promulgação da lei (BRASIL, 2006) que estipulou uma série de critérios para delimitar o conjunto social de estabelecimentos rurais que apresentam gestão familiar – quase sempre subentendendo que sejam pequenos em termos de sua área.

Em nossos dias, agricultura familiar parece ser uma expressão consensual e não problematizável, com um número crescente de ações governamentais a ela dirigida, em diversos âmbitos, como se fosse homogêneo o imenso conjunto de estabelecimentos rurais designados como familiares (4,36 milhões, segundo o Censo de 2006, ou 85% do total de estabelecimentos apurados).

⁶ Antônio Márcio Buainain, ao participar de mesa de debates durante o *XXII Seminário Internacional de Política Econômica*, na Universidade Federal de Viçosa, 28 de outubro de 2010. O detalhamento de sua argumentação pode ser encontrado em Buainain (2002, p. 47)

Segundo certa literatura, estabelecimentos rurais familiares são unidades de produção e de vida social que compartilhariam os indicadores objetivos preceituados legalmente, vivenciando contextos sociais, econômicos e tecnológicos implicitamente aceitos como convergentes e parecidos.

Com alguma surpresa, parte expressiva da produção acadêmica também recepciona a expressão sob um tratamento reverencial, senão canônico, e são poucos os autores que analisam criticamente o uso dessa denominação. Trata-se de uma literatura que, no geral, minimiza o forte distanciamento de uma expressão homogeneizadora *vis-à-vis* as profundas e radicalmente contrastantes situações experimentadas pelos pequenos estabelecimentos rurais com gestão familiar, em face das realidades agrárias do país.

Mais preocupante, no entanto, é constatar que esse período recente tem sido pródigo em iniciativas – seja da ação governamental (em todos os níveis federativos), seja no campo da pesquisa e da produção científica –, todas destinadas a sedimentar ainda mais fortemente a noção pública e o imaginário social sobre a agricultura familiar, tornando-a quase impermeável ao exame analítico, pois supostamente indicaria um conjunto social de muitas facetas, mas todas compartilhadas por milhões de famílias rurais, constituindo um agrupamento que seria relativamente similar.

Para isso tem contribuído, além de uma miríade de políticas públicas, a difusão de diversos documentos acadêmicos que, em certa medida, legitimam a existência de um presumido modelo familiar que, se existente, incorporaria características específicas, não

apenas derivadas da natureza da administração da atividade (centrada na direção familiar), mas diversas outras. Esse modelo incluiria, ainda, uma chayanoviana superposição entre trabalho e gestão nas atividades produtivas, a preferência pela diversificação, a durabilidade dos recursos naturais (*sic*), o uso mais raro do trabalho complementar, a (suposta) ênfase no uso de insumos internos e decisões que seriam tomadas principalmente *in loco* (VEIGA, 1996).

Como é óbvio, nem todos os autores aceitaram passivamente a similitude implícita em tal noção e resistiram à confusão interpretativa que se instalou na literatura, pois parte significativa dessa tem sido incapaz de separar as características de uma política governamental e a teorização sobre os processos sociais correspondentes.

Para tanto, formularam sugestões para analisar os subtipos existentes entre os familiares, reconhecendo, dessa forma, a diversidade existente nesse grande conjunto (BAIARDI, 1999; BUAINAIN et al., 2002; CONTERATO et al., 2010; GUANZIROLI et al., 1999; NEVES, 2007; SCHNEIDER, 2006; SOUSA; CABRAL, 2009).

A própria política governamental destinada a esse conjunto social, centralizada no Pronaf, igualmente aceitou a existência dessa diversidade quando propôs os diversos tipos de financiamento creditício, que foram sendo oficializados ao longo dos anos (BIANCHINI, 2005).

Mas, ante a avassaladora propaganda governamental, de um lado, e o relativo silêncio dos cientistas

sociais, de outro, permanece um mal-estar analítico em relação à expressão agricultura familiar. Esse embaraço ocorre porque as propostas de interpretação (sejam aquelas oriundas dos trabalhos acadêmicos, seja a segmentação operada na política governamental) ainda se mostram inadequadas para interpretar uma característica social crucial que **não foi o ponto de partida** para formular a expressão agricultura familiar. Qual seja, a existência de hierarquias sociais (ou a diversidade) que materializa os arranjos societários nas áreas rurais, sobretudo as transformações ou o aprofundamento de tais diferenças, à medida que processos de expansão capitalista foram ativados em determinados períodos históricos, como vem sendo o caso brasileiro, nos últimos anos. E, à luz da insuficiência de conhecimento sobre as diferenças existentes **no interior do** grande conjunto familiar, decorrem as concomitantes insuficiências da ação governamental, cujos limites e impasses atuais são notórios.

Esse desconforto analítico já foi manifestado por outros pesquisadores que acompanham criteriosamente os debates sobre o mundo rural brasileiro. Sousa e Cabral, por exemplo, são claros quando afirmam que:

Por razões diferentes, o contingente humano que forma a agricultura familiar, com o seu papel fundamental na composição da oferta de alimentos, foi, historicamente, romantizado por certos setores da literatura especializada. Isto produziu o enraizamento de estereótipos na compreensão das pessoas comuns e até dos técnicos, quando tratam das questões da agricultura familiar [...] surgiu uma série de deduções sem fundamentos concretos, como as que contrapõem a agricultura familiar à agricultura capitalista

ou as que idealizam a opção de trabalho desses agricultores. Em meio a essas contribuições diferenciadas, surgiram e persistem muitos mitos – parte deles em vias de extinção – que só colaboram para agravar o distanciamento entre a realidade desses agricultores e a imagem que, deles, é construída [...] A respeito do segundo ponto (nostalgia em relação ao desaparecimento de formas sociais), parece existir resistência deliberada em alguns setores à descrição, análise e explicação das transformações da agricultura familiar no Brasil e suas condições de existência em mutação. Vê-se no agente transformador a causa da destruição de tipos sociais antigos, encontrando-se dificuldade em observar a latência e as potencialidades do novo na construção que emerge (SOUSA; CABRAL, 2009, p. 27, 53).

A recente e ruidosa vaga em favor de um conjunto social que é, de fato, extremamente heterogêneo em suas situações concretas, apresenta ainda um desafortunado elemento de regressão, um impossível retorno ao passado, quando outros autores, ao analisarem as formas sociais assumidas por esse grupo de produtores rurais, propõem (com confiante desassombro) a redução dos padrões de integração econômica e social dos pequenos estabelecimentos rurais sob gestão familiar, o que seria, assim argumentam, uma garantia de proteção ante a lógica concentradora da economia capitalista.

Dessa forma, ignorando que camponeses e agricultores familiares são duas noções autoexcludentes, como se discutirá em outra parte do texto, insistem que “a lógica técnico-científica da modernização tem sido assimilada também por parcelas significativas da agricultura familiar, que perderam muito de sua natureza camponesa

[...] a noção de *recampesinização* nos ajuda a compreender esse cenário a partir de perspectivas mais matizadas referenciadas ao grau de campesinidade da agricultura familiar” (PETERSEN, 2009, p. 7).

Tais leituras, caudatárias de uma persistente tradição populista de estudos rurais, além de desconhecem por completo o debate sociológico sobre o desenvolvimento agrário – e a própria realidade rural –, ecoam um desafortunado modismo internacional recente que insiste nas possibilidades do ressurgimento de tendências de recampesinização como uma estratégia de desenvolvimento rural (PLOEG, 2006, 2008).

No caso brasileiro, não são essas visões uma exceção, e nem exatamente raras no conjunto da literatura. Disseminam análises que são fortemente fantasiosas acerca das condições que poderiam ser usufruídas por aquelas famílias sob um formato tecnológico alternativo, as quais, pelo contrário, na realidade (e invariavelmente) aspiram à plena integração social, processo que supõe, como é evidente, a sua articulação aos circuitos de funcionamento da economia⁷.

A análise desse fascinante e complexo período histórico vivido pela sociedade brasileira e, particu-

⁷ O alheamento de tais autores à realidade agrária brasileira causa algum espanto. Uma ilustração de tais desacertos: na PNAD, de 2009, verifica-se a impressionante penetração dos serviços de comunicação nas áreas rurais em nossos dias. Entre os integrantes do estrato rural de renda familiar mensal mais baixa, menor do que um salário mínimo, 72% dos domicílios possuem televisão. Se examinado outro estrato, a classe C rural (renda variando entre 2 e 5 SM), 92% dos domicílios possuem televisão, 13% possuem telefone fixo, 12% computadores e 5% acesso à internet.

larmente, por suas regiões rurais e os diferentes grupos sociais de produtores, ainda está para ser escrita, abarcando a totalidade dos processos sociais e sua interdependência. Como é claro, ambição desse porte escapa aos limites e possibilidades desse texto. Aqui se pretende apenas atender a dois objetivos principais.

Inicialmente, defender o argumento da impropriedade teórico-conceitual da noção de agricultura familiar, tal como difundida no Brasil. Trata-se de uma concepção incorreta, ainda que a expressão e as políticas implantadas sob sua inspiração possam ter sido socialmente decisivas, nos últimos 15 anos, para ampliar o acesso às fontes públicas de financiamento rural – para não citar as diversas outras políticas governamentais complementares que contribuíram para ampliar as chances de integração econômica dos estabelecimentos rurais familiares. Ou seja, o uso da expressão, mesmo sendo errôneo conceitualmente, representou um marco histórico, quando democratizou o acesso aos fundos públicos destinados à agropecuária⁸.

Mas, insistir-se-á, ainda, que a sua aceitação rápida e acrítica, motivada por razões primordialmente políticas, assim prescindindo de uma inquirição rigorosa, provavelmente produz mais efeitos retardadores do que propriamente virtuosos, se a meta com-

⁸ Nunca será demais lembrar que os recursos destinados ao Pronaf aumentaram significativamente na última década, alargando as chances de um número crescente de famílias rurais mais pobres se integrar aos circuitos monetários. Sob esse Programa, foram concedidos empréstimos no total de R\$ 2,1 bilhões na safra 1999/2000, valor que saltou para aproximadamente R\$ 15 bilhões, na safra 2009/2010, nas diversas linhas de crédito existentes.

partilhada pelos seguidores da expressão for a elevação do bem-estar geral da população de famílias que adota a gestão familiar em seus estabelecimentos rurais, particularmente as famílias mais pobres.

Em segundo lugar, o estudo submete uma sugestão teórica que permite analisar empiricamente não o grande grupo pasteurizado sob a expressão produtores familiares (pois se defende ser inadequada tal expressão), mas uma rota de pesquisa que elucide a extraordinária diversidade social dos pequenos estabelecimentos rurais mantidos sob gestão familiar. Esse segundo objetivo claramente indicando, portanto, que os autores rejeitam a suposta homogeneização (por qualquer critério que seja) que conformaria socialmente aquele grande grupo de produtores rurais, o que está explícito na lei e implicitamente aceito em boa parte da literatura a respeito. Posto de outra forma: rigorosamente, agricultura familiar não é expressão que tenha qualquer valor heurístico, sendo equívoco o seu uso no Brasil⁹.

Se o objetivo é analisar teoricamente as hierarquias sociais existentes em regiões predominate-

⁹ Não existindo a agricultura familiar como um coletivo social que possa ser sociologicamente nomeado e nem empiricamente definido, frases relativamente corriqueiras na literatura, como “é inquestionável a importância da agricultura familiar do ponto de vista econômico e social e da conservação ambiental e dos cuidados com o território” (XAVIER, 2009, p. 277), são teórica e concretamente insubistentes. É esse tipo de frase que assume mais o sentido de deferência a um discurso dominante. Outro exemplo é a citação no conhecido livro coordenado por Lamarche (1993). Nesse livro, estudando os pequenos proprietários gaúchos que experimentaram intenso processo de modernização com a expansão da soja, na década de 1970, afirma-se que “[...] a maior parte dos produtores familiares, bastante imbuídos do modelo *camponês*, é geralmente de produtores de trigo e de soja, modernos e bem integrados ao mercado” (LAMARCHE, 1993, p. 29). Uma frase conceitualmente equivocada, pois se confunde as características socioculturais das famílias rurais com o significado dominante da ação social, nesse caso, já inteiramente conformado por uma sociabilidade capitalista.

mente rurais e promover políticas que reduzam a pobreza e difundam o progresso social, muito mais relevante, por certo, é propor um arcabouço metodológico que permita o estudo das diferenças socioeconômicas. Até mesmo porque potencializará a produção de conhecimento novo efetivamente ancorado na realidade social que, por sua vez, poderá ser instrumental na formulação de políticas públicas mais consistentes e destinadas àquele conjunto de estabelecimentos rurais e, mais especificamente, aos subgrupos identificados a partir da diversidade existente.

O trabalho é constituído de quatro seções principais. A primeira delas apenas sugere os contornos das duas tradições principais que analisaram o destino dos estabelecimentos rurais com gestão familiar, a norte-americana e a europeia. Nessa parte, há um esforço de também comentar brevemente sobre alguns autores brasileiros influentes e relevantes que discutiram esse tema, tentando interpretar as razões pelas quais utilizam a expressão agricultura familiar ou outras similares. Argumentar-se-á, ainda, que a narrativa teórica tradicional das ciências sociais que no Brasil se dedicam aos processos sociais rurais recebeu, em sua gênese e desenvolvimento, a influência determinante de autores e interpretações europeias (sobretudo a francesa) e também do Marxismo, assim impedindo que fosse mais amplamente analisada a outra tradição competitiva, a norte-americana. Essa, por razões que são citadas, tem sido a única a lidar com a expressão agricultura familiar por um período relativamente longo, mas as razões, nesse

caso, não são essencialmente teóricas, mas relacionadas às características do desenvolvimento agrário experimentado pelos Estados Unidos, em especial no século 20.

A segunda seção do trabalho introduz argumentos que poderão ser talvez os mais relevantes para a problematização do uso que é feito no Brasil da expressão agricultura familiar. Para tanto, essa parte sintetiza inicialmente os aspectos mais significativos relativos a esse grupo de produtores nos Estados Unidos, onde a categorização encontrou alguma aceitação, em especial entre o pós-guerra e o início da década de 1980.

De acordo com os dados mais atualizados, foi apurado que os agricultores agrupados naquele país como familiares representam 98% do total, a razão sendo bastante simples: são produtores segmentados quase exclusivamente pela adjetivação familiar, e a quase totalidade das atividades produtivas agropecuárias, nos Estados Unidos, tem gestão familiar.¹⁰ Após essa primeira separação, contudo, os dados também sugerem uma tipologia desagregada que indica subtipos entre os familiares, mas identificados primeiramente sob um pressuposto crucial: naquele país, a agricultura é entendida como uma atividade econômi-

¹⁰ Como enfatizado por dois estudiosos norte-americanos, “[...] a agricultura [nos Estados Unidos] é ainda uma indústria de negócios familiares. 98% das propriedades são familiares e respondem por 82% do total da produção” (HOPPE; BANKER, 2010, p. 6). E, da reduzida proporção “não familiar” (apenas 2% do total), 90% dos estabelecimentos são dirigidos por diversos operadores com relações de parentesco sendo, dessa forma, raríssimas as unidades que tem a participação de acionistas ou investidores sem aquelas relações. Ou seja, a agricultura, naquele país, é praticamente toda ela familiar (LOBAO; MEYER, 2001, p. 106).

ca e, portanto, os critérios demarcadores dos diferentes tipos e subtipos são igualmente econômicos. No Brasil, ao contrário, exceto pelo igual critério inicial da natureza da gestão, que também separa os familiares e os produtores não familiares, os preceitos legais estipulam outros três indicadores principais que seriam requeridos para estabelecer as fronteiras do grande grupo dos estabelecimentos rurais intitulados de familiares, mas, inesperadamente, esses critérios não são econômicos.

Essa escolha, aparentemente bizarra de outras variáveis tão distintas, reflete justificativas que demonstram que o encaminhamento desse debate e a sua posterior institucionalização, inicialmente por meio de uma política (Pronaf) e, depois, com a promulgação da lei, obedeceu a imperativos sociais e políticos que não avaliaram a agricultura sob gestão familiar como uma atividade econômica, o que é no mínimo surpreendente.

Essa é a discussão da terceira seção, que procura desvendar algumas razões para a adoção de critérios não econômicos usados para delimitar o grupo dos familiares, e comentar sobre as implicações de tais escolhas.

Finalmente, a quarta e mais extensa seção do texto procura desenvolver uma proposta inicial de interpretação do conjunto de produtores rurais sob gestão familiar no Brasil. Trata-se de seção que representa, de fato, um esforço de análise sociológica que propõe uma rota teórica e metodológica para analisar

concretamente o fenômeno da diversidade social em regiões rurais brasileiras. Assim, sob certos propósitos, essa quarta seção poderia ser tratada em separado das seções anteriores.

Enquanto as três seções iniciais poderão ser mais úteis aos estudiosos que se interessam primordialmente por aspectos factuais relativos à agricultura familiar e sua discussão entre os autores brasileiros, ou ainda entender a natureza de sua institucionalização e uma comparação com o caso norte-americano, a última seção tem alguma ambição teórica. Nela, pretende-se oferecer uma tese geral sobre o desenvolvimento agrário e propor uma agenda de trabalhos de investigação que elucidem as formas familiares de produção agrícola. Também é sugerido um arcabouço teórico que pretende desvendar a diversidade social não como uma expressão do florescimento social e das especificidades culturais de uma história virtuosa, mas como expressão das hierarquias sociais existentes e, por conseguinte, das formas de poder e dominação social existentes nas regiões rurais.

Nesse momento do texto, parte-se de uma categoria teórica geral determinante dos comportamentos sociais que é aquela informada pelo regime societário dominante. A noção de sociabilidade capitalista é esboçada, e dela derivam outros indicadores concretos das atividades produtivas rurais que poderiam demonstrar empiricamente as diferenças existentes entre os produtores.

O pressuposto mais geral associado àquela noção é que o capitalismo tem como uma de suas características principais o adensamento e a multiplicação do que tem sido chamado de processos de mercantilização (via monetarização) da vida social, através da formação de múltiplos mercados. Ou seja, a interação humana e os comportamentos sociais, ao se integrarem a novos espaços mercantis, são lentamente alterados no significado de sua ação, impondo uma nova racionalidade, geradora de uma nova sociabilidade, determinada em grande parte por essa multiplicação de mercados.

Essa afirmação não deveria surpreender, pois “os mercados são as instituições centrais das economias capitalistas” (BECKERT, 2007, p. 5). A constituição e desenvolvimento de novos mercados, o aprofundamento daqueles já existentes e a tessitura do social em função de novas necessidades que são criadas continuamente, vão dessa forma materializando gradualmente o que o mesmo autor, em outro trabalho, intitulou de “o entranhamento [*embeddedness*] moral dos mercados” (BECKERT, 2005)¹¹.

Tais processos não são apenas sociais e econômicos, mas igualmente culturais e políticos, e implicam no desenvolvimento de formas de comportamento sociais que refletem uma sociabilidade corresponden-

¹¹ Esse termo, na literatura das ciências sociais em Portugal, tem sido também traduzido como “incrustação”. Sua origem remonta à obra maior de Karl Polanyi, *A Grande transformação. As origens de nossa época*, publicada em 1944, embora no livro o autor interpretasse apenas a natureza especial da economia e dos mercados capitalistas. Posteriormente, a Sociologia Econômica vem usando o mesmo conceito para níveis de interação econômica de menor âmbito, inclusive os microsociais.

te, a qual, com o tempo e a contínua expansão econômica, enraizam até mesmo uma moralidade dominante, naturalizando-os com o passar dos anos¹².

A quarta seção propõe ainda, embora preliminarmente e mais como uma agenda de pesquisa, uma alternativa teórica e sua correspondente armadura metodológica, no intuito de permitir a análise, em especial, da diversidade das formas de produção com gestão familiar existentes na agricultura brasileira. Essa proposta teórica deveria nos remeter às tradições sociológicas que analisaram o fenômeno das hierarquias sociais, seus fatores genéticos e vias de desenvolvimento, especialmente se aplicadas ao meio rural. Contudo, esse possível estudo, não obstante a sua relevância, não é o foco desse artigo. Ou seja, não se pre-

¹² A noção de moralidade aceita nesse artigo tem suas raízes mais remotas na Sociologia proposta por Durkheim, referindo-se, portanto, à forma como a sociedade comanda os indivíduos “de dentro”, fazendo parte integral do eu. É o caminho pelo qual a sociedade “entra” nos indivíduos como uma força moral. Em *Division of Labor in Society* (1993), Durkheim conceituou moralidade – na frase famosa – como “o menor indispensável, o estritamente necessário, o pão diário sem o qual a sociedade não existiria [...] a moralidade nos impede a seguir um determinado caminho para uma finalidade definida” (DURKHEIM, 1993, p. 53). Em outro momento, acrescentou: “[...] Não disse que a autoridade moral da sociedade deriva de seu papel como legislador moral [...] o termo ‘autoridade moral’ se opõe à autoridade material ou à supremacia física. A autoridade moral é uma realidade física, uma consciência mais elevada e mais rica do que a nossa própria consciência, é uma realidade que sentimos que o nosso ser depende [...]. A moralidade, tão completa quanto possa ser concebida, pressupõe que *a partir do momento em que nos conformamos a uma regra moral, não apenas desejamos nos conformar a ela, mas desejamos a existência da própria regra*” (DURKHEIM, 1974, p. 73-74, grifo do autor). Não se ignora, contudo, as insuficiências desse conceito (ABEND, 2008). Por outro lado, qualquer estudo sobre os processos de mercantilização e de afirmação social de uma nova sociabilidade precisariam, como insistem Fligstein e Dauter, reconhecer que uma “Sociologia dos mercados” tem origens naquele autor. Como afirmaram, “Durkheim reconheceu o papel pivotal do Estado e da lei na troca capitalista, prefigurando a preocupação da economia política com tais assuntos. Ele também reconheceu que existia uma base não contratual aos contratos, implicando que relações pessoais eram necessárias para que as pessoas honrassem os contratos. Finalmente, [afirmou que] na divisão do trabalho o principal mecanismo que animou a sociedade moderna era a competição” (FLIGSTEIN; DAUTER, 2007, p. 113).

tende esboçar aqui nenhuma proposta de estudar as classes sociais em regiões rurais brasileiras e nem, se outra tradição teórica fosse seguida, os seus diferentes estratos sociais (WRIGHT, 2005).

A análise proposta segue outra trilha analítica. Entende-se como urgente estabelecer um caminho teórico e metodológico que permita aferir, empiricamente, as múltiplas manifestações concretas desse conjunto de estabelecimentos rurais que são submetidos a uma direção familiar¹³.

Assim, a quarta seção sugere que o melhor caminho analítico talvez possa ser a adesão a um conjunto de pressupostos mais gerais sobre o desenvolvimento social em regimes capitalistas e, em função deles, indicar variáveis empíricas (inclusive, muitas delas extraídas de levantamentos gerais, como os censos). Essas evidências, quando agregadas, delimitarão os subtipos existentes nas diversas regiões brasileiras, situados socialmente em um *continuum* demonstrativo da sociabilidade capitalista existente nos espaços rurais da sociedade brasileira.

Serão assim encontradas gradações, opondo situações de baixa e incipiente sociabilidade (refletin-

¹³ A ênfase na pesquisa empírica aqui proposta não deve ser confundida com uma postura vulgarmente empiricista. Essa toma os fatos da realidade como autoexplicativos, o que acaba produzindo pesquisas movidas por um objetivismo que pode ser pueril, pois a aparência empírica se explicaria em si mesma. O que se propõe nesse texto é que o arcabouço teórico sugerido trabalha com metaconceitos, os quais são testados no mundo real, exatamente para aprofundar a percepção das realidades sociais. Conceitos, em modelos teóricos convencionais, são proposições rígidas que conformam a interpretação, quase sempre aquém da complexidade das especificidades concretas das práticas sociais. Discutimos a necessidade dessa busca incessante dos elementos empíricos como forma de aprofundar a compreensão dos comportamentos sociais na quarta seção do trabalho.

do menores níveis de monetarização e integração a poucos mercados), em um extremo, a outras situações em que as famílias rurais apresentam comportamentos sociais largamente determinados por uma quase universal sociabilidade, correspondente ao regime econômico dominante.

Mas é preciso não existir confusão nesse ponto, pois a eventual insuficiência de sociabilidade capitalista observada em alguma região rural não significa, como se fossem conceitos antípodas, a maior presença de algum tipo de campesinização, pois são processos de âmbitos sociais completamente diferentes. Especialmente, ocorrem em momentos históricos distintos. O primeiro se refere a regimes societários (como o capitalismo) e o segundo apenas identifica algumas características sociais e culturais de um agrupamento de produtores chamados de camponeses no passado. Facetas essas que podem persistir no tempo e até se manterem em regimes sociais de pleno desenvolvimento capitalista, sob certas circunstâncias específicas, sem nenhuma relação de inteligibilidade com uma sociabilidade anterior, de outro regime social, mas tão somente como uma expressão cultural remanescente. Voltaremos a esse tema na terceira parte desse artigo.

Os fundamentos principais dessa perspectiva abarcam diversas contribuições recentes da Sociologia Econômica e outros campos subdisciplinares que procuram interpretar os processos de monetarização e mercantilização advindos da expansão capitalista (ASPERS, 2009; BECKERT, 2005, 2007; DODD,

1994; FLIGSTEIN, 2001; FLIGSTEIN; DAUTER, 2007; FOURCADE, 2007; SWEDBERG, 2005).

Os autores, contudo, entendem ser essa uma das possíveis trajetórias de interpretação. Uma agenda de pesquisa sobre o tema geral que seja mais ampla, do ponto de vista teórico, certamente produzirá resultados ainda mais convincentes, se introduzidas perspectivas, por exemplo, que tipicamente se materializam no campo da Antropologia Cultural, como os trabalhos que analisam as relações e práticas sociais vigentes em ambientes rurais sob o prisma das chamadas relações de reciprocidade. Dessa forma, manifestações sociais que foram dominantes e específicas de um passado com incipiente desenvolvimento capitalista experimentarão formas de ressignificação e, assim, sua concretude em nossos dias não se apresentará como resquício do passado, mas como acomodações sociais de novos significados, ainda que mantendo determinada aparência de outros tempos.

Se apropriada, a via analítica privilegiada nesse estudo poderá produzir programas de pesquisa que, finalmente, iluminem a enorme diversidade dos produtores sob gestão familiar existente no mundo rural, permitindo assim avançar no conhecimento das realidades agrárias. Acumulado tal conhecimento, as políticas governamentais desse campo poderão superar seus atuais impasses e insuficiências e atuar mais eficazmente na produção de ações públicas que materializem mais expressivamente o progresso social nas regiões rurais do país.

Genealogias da agricultura familiar¹⁴



Essa seção sugere, de forma concisa e, admite-se, insuficientemente substanciada sob o ângulo da história das ideias, que a expressão agricultura familiar tem existido quase que tão somente na tradição dos estudos sociológicos norte-americanos e, ainda assim, estaria no período recente sendo marginalizada como tema de pesquisa.

E mesmo nessa tradição acadêmica, jamais foi um conceito, mas apenas uma noção descritiva das situações concretas rurais. Não vingou em nenhuma outra tradição teórica, por razões que serão apontadas abaixo. Mais cruamente: não existe nenhuma tradição teórica, no âmbito das ciências sociais, que ao analisar o desenvolvimento agrário tenha agricultura familiar como uma de suas categorias principais.

Como, contudo, sumariar duas tradições, a europeia e a norte-americana, mesmo que simplificarmente, para situar historicamente o tema?

Não existindo o objetivo de uma exposição exegética sobre o assunto¹⁵, uma forma indireta e singela

¹⁴ Essa seção é inspirada na discussão encontrada em Navarro (2010, p. 189-192).

¹⁵ Sobre a história agrária norte-americana e suas relações com a produção dos cientistas sociais, consultar especialmente Buttel et al. (1990), complementado por Lowe (2010, p. 312-316). Para o caso europeu, ver Lowe (2010, p. 316-325) e, em especial, o estudo demarcador de Newby (1980), que, de certa forma, abriu uma “nova era” para a pesquisa social sobre a agricultura no continente. No entanto, o livro emblemático que marcou essa passagem de uma “ciência social ultrapassada”, tanto nos Estados Unidos como na Europa, e renovou radicalmente os esforços acadêmicos, foi a coletânea organizada por Buttel e Newby (1980). Uma descrição mais geral, que abarca ambas as situações e que interpreta “o nascimento da nova agricultura”, encontra-se em Mazoyer e Roudart (2008, p. 353-489).

de introduzi-lo talvez seja citando dois breves excertos de um livro do pioneiro historiador francês Jules Michelet, autor de diversas obras que reinventaram o campo da História naquele país, na primeira metade do século 19.

Em 1846, submeteu ao editor os manuscritos de seu livro intitulado *O povo*, com o qual pretendia fazer uma síntese do espírito e das qualidades da classe trabalhadora francesa, em uma época de mudanças que vislumbrava a passagem de uma sociedade agrária para outra que seria industrial. Em suas partes iniciais, Michelet descreve o campesinato francês, argumentando que:

[...] Se quisermos conhecer o pensamento íntimo, a paixão do camponês da França, nada mais fácil. Basta passarmos no domingo pelo campo, sigamo-lo. Ei-lo que vai à nossa frente. São duas horas da tarde: sua mulher está na reza; ele está endomingado; garanto que vai ver a amante. Que amante? Sua terra [...]. Estranho mistério; esse homem deve ter um tesouro escondido. E de fato tem: o trabalho persistente, a sobriedade e o jejum. Parece que Deus deu como patrimônio a essa raça indestrutível o dom de trabalhar, de combater o que for preciso, sem comer, o dom de viver de esperanças, o dom da alegria corajosa [...] (MICHELET, 1998, p. 27, 30).

É um trecho vivamente simbólico de uma das tradições de pensadores e estudiosos das sociedades europeias e, posteriormente, dos cientistas sociais interessados no mundo agrário e suas características. Indica a densa presença histórica, tão enraizada, dos camponeses e suas comunidades, e das facetas sociais e culturais que, durante um longo período, consolidaram territórios marcados por forte especificidade e

singularidade cultural, em muitas regiões europeias, descritas por identidades camponesas únicas. Essa marca histórica contrastaria com outra tradição, a norte-americana, que não é discutida especificamente por Michelet.

Curiosamente, no entanto, esse historiador introduz um contraste com outro país europeu onde a vida rural já seria, naquela época, tão distinta. Comparando com a Inglaterra, país que depois colonizaria os Estados Unidos e formaria a base agrícola original desse último (em particular na parte norte do país, fronteira com o Canadá), o historiador francês insistiu que:

[...] A terra da França pertence a quinze ou vinte milhões de camponeses que a cultivam; a terra inglesa tem uma aristocracia de trinta e duas mil pessoas que a fazem cultivar. Como os ingleses não têm as mesmas raízes no solo, emigram para onde existe lucro. Dizem '*o país*'; nós dizemos '*a pátria*'. Entre nós, homem e terra estão juntos e não se deixarão; existe entre eles um casamento legítimo, para a vida e para a morte. O francês desposou a França. A França é uma terra de equidade. Em casos duvidosos, geralmente adjudica a propriedade a quem nela trabalha. A Inglaterra, ao contrário, pronunciou-se pelo dono, expulsou o camponês; só é cultivada por operários [...] [Na França] o camponês constitui não só a parcela mais numerosa da nação como também a mais forte, a mais sadia e, se pesarmos bem o físico e o moral, ela é a melhor, no total (MICHELET, 1998, p. 28, 40, grifo do autor).

À luz desse bosquejo introdutório sobre os distintos lugares sociais do campesinato, a expressão correlata agricultura familiar apresenta uma trajetória que pode ser confinada à duas histórias discursivas e intelectuais distintas e principais, ambas se concreti-

zando no período contemporâneo. Uma é norte-americana e apresentou grande desenvolvimento dos anos 1940 até meados dos anos 1980. A outra é uma via europeia, continente onde a produção agrícola sob gestão familiar recebeu o interesse dos cientistas sociais antes mesmo que a expressão agricultura familiar viesse a ser usada com alguma frequência, o que somente ocorreu em um período mais recente. Embora denominada aqui de via europeia, foram esforços de pesquisa que se concentraram em alguns poucos países, notadamente o Reino Unido, a França e a Holanda, onde ocorreram iniciativas mais significativas de pesquisa sobre o assunto.

Se a contribuição acadêmica pode ser assim resumida quanto à sua periodização, é preciso enfatizar que o interesse intelectual sobre a agricultura centrada no trabalho familiar diretamente se correlaciona com uma história concreta prévia, e essa, necessariamente, associa-se à afirmação incontestável da assim chamada agricultura moderna, especialmente a partir da década de 1940.

No período compreendido entre aqueles anos e o final da década de 1970, o chamado padrão moderno se consolidou, começando pelos Estados Unidos; depois, nos anos 1950, redefiniu o desenvolvimento agrário em países europeus e, posteriormente, em outros países, como no Brasil, a partir de 1968.

Uma geração depois, tornou-se inteiramente hegemônica uma visão de agricultura que passou a ser intitulada de moderna. A difusão dos formatos tecnológicos sob tal denominação, em quase todos os países com alguma agricultura comercial de maior

envergadura, acabou também enraizando uma perspectiva técnico-produtiva – e a respectiva ciência e ensino agrônômicos – praticamente consensual sobre o significado da atividade econômica agricultura. Trata-se de uma quase unanimidade que apenas recentemente vem sendo erodida em alguma proporção, em face de diferentes impasses ou limites (ambientais, energéticos, sociais ou outros), hoje estruturalmente vinculados ao padrão moderno.

Esse complexo e amplo campo de estudos e debates foge aos objetivos desse capítulo, mas seus contornos gerais são amplamente conhecidos. A referência é feita apenas para acentuar que o pensamento social sobre a agricultura familiar se desenvolveu depois das transformações produtivas citadas terem se concretizado. E não é essa uma menção acaciana, mas referida para novamente enfatizar que agricultura familiar não existiu previamente, na trajetória das ciências sociais, enquanto categoria relevante, igualmente inexistindo nos quadros teóricos das diferentes tradições sociológicas gerais.

Dessa forma, enquanto agrupamento social de interesse sociológico e foco da ação governamental, a expressão agricultura familiar (*family farming*) emergiu inicialmente nos Estados Unidos, repercutindo o seu histórico de colonização, especialmente nas regiões mais ao norte do país.

Aqueles colonos, inicialmente ingleses, transformados em produtores rurais, foram depois identificados como *farmers*, os quais, gradualmente, foram sendo integrados a múltiplos mercados e se articulando mais intensamente à vida econômica. Esse proces-

so se acelerou no período seguinte à independência americana, com a ampliação das correntes migratórias de origem europeia.

A afirmação social e, principalmente, econômica desse grupo de produtores, contudo, receberia um forte impulso em dois marcantes momentos históricos. Primeiramente, na virada do século 19, quando a economia norte-americana experimentou um período de vigorosa expansão e forte industrialização, o que produziu imediatos impactos em muitas regiões rurais. Foram mudanças sentidas especialmente durante a chamada Era Progressista, nas duas primeiras décadas do século seguinte, quando a ação governamental assumiu um papel ativo na promoção do desenvolvimento social e a ciência foi promovida a um instrumento de progresso.

Nesse contexto, não surpreende que a Sociologia Rural tenha entrado em cena como um dos mais influentes campos disciplinares, pois a sociedade dos Estados Unidos era ainda fortemente rural naquele período (BUTTEL et al., 1990). Como salientado por um estudioso daqueles anos,

[...] Uma ideologia agrária – de colonos autossuficientes, ferozmente comprometidos com sua terra e sua liberdade – formou uma identidade nacional, em claro contraste com a ordem do Velho Mundo. Das principais sociedades liberais de então, os Estados Unidos precisou confrontar centralmente a tarefa de reconciliar os interesses rurais e agrários com os processos perturbadores de uma rápida modernização (LOWE, 2010, p. 312-313).

O outro momento decisivo para impulsionar processos de mudança na agricultura daquele país se

daria durante a década de 1930, na esteira da grave crise econômica de 1929 e dos esforços governamentais para superá-la.

Os mercados agrícolas haviam entrado em colapso e o empobrecimento das famílias rurais se tornou uma realidade, exigindo um conjunto de rápidas iniciativas estatais. Foi gradualmente consolidado um eixo reunindo os *land grant colleges* (instituídos pelos *Morrill Land-Grant Acts*, no século 19), os serviços de extensão rural, as estações experimentais de pesquisa agrícola e outras políticas do Departamento de Agricultura¹⁶, os quais foram fortemente mobilizados durante a década, como resposta à grande depressão econômica e em função das iniciativas do *New Deal*. Os cientistas sociais foram também recrutados, com o intuito de prover recomendações sobre as prioridades de ação.

Já no final daquela década, a economia voltou a apresentar altas taxas de crescimento, ensejando uma ação governamental que visou promover um forte processo de transformação da base produtiva, o que acabou difundindo o ideário da agricultura moderna, sobretudo depois de 1940.

Naqueles anos, nos Estados Unidos, nasceria uma compreensão sobre agricultura que, posteriormente, alcançaria outros países¹⁷. Além disso, os seus resultados produtivos, por serem notáveis no caso norte-americano, também tornaram os formatos tec-

¹⁶ O Departamento de Agricultura, nos Estados Unidos, tem estatuto ministerial.

¹⁷ Goodman et al. (1990) descrevem a formação do “padrão moderno” com riqueza de detalhes durante um período de 80 anos, entre meados do século 19 até a década de 1930, quando, devidamente “acabado”, esse formato começou a ser implantado pioneiramente nos Estados Unidos, para depois ser adotado em outros países.

nológicos da agricultura – que passou a ser chamada de moderna – crescentemente percebidos como o único caminho e, lentamente, enraizou quase universalmente uma compreensão acerca do que se entende pela atividade econômica agricultura.

Uma vez que o processo de colonização norte-americano consagrou as formas de produção sob gestão familiar, a literatura sociológica daquele país, desde os seus primórdios, dedicou-se à agricultura familiar. Todavia, talvez seja correto afirmar que a explosão de estudos sociológicos informados por essa noção descritiva ocorreu especialmente a partir da década de 1940, quando cresceu, de forma assombrosa. A modernização agrícola centrada naqueles estabelecimentos (ZIMMERMAN, 1951).

Foi durante esse período expansionista que se difundiu no pós-guerra a literatura sobre as virtudes da agricultura familiar, entendida como o esteio da economia agrícola norte-americana.

Porém, salientam-se duas diferenças cruciais em relação ao pensamento social europeu. Em primeiro lugar, jamais prosperou nos Estados Unidos uma tradição socialista digna do nome e, dessa forma, o veio sociológico nascido com Marx não influenciou a reflexão dos cientistas sociais que estudaram os familiares naquele país.

Não existiu, portanto, uma disputa de paradigmas, e a dominante presença do difusionismo (ROGERS, 1962), especialmente a partir dos anos 1950, apenas significou, na prática, que os sociólogos ocupados em questões rurais empreenderam uma pro-

fusão de estudos sobre o meio rural norte-americano, dentre os quais uma proporção significativa sobre o conjunto familiar – estudos quase sempre descritivos, pois raramente eram submetidos a um crivo teórico rigoroso.

Essa faceta deve-se ao contexto histórico que deu origem à Sociologia Rural naquele país, pois foi um campo disciplinar que nasceu não a partir de uma problemática teórica e, menos ainda, inspirado por uma grande transformação societária. Pelo contrário, nasceu de uma ação governamental específica e da pressão de organismos religiosos, que viram no esvaziamento das regiões rurais uma ameaça social e política. Como enfatizado por Friedland,

[...] diferentemente da Sociologia [Geral], cujos praticantes precisavam mendigar por recursos de pesquisa e salários, a relação organizacional entre departamentos [universitários] de Sociologia Rural, estações experimentais e o Departamento de Agricultura sempre propiciou uma fonte lucrativa de dólares para a pesquisa (FRIEDLAND, 1981, p. 4).

Em segundo lugar, o processo de ocupação do território nos Estados Unidos, historicamente mais recente do que na Europa, implicou na inexistência de um conjunto social camponês pré-existente que ostentasse narrativas sociais de profunda densidade, enraizando culturas regionais e modos de vida.

Sem esse passado a considerar, a Sociologia Rural, enquanto uma disciplina científica, emergiu com maior desenvoltura naqueles anos e repercutiu a gênese e a expansão do padrão moderno da agricultura, também suas características sociais e econômicas.

Não deve surpreender, portanto, que o *farmer* (ou seja, o estabelecimento rural de escala relativamente menor mantido sob gestão familiar, e que foi sendo tecnologicamente modernizado com o passar do tempo) simbolize essa fase do desenvolvimento agrário naquele país, ao mesmo tempo em que o termo *camponês* praticamente inexistiu na literatura sociológica norte-americana.

As preocupações dos cientistas sociais eram muito distintas, pois embora se identificassem com a Sociologia Geral, foram imbuídos, principalmente, de uma missão social, mas não inspirados por uma atividade de razão abstrata ou especialmente teórica.

Conforme Brunner (1957, p. 150), “[...] influenciados pela filosofia do pragmatismo, rejeitaram a esterilidade da grande teoria e a falsa premissa de uma divisão entre o pensamento e a pesquisa prática” e se viram praticando a Sociologia, tornando-a útil, concreta e mais aplicada.

Em síntese, essa primeira tradição sobre o mundo rural, nascida e consolidada nos Estados Unidos, mereceria ser mais amplamente conhecida e analisada no Brasil por diversas razões principais. Existem, sem dúvida, inúmeras diferenças históricas como, por exemplo, os respectivos processos de colonização e as repercussões na estrutura fundiária de ambos os países, radicalmente distintas em seu nascedouro. Mas, centrando-se em épocas mais recentes, outras marcas demandam conhecimento mais aprofundado.

O aspecto mais relevante é que a história agrária norte-americana construiu o *modus operandi* e os

fundamentos da agricultura moderna, e foi esse modelo que inspirou a montagem da modernização da agricultura brasileira, a partir do final dos anos 1960. Diversos aspectos constituintes desse padrão técnico são supra-históricos, não se conectando a particularidades nacionais, e indicando tendências igualmente encontradas em diversas narrativas agrárias desenvolvidas sob a sua inspiração em vários países.

O que se discutirá, afinal, na seção seguinte é o conjunto daquelas tendências, sejam sociais ou econômicas, produtivas ou tecnológicas, que já estão em andamento no caso brasileiro.

Outra justificativa para esse estudo seria analisar o surgimento da expressão agricultura familiar e seu desenvolvimento naquele país do Norte, como esse texto apresenta em linhas gerais e, ainda, como um exercício aproximativo. Comparações mais detalhadas sobre o desenvolvimento agrário entre os dois países poderão ser férteis para indicar análises acerca das similitudes e diferenças entre essas duas histórias de transformação das regiões rurais¹⁸.

A experiência norte-americana de constituição da Sociologia Rural, de modernização de sua agricultura e de formação de um novo vocabulário (incluindo a noção de agricultura familiar) cruzou o Atlântico durante o pós-guerra, como parte dos esforços da diplomacia norte-americana de ampliar a influência do país em outros continentes.

¹⁸ Uma contribuição pioneira, que compara o grupo familiar nas agriculturas canadense, norte-americana e a brasileira, é o importante trabalho de Bolliger e Oliveira (2010).

Nesse sentido, “[...] a região onde as ideias da Sociologia Rural e das práticas da extensão rural [norte-americanas] mais se firmaram foi na Europa Ocidental” (LOWE, 2010, p. 317), influenciando decisivamente o desenvolvimento agrário em diversos países naquela região continental.

É valioso citar um trecho mais longo do mesmo autor, sob o qual se evidencia um conjunto de noções e visões de mundo, mas também de operações de modernização capitalista do mundo rural que o ideário norte-americano conseguiu estender a diversos países europeus, assim como em outros continentes, com destaque para a América Latina. O plano de reconstrução da Europa, destruída pela guerra, não propiciou apenas novas ideias, mas igualmente uma ideologia de materiais, pois os insumos e equipamentos associados à agricultura moderna traziam igualmente uma promessa de transformação das regiões rurais europeias. Inúmeras excursões de europeus foram realizadas naqueles anos aos Estados Unidos e, sobre elas, Lowe comenta que:

[...] Visitando os land-grant colleges e realizando excursões com os extensionistas, os visitantes europeus foram introduzidos a uma sociedade na qual os produtores rurais comuns tinham acesso a uma sofisticada assistência técnica; as crianças do meio rural chegavam à universidade; as famílias rurais tinham ampla mobilidade, pois dispunham amplamente de caminhonetes e automóveis, e as casas rurais tinham cada vez mais os confortos modernos e eram conectadas ao mundo mais amplo através do rádio e da televisão [...] *As pessoas das regiões rurais eram assim integradas à sociedade de massa, não apenas economicamente, mas também culturalmente.* Milhares de agentes extensionistas apoiavam não apenas o desen-

volvimento da agricultura, mas também a economia doméstica das famílias e a organização das comunidades rurais. Em um vasto exercício de civismo rural, trabalham em conjunto com mais de um milhão de líderes locais, oferecendo educação comunitária e o desenvolvimento da população rural, incluindo as mulheres e os jovens [...] Através dos serviços de extensão, a América apresentava assim uma visão de modernidade rural (LOWE, 2010 p. 318, grifo nosso).

Mas, além desse aspecto acima citado, o caso europeu é infinitamente mais nuançado e complexo, com destacadas variações entre países e inigualável riqueza analítica¹⁹.

Novamente, de forma sintética, e sendo aqui impossível o detalhamento acerca de histórias camponesas, culturalmente específicas e geograficamente localizadas, indicam-se apenas três aspectos considerados mais decisivos como primeira sugestão para situar a história intelectual da agricultura familiar em alguns países daquele continente.

Primeiramente, destaque-se o fato de serem as regiões rurais da Europa ocupadas em tempo histórico de longa duração por populações camponesas. As decorrentes vicissitudes territoriais e as distintas

¹⁹ A prova irrefutável das diferenças citadas – nessa comparação entre as duas tradições de estudos sobre os ambientes rurais – é o vigor da literatura sobre a história econômica e social, nos dois casos. Enquanto existem notáveis estudiosos europeus, especialmente historiadores, que esmiuçaram a história agrária daquele continente com estudos que remontam à tempos históricos muito distantes no passado, a literatura norte-americana, sob esse aspecto, pode apenas apresentar obras que são muito recentes, em termos históricos, e nas quais virtualmente não se menciona a palavra camponato. Os dados censitários, por sua vez, indicam uma enorme variedade de situações, especialmente se comparadas às tendências do período recente daqueles países que formaram inicialmente a CEE e os chamados “novos estados membros”, que formam atualmente a União Europeia. A respeito, podem ser consultados os diversos documentos, inclusive censos, constantes da base de dados da Comissão Europeia. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/eurostat>>.

facetar socioculturais constituíram regiões rurais de profunda singularidade, com relevantes especificidades reproduzidas ao longo dos tempos. Devido ao seu peso social na história europeia, decisivo papel na produção agrícola, relacionamento com as outras classes, comportamento político e tantas marcas específicas como classe social, os diversos campesinatos inspiraram vastíssima literatura, nos mais variados campos disciplinares, aí incluindo a literatura e outras manifestações sociais.

Por essas razões principais, seria necessário um esforço analítico muito mais ousado para discutir o caso europeu, com o objetivo de apontar singularidades no debate sobre a agricultura familiar em países específicos. Comparado com os Estados Unidos, o continente europeu ostenta uma história agrária mais longa, fortemente centrada na presença de campesinatos que, durante séculos, foram coagidos à imobilidade geográfica, enraizando localmente peculiaridades sociais e culturais – muitas delas sobrevivendo no tempo.

Assim, permaneceram diversos aspectos, como as muitas tradições camponesas que se mantiveram não apenas no imaginário coletivo, e cujas características culturais e processos sociais típicos continuaram a influenciar os estudos de cientistas sociais – ocultando, sob as lentes da cultura, os impactos econômicos mais aparentes da sociabilidade capitalista, quando essa mais visivelmente se desenvolveu. Resalva-se que, no caso europeu, aquelas foram tradições que se combinaram com novas atividades econômicas, muitas vezes de vulto, consagrando mar-

cas camponesas em diversos nichos de produtos, agroturismo, eventos culturais rurais, entre outros.

Para citar um exemplo de estudo demonstrativo, a pesquisadora brasileira Maria José Carneiro investigou em uma aldeia dos Alpes franceses as transformações familiares decorrentes das políticas de modernização do pós-guerra até os anos 1980, com ênfase nas dinâmicas de reprodução e organização familiar (CARNEIRO, 1998).

Em segundo lugar, em alguns dos países mais influentes, como a Inglaterra ou a França, os ambientes intelectuais e acadêmicos foram fortemente influenciados por maior pluralismo teórico, contando com a ativa presença de variedades do Marxismo e suas correspondentes leituras sobre o desenvolvimento agrário.

Esse fato acarretou, por exemplo, debates que são típicos e facilmente reconhecíveis, quando presente o foco daquela tradição do pensamento social, além da corriqueira minimização de comprovações empíricas, comum aos estudos marxistas. Quando essas comprovações são substituídas por escolhas preferenciais de noções de maior grandeza, que abarquem escopos sociais mais ambiciosos e amplos (como totalidade, modo de produção, sociedade, entre outras noções), tem-se que essas podem ser mais sedutoras, como forma discursiva, mas são quase sempre insatisfatórias em seu poder explicativo.

Ou seja, o debate europeu, em alguns países, refletiu maiores ambições teóricas, mas foi incapaz de delimitar claramente os limites e insuficiências do

Marxismo, pois nos anos 1980 essa era a perspectiva que, embora minada por inúmeras (e crescentes) dissidências e críticas, ainda se mostrava forte o suficiente para atrair um grande número de cientistas sociais.

Sob tal contexto, uma categoria analítica específica nos debates sobre o capitalismo agrário que persistiu até o final dos anos 1980 foi a noção de produtor simples de mercadorias – usada para designar tanto os camponeses quanto os agricultores familiares.

Essa categoria, oriunda do modelo marxista, permeou por um longo período os debates entre os estudiosos, até que fosse paulatinamente esquecida nos anos seguintes e, embora suas origens remotas possam ser identificadas em Marx, o artigo de Friedmann (1978) foi decisivo para estimular um debate sobre tal categoria, que adentrou a década seguinte.

Uma síntese sobre os debates europeus, que repercutiu nos anos 1970 e parte dos anos 1980, foi oferecida por Norman Long, então um dos mais ativos participantes dos debates sociológicos e autor de obras de grande importância teórica, também responsável por diversos estudos de densa qualidade empírica, em especial na América Latina, embora um autor praticamente desconhecido no Brasil.

O livro que organizou em 1984, *Family and Work in Rural Societies*, é emblemático do rumo dos debates que eram então dominantes, embora circunscritos à discussão europeia. Trata-se de uma obra que analisa formas de cooperação e de divisão de trabalho

entre produtores rurais de variados contextos nacionais, e o tema central que orientou os diversos artigos que formam a coletânea diz respeito à natureza e significação do trabalho não pago, e suas relações com formas de trabalho remunerado e padrões de desenvolvimento agrário. É importante salientar que esse objetivo central incluiu análises sobre os camponeses ou os agricultores familiares, termos que no livro são tomados como sinônimos – uma evidência irrefutável sobre a inexistência, naqueles anos, de qualquer estatuto especial da noção de agricultura familiar no debate europeu.

Em seu artigo, Long sintetiza as interpretações então dominantes na literatura, basicamente divididas em dois grandes campos. De um lado, aqueles autores que insistiram que as formas de produção camponesas (também chamadas de familiares) seriam apenas transitórias, e que desapareceriam com o aprofundamento capitalista. E, no outro campo de análises, os estudiosos que apontaram a existência de um campesinato que evidenciava uma estrutura com sua própria lógica, a qual resistiria às investidas da expansão capitalista, especialmente por ser funcional ou conveniente aos ditames mais gerais da acumulação capitalista²⁰.

Mas Long enfatizou ser essa polarização insatisfatória, porque

[...] uma dificuldade básica neste tipo de debate é que os argumentos são apresentados como proposições autoexcludentes que pretendem alcançar alguma validade universal,

²⁰ Bernstein discute essa perspectiva analítica, que foi influente naqueles anos, em um de seus livros mais recentes (BERNSTEIN, 2010).

ainda ressaltando a necessidade de maior conhecimento empírico, pois

[...] um desafio analítico central é explicar as diversas adaptações que surgem através da interseção de diferentes dimensões: por exemplo, políticas estatais desenvolvimentistas, a natureza mutável da economia nacional, os mercados internacionais de mercadorias agrícolas, o padrão das relações rurais-urbanas, além das persistentes (embora possivelmente readaptadas) instituições locais e os processos sociais (LONG, 1984, p. 1-2).

Contudo, como se estivesse antecipando formulações posteriores, o autor registra que a distinção entre formas de produção camponesas e aquelas intituladas de simples residiria meramente no tocante ao grau de integração com os mercados (LONG, 1984, p. 26), pois camponeses, caracteristicamente, reservam parte de sua produção para o consumo da família e outros destinos não monetários, enquanto as formas simples de produção de mercadorias – que seriam atualmente chamadas de familiares – estariam mais fortemente articuladas aos diferentes mercados.

Como se discutirá na quarta seção desse texto, essa distinção é inapropriada, pois Long, assim como outros autores, muitos até mesmo contribuindo para esse debate em nossos dias (duas décadas depois), ao centrarem-se mais estreitamente na ótica exclusiva do funcionamento interno da unidade de produção, ignoram, ou pelo menos minimizam, os determinantes mais gerais dos comportamentos sociais, em especial quando as economias nacionais se tornam mais dinamicamente capitalistas.

O autor não considerou que, sob tal dinâmica, passa a predominar claramente um processo imperativo para orientar e dar significação à ação social – a sociabilidade capitalista, como um guia social que a todos conforma, em suas facetas principais, determinando as fronteiras do comportamento humano. Isso sem surpresa, pois se concentrou em aspectos que são mais socioculturais do que propriamente econômicos e de maior consequência comportamental, Long concluiu que “empiricamente, é frequentemente difícil, especialmente em contextos do Terceiro Mundo, diferenciar entre aquelas duas formas de produção” (LONG, 1984, p. 27).

Nos anos 1990, surgiu a terceira razão que carimbou uma característica específica à narrativa europeia sobre a agricultura familiar. Nessa década, a antiga Comunidade Econômica Europeia (CEE) se ampliou, e nasceu, em fevereiro de 1992, a União Europeia (UE).

Entre tantas consequências dessa ousada reformulação política foram reforçadas as políticas para o meio rural, especialmente aquelas chamadas de reestruturação ou de reconversão produtiva, visando nivelar as diferenças produtivas entre os países integrantes. Sob aqueles focos gerais, ao longo da década, foram sendo implantadas diversas políticas correlatas e dirigidas ao meio rural como um todo ou, mais especificamente, aos agricultores que mantinham a gestão familiar de seus estabelecimentos.

Mas a expressão agricultura familiar foi usada naqueles anos apenas superficialmente – afinal, a vastíssima maioria dos imóveis rurais no continente era

de pequeno porte e dirigida pela família proprietária e, portanto, não existiriam razões para inspirar a sugestão de uma categoria nova para caracterizar esse grande conjunto.

Por que insistir em tal expressão e, sobretudo, reivindicar para a mesma um estatuto teórico, se as agriculturas europeias eram (e são) tipificadas por uma estrutura social caracteristicamente dominada por pequenos imóveis rurais com gestão familiar?

Em um fascinante estudo dedicado à análise das diversas fases experimentadas pela ação conjunta dos países europeus irmanados na atual União Europeia, desde o Tratado de Roma (1957), Gray discute as reiteradas invenções do rural, de acordo com diferentes momentos históricos vividos por essa coletividade de países.

O autor julga existirem quatro fases distintas e claramente discerníveis ao longo do tempo, partindo da inicial, nos anos 1960, quando, por várias razões aqui não apontadas, a agricultura foi eleita como o eixo principal para fomentar o processo de integração econômica. Para os propósitos desse trabalho, não sendo apropriado sintetizar os muitos aspectos daquele artigo tão relevante, é importante citar que o autor indica que, desde os primórdios da União Europeia, ainda em sua primeira fase, e não obstante a enorme diversidade existente no meio rural, foi crucial, para os formuladores da política agrícola comum, fomentar

[...] uma imagem da sociedade rural [que] retratasse as pessoas e o seu modo de vida no campo com seus valores culturais, e que os interesses rurais tinham

significação política em todos os estados-membros (GRAY, 2000, p. 34).

Para tanto, insistiram os primeiros documentos oficiais que “[...] preservar a unidade familiar como a principal característica da agricultura era uma condição para a sociedade rural” (GRAY, 2000, p. 34).

Mas o autor enfatiza que, com o passar dos anos, acabou-se romantizando enormemente essa noção mais geral e, nos anos 1980, diversos documentos sugeriram uma forma de produção que parecia portadora de uma essencialidade virtuosa. Nas palavras de Gray, disseminou-se um imaginário sob o qual:

[...] o espaço e a sociedade rurais são relativamente homogêneos – é onde a agricultura está sendo desenvolvida em propriedades de pequeno tamanho e sob a administração das famílias moradoras. Adicionalmente, existiria uma relação causal entre uma forma específica de produção agrícola e uma sociedade exemplar. A agricultura familiar cria um tipo de espaço onde a sociedade rural pode florescer e onde os ideais da sociedade mais ampla podem ser cultivados e preservados. A agricultura familiar sustenta não somente a sociedade rural, mas a sociedade como um todo, caracterizada pelos ideais de estabilidade, justiça e igualdade [...] *foi esta imagem moralmente construída do rural que foi concretamente codificada na Política Agrícola [do Mercado] Comum* (GRAY, 2000, p. 35, grifo nosso).

Sob essa representação moral, argumenta o autor, foram desenvolvidas, sobretudo a partir de meados dos anos 1980, diversas políticas que ampliaram cada vez mais o fosso existente entre as duas dimensões: a real e vivida pelas famílias rurais, e

aquela que vem representando, discursivamente, o mundo rural sob o manto da União Europeia. A notável magnitude desse hiato alcançado está descrita no que o autor chama de fase quatro do desenvolvimento da política agrícola para todos os países membros.

Já nos anos 1990, surgem diversas políticas novas, mais complexas e variadas, ultrapassando a imagem de uma ruralidade diversificada, centrada na agricultura familiar e refletindo as pressões da vida moderna, o declínio rural e a formação de muitas áreas marginais no mundo rural europeu.

Nesse momento, foram acelerados os processos de integração econômica dos produtores rurais, realçando a agricultura de base familiar, embora sem uma disseminação proporcional da expressão e, menos ainda, teorias a respeito. A noção de camponês se manteve presente no imaginário social de muitos países europeus, que genericamente os associam aos agricultores. Por isso, o termo agricultura familiar não foi tão amplamente difundido, como ocorrido nos Estados Unidos, o que houve foi uma afirmação social e econômica das sub-regiões, onde singularidades culturais camponesas tipificaram-nas marcadamente em aspectos como gastronomia, produtos camponeses, costumes, festas, etc.

Uma vez que já predominava em quase todos os países essa forma social de produção, gradualmente, a expressão agricultura familiar passou a encontrar alguma adesão na literatura científica, ao mesmo tempo em que o termo camponês foi perdendo a sua antiga proeminência. Assim, à medida que novas políticas ampliaram o escopo empírico de uso da

expressão, também os cientistas sociais desse campo do conhecimento mudaram os termos e modelos de interpretação.

Concomitantemente, foi também nessa década que a influência do Marxismo na Europa se tornou marginal e, igualmente, uma literatura de origem norte-americana passou a ser mais aceita entre os cientistas sociais (LOWE, 2010). Sob essa confluência de fatores, a expressão agricultura familiar, já no final daqueles anos, também passou a ser usada com alguma frequência pelos cientistas sociais do continente europeu. Salienta-se, entretanto, que a emergência da expressão, no caso europeu, nem remotamente se compara, em magnitude e frequência, ao ocorrido na história acadêmica norte-americana.

Não obstante a constatação da inexistência de um consistente estatuto conceitual que articule agricultura familiar a um arcabouço teórico, a história do pensamento social registra vários debates e estudos específicos que procuraram no período recente analisar os estabelecimentos rurais com administração familiar sob os parâmetros de várias disciplinas científicas. Embora não exista aqui a pretensão de exaurir a discussão da literatura internacional a respeito, nota-se, no entanto, e tão somente a título de ilustração, que alguns aspectos relativos às particularidades de tais formas de produção têm sido analisados por diversos autores.

Um tema que tem intrigado cientistas sociais, por exemplo, relaciona-se à permanência de um tipo de economia que, em tese, deveria defrontar-se com as crescentes dificuldades para subsistir em face da

lógica concentradora do capitalismo e, talvez, até mesmo ser condenada ao desaparecimento. Mas, como a realidade empírica é outra e muito distinta, pois são formas de produção rural resilientes e ainda majoritárias nos países mais ricos, esse é um debate ainda inconcluso, e assim muitos analistas vêm sendo desafiados a interpretar a persistência da agricultura de pequeno porte com gestão familiar em processos de expansão econômica.

Normalmente, as fronteiras disciplinares desses estudos se confundem diante da diversidade de paradigmas científicos adotados para estudar a agricultura familiar. Entre os economistas, autores neoclássicos têm demonstrado amiúde a sua surpresa em face da teimosia histórica de tais estabelecimentos, pois são unidades que vêm sobrevivendo mesmo durante ciclos mais longos de expansão capitalista (não obstante o paradigmático exemplo norte-americano que contraria essa tendência, conforme será discutido na seção seguinte).

Sob a perspectiva da Economia neoclássica, Gunter Schmitt, por exemplo, ofereceu prolífica produção científica e uma ilustração paradigmática é seu artigo do início da década de 1990 (SCHMITT, 1991), no qual procurou explicar porque a agricultura de menor escala com direção familiar tem predominado no meio rural, incluindo os países do chamado capitalismo avançado.

Para o autor, um conjunto de fatores justificaria essa tendência, desde os custos de transação mais baixos e os reduzidos retornos à escala nas propriedades maiores (em função da virtual inexistência de econo-

mias de escala na agricultura), aos custos de oportunidade que seriam mais elevados, em relação ao trabalho familiar na agricultura – não citando outros aspectos que talvez sejam menos universais e mais particulares de determinadas situações concretas. À luz de seu modelo teórico, o autor concluiu que “[...] a importância futura da agricultura familiar, provavelmente, será reforçada” (SCHMITT, 1991, p. 455).

Johnson e Ruttan, por sua vez, introduziram uma interpretação sobre as razões pelas quais, mesmo ocorrendo um aumento médio do tamanho dos estabelecimentos rurais ao longo do tempo, as propriedades rurais, em geral, ainda são de porte econômico e escala produtivas proporcionalmente menores se comparadas às firmas industriais. Para tanto, examinaram dez grandes projetos agrícolas, em diferentes países, com o objetivo de decifrar os motivos que levaram aquelas iniciativas à bancarrota (entre eles, o notório Projeto Jarí, desenvolvido no Amapá).

Suas conclusões são relevantes para os propósitos desse texto, pois indicam chances maiores de persistência da pequena agricultura sob gestão familiar, menos em face das eventuais virtudes intrínsecas dessa última e mais em função de incontáveis fracassos de grandes projetos, sugerindo ser a agricultura um terreno inóspito para a acumulação de capital. Conforme enfatizaram os autores,

É então a conclusão deste artigo que as propriedades rurais provavelmente não aumentarão mais do que a capacidade [de administração] do operador e que as pequenas propriedades intensivas em trabalho representam a mais apropriada estrutura agrícola nos países em desenvolvimento? Para a primeira questão,

dada a natureza humana, talvez. Há uma crescente percepção na indústria de que as pequenas firmas empreendedoras frequentemente são mais eficientes do que as maiores [...] a razão reside na maior flexibilidade da pequena empresa, maiores incentivos e transparência para os empregados e administradores [...] A segunda pergunta é mais interessante, em especial devido às suas implicações para o [campo do] desenvolvimento. Os argumentos a favor de uma estrutura agrícola unimodal de pequenas propriedades são usualmente apontados em função de fundamentos de equidade e amplo bem estar. Mas está sempre em questão se a equidade significa a perda de eficiência. As experiências dos projetos [analisados] sugerem que este pode não ser o caso (JOHNSON; RUTTAN, 1994, p. 702).

Economistas e outros cientistas sociais de inspiração marxista também vêm debatendo regularmente acerca da natureza da agricultura familiar e seu lugar social no capitalismo.

Esse é o tema que vem animando os autores que se inspiram na tradição marxista nos últimos 35 anos – o artigo fundador de uma interpretação inovadora é, sem dúvida, aquele proposto por Susan Mann e Charles Dickinson, publicado no final dos anos 1970 (MANN; DICKINSON, 1978). Esse artigo trata de uma proposta interpretativa que operou uma reviravolta no engessado conjunto de noções gerais que então predominava em tais círculos acadêmicos inspirados por essa tradição teórica.

Desde então, esse tem sido o campo de produção de argumentos e pesquisas que vêm se renovando continuamente, sendo ousado o suficiente para adiantar análises heterodoxas, as quais usam apenas parte

do arsenal teórico legado por Marx e não hesitam em descartar outros aportes daquele pensador, quando são reflexões desconectadas das realidades agrárias contemporâneas. Meramente para ilustrar esse aspecto, citam-se dois trabalhos.

Primeiramente, o influente livro de Goodman et al. (1990), que repercutiu uma crescente percepção, já no final da década de 1980, sobre a necessidade de introduzir a dimensão ambiental (ignorada por Marx) nas análises das ciências sociais que investigam o mundo rural, aprofundando a veia adiantada naquele artigo clássico de 1978, acima citado.

Mais relevante para os objetivos desse artigo, Goodman e seus colaboradores ofereceram uma tese acerca do que outros chamariam de funcionalidade da agricultura familiar em processos de expansão de economias capitalistas, pois aquela seria uma forma de produção que se sujeitaria aos bloqueios estruturais que a natureza impõe à dominação direta do capital na agricultura. Ou, em termos mais simples: por não vencer os ritmos da natureza e os processos biológicos diretamente no momento de produção, os capitais agroindustriais gradualmente cercaram os produtores, à jusante e à montante, gerando as cadeias produtivas e os complexos agroindustriais.

E mantendo a agricultura familiar como forma dominante na agricultura, tem-se, de fato uma classe média rural cuja racionalidade não se orienta pela maximização de lucro ou uma lógica empresarial, mas sim, por uma racionalidade de preservação de seus recursos de produção e dos níveis de renda, sem envolvimento direto na competição intercapita-

lista, e indiretamente afetada (quando não controlada) pelos capitais agroindustriais. Dessa forma, as vicissitudes do funcionamento das cadeias passam a determinar as chances de sobrevivência da agricultura familiar.

Durante esses anos, o campo de debates sobre a agricultura familiar ampliou-se, com crescente superposição disciplinar, incluindo categorias e narrativas teóricas de outras disciplinas, como a Sociologia, a Antropologia ou a História. Da mesma forma, as propostas interpretativas vêm sendo ampliadas, e um segundo exemplo emblemático é o recente livro de Bernstein, sobre o qual se comentará adiante (BERNSTEIN, 2010).

Mas diversas trilhas analíticas foram e vêm sendo ainda exploradas, desde aquele artigo pioneiro de 1978. São, por exemplo, as teses sobre a proletarianização rural, as discussões sobre a produção simples de mercadorias na agricultura, o debate mais recente sobre campesinização e descampesinização ou, ainda, o destino da agricultura familiar e a globalização (BLANC, 1994; FRIEDMANN, 1986; KONING, 1983).

Da mesma forma, floresceram diversos trabalhos sobre especificidades agrárias nacionais, inspirados por ângulos diversos do mesmo debate (KASIMIS; PAPA-DOPOULOS, 1997; MACHUM, 2005; SAUER, 1990; SMALL, 2005; WEGREN, 1998). Entre os sociólogos e, em menor amplitude, os antropólogos, também o debate sobre a agricultura familiar obteve razoável repercussão, particularmente na década de 1990.

Confrontados com a óbvia fragilidade teórico-conceitual de tal noção, alguns estudiosos procuraram sanar essa lacuna, embora sem êxito – a maior prova sendo que as tentativas de teorização não prosperaram posteriormente. Quase sempre, o foco principal dos cientistas sociais desses dois campos disciplinares centrou-se na adequação (ou não) do fator trabalho como determinante da agricultura chamada familiar e, por conseguinte, qual poderia ser o adequado corte empírico que poderia separar os familiares dos não familiares.

Esse debate, no entanto, logo encontrou um *cul-de-sac* concreto quando foram analisadas diversas experiências agrárias europeias, nas quais o trabalho fora da propriedade tem longa tradição de ocorrência (daí a extensa literatura sobre pluriatividade) e, dessa forma, os cortes propostos, às vezes motivados por razões teóricas, mostravam-se inapropriados, à luz de diversas situações nacionais.

Naquele período, o artigo de Gasson et al. (1993) foi referencial, especialmente quando propôs um tipo ideal de agricultura familiar, que seria constituída por seis características principais:

- A propriedade da unidade produtiva é combinada com o controle da administração nas mãos dos responsáveis.
- Os responsáveis pela propriedade se relacionam por parentesco ou casamento.
- Os membros da família (incluindo aqueles que são os principais responsáveis) aportam capital à atividade.

- Os membros da família, incluindo os responsáveis, trabalham na propriedade.
- A propriedade do negócio (*sic*) e o controle administrativo são transferidos de uma geração para outra.
- A família vive na propriedade (GASSON et al., 1993).

Contudo, conforme adiantado por Djurfeldt (1996), o conceito proposto naquele artigo se mostrava não operacional em termos práticos. É importante notar que o modelo teórico proposto por Göran Djurfeldt não encontrou seguidores na literatura, não sendo, de fato, um modelo, mas apenas uma sugestão empírica de combinar o trabalho familiar e o trabalho contratado.

Djurfeldt era motivado por uma inspiração fortemente chayanoviana, que propunha um modelo formal para definir a agricultura familiar que não fosse determinado contextualmente, como alegou ser o caso em relação à proposta de Gasson et al. (1993). A seguir, igualmente arbitrou um corte segundo o qual seria estabelecida a fronteira entre as formas de produção familiares e aquelas não familiares (DJURFELDT, 1996).

Esse último exemplo tem um simbolismo adicional, que é a necessidade de ressaltar a crua arbitrariedade e os diversos particularismos que caracterizam as decisões sobre o “corte” que segmentaria os grandes conjuntos sociais de produtores no mundo rural (familiares e não familiares). Quase invariavelmente,

os autores não se prenderam a uma problemática teórica ou a uma teoria sociológica sobre a estrutura social existente em áreas rurais, mas na busca de atribuir centralização a uma noção (família) como aquela que definiria a presumida “natureza” da organização de estabelecimentos rurais, e se viram forçados, inevitavelmente, a arbitrar a fração “desejável” de contribuições não familiares ao trabalho realizado, que seriam os assalariados contratados. Como é uma arbitrariedade, é óbvio que não pode existir uma sustentação teórica inteligível a tais “cortes” sobre a presença do trabalho assalariado contratado pelos responsáveis dos estabelecimentos rurais de pequeno porte com gestão familiar.

Ainda nesse conjunto de autores, destacam-se dois artigos dos anos 1990 que representaram relevantes contribuições. De um lado, o artigo de Hill (1993), que procurou demonstrar a enorme diversidade de situações nacionais no caso europeu, utilizando as estatísticas da União Europeia que estavam então disponíveis.

O objetivo da autora foi desmistificar a noção de agricultura familiar popularizada em diversos documentos oficiais da União Europeia, o que seria demonstrado pela diversidade existente no interior do agrupamento familiar. Para tanto, igualmente sugeriu um arbitrário corte empírico, também centrado nas proporções de trabalho familiar e não familiar, o que permitiu à autora propor a existência de três subgrupos: os familiares, os intermediários e aqueles não familiares. Realizada essa segmentação, o artigo

esmiúça as diferenças reais existentes entre os diversos estados-membros.

Em contraposição a um esforço eminentemente empírico como esse, no mesmo ano, o artigo de Moran et al. (1993) enveredou por outro objetivo, que foi sistematizar o debate então existente e aprofundá-lo. Nesse sentido, influenciados de um lado por Chayanov e, de outro, pela tradição marxista renovada a partir do demarcador artigo de Friedmann (1978), os autores também apontaram as insuficiências das teorias muito abstratas e propuseram explicações de médio alcance, suplementadas com conceitos que pudessem ser operacionalizáveis. Conforme insistiram,

[...] Se as mudanças nas economias rural e agrícola das nações devem ser entendidas, argumentamos que é preciso uma teorização de médio alcance que se construa a partir do conhecimento existente, mas também estabeleça conceitos que possam ser mais imediatamente investigados. Três deles são propostos aqui. Relações de trabalho ao nível da propriedade e de membros das famílias rurais na força de trabalho mais ampla, o que pode ter mais nuances do que aquelas englobadas pelo conceito de comodificação. Sugerimos uma tipologia das relações de emprego [...] os dois componentes essenciais da agricultura familiar – a unidade de produção e a família – não são estáticos. Ambos seguem trajetórias evolutivas que são em alguma medida previstas [...] Ao sugerir enfoques para entender os ciclos de vida e da produção, estamos obviamente retornando a algumas das ideias propostas por Chayanov. Em terceiro lugar, compreendendo a forma sob a qual as propriedades familiares são organizacionalmente articuladas à economia capitalista para a comercialização é também

insuficiente. Propomos que as unidades familiares [...] são melhor preparadas para capturar ganhos que poderiam de outra forma ser dirigidos às organizações capitalistas. A extensão sob a qual a agricultura familiar continua a determinar influência na compra de seus insumos e na comercialização de seus produtos não é bem conhecida (MORAN et al., 1993, p. 38-39).

Por fim, talvez seja importante destacar, em um salto à frente de mais de 15 anos, o artigo de Calus e Huylenbroeck (2010), exatamente porque os autores oferecem uma revisão da literatura anterior, destacando que a persistência da agricultura familiar poderia ser interpretada sob dois modelos: um centrado em variáveis socioeconômicas, e o competidor, um modelo que intitularam de histórico. Trata-se de um artigo sintomático porque, sendo recente, a discussão oferecida, baseada em ampla revisão da literatura, pouco aporta de conhecimento novo, mantendo praticamente todos os impasses antes relatados.

Igualmente preocupante é o fato de que o artigo, embora não deixando de reconhecer a massiva intensificação da produção agrícola no continente europeu e a consequente capitalização das propriedades rurais, até mesmo das menores unidades de produção, insiste na persistência de diversos mitos. O principal deles, que é o objeto central de discussão nesse texto, é desconhecer o peso crucial que o adensamento da sociabilidade capitalista operou na racionalidade imperante nos condutores dos imóveis rurais familiares, quando insistem que

[...] a agricultura familiar não é somente uma ocupação na qual capital, trabalho e terra são utilizados

para a produção agrícola, mas também um estilo de vida baseado em e envolvendo crenças sobre viver e trabalhar em uma propriedade rural (CALUS; HUYLENBROECK, 2010, p. 654).

É provável que os autores estejam ecoando mais um desejo do que a própria realidade rural que o artigo demonstra tão cabalmente, apresentando realidades agrárias que foram radicalmente transformadas no período contemporâneo, agora sob a completa hegemonia do capital²¹.

O debate brasileiro: uma tentativa de síntese

A literatura brasileira sobre a agricultura familiar se distancia da norte-americana e da europeia, sob diversos aspectos.

Primeiramente, por ser mais profunda a distância entre o rural como ambiente empírico ou localidade, e o rural como representação social, incluindo como uma de suas possíveis manifestações as interpretações acadêmicas e intelectuais.

²¹Note-se que esse trabalho não abarca e nem debate outro tipo de literatura analítica, extremamente próxima da bibliografia tipicamente acadêmica sobre a agricultura familiar. Trata-se de uma produção que atende a objetivos mais imediatamente práticos, exigidos pela implantação de políticas públicas e ações governamentais dedicadas à promoção do desenvolvimento rural. Normalmente, no jargão usual, são “relatórios técnicos”, não trabalhos acadêmicos, ainda que às vezes sob a assinatura de pesquisadores universitários. Na presente década, como resultado da convergência de diversos fatores, essa literatura vem florescendo internacionalmente, dedicada a analisar políticas que no meio rural possam garantir a promoção dos pequenos produtores e sua sustentabilidade. Como seria problemático se estender aqui sobre esse outro vasto campo bibliográfico, cita-se, apenas como ilustração, o importante relatório técnico “O futuro da pequena produção”, organizado em 2005. Disponível em: <<http://www.ifpri.org/sites/default/files/publications/sfproc.pdf>>.

Essa distinção foi dissecada por Halfacree (1993), quando examinou diferentes definições sobre o rural, propondo a existência dessa dualidade. Quando entendida como localidade, a ruralidade tem sido tratada como um tipo específico de espaço que é geograficamente localizado, e a sua natureza é definida a partir da tangibilidade da paisagem e seus componentes concretos. Sob essa percepção, o rural, enquanto localidade, acaba sendo analisado sob diferentes indicadores ou temas: da composição social da população ali residente à natureza singular das relações sociais; das relações com outros espaços concretos similares às características físicas do meio empírico; entre tantas outras possibilidades.

Mas se o rural é visto como representação social (ou representação meramente acadêmica), a ruralidade passa a ser não espacial ou não relacionada a um espaço concreto, e deixa de ter clareza empírica. Passa a ser um discurso sobre um tipo ideal de espaço ou um tipo potencial de vida social que poderia ocorrer nesse rural hipotético. Com frequência, esse é um rural idealizado, pois nunca encontrado na realidade (HALFACREE, 1993, p. 32). É um rural imaginado antes do que observado, interpretado antes do que realmente estudado, e quase sempre relacionado culturalmente com as representações de outros espaços²². Ou seja, são leituras que sugerem um visível descompasso entre realidades concretas e interpretações acadêmicas que diversos autores oferecem, indicando

²² Como no clássico livro de Raymond Williams, *The Country and the City*, originalmente publicado em 1973.

insuficiente pesquisa empírica, além da presença de interpretações *ex-ante*.

No Brasil, essa assintonia entre análise e realidades concretas é exemplarmente demonstrada nos trabalhos de Maria Nazareth Baudel Wanderley, emblemáticos de uma forte e exclusiva tradição francesa que deixou marcas irremovíveis, tornadas analiticamente problemáticas à luz do desenvolvimento agrário brasileiro contemporâneo.

É uma autora referencial e com admirável produção científica, cujas interpretações evidenciam um sofisticado arsenal teórico, mas unicamente centrado nos autores franceses mais clássicos e, igualmente, nos autores brasileiros que no passado estudaram as condições sociais do mundo rural, especialmente no período pré-modernização. Seus trabalhos, não obstante a sua densidade teórica, não incorporam dois olhares essenciais para o entendimento mais aprofundado sobre os comportamentos sociais das populações rurais – sem os quais seus limites analíticos se tornam bem mais estreitados.

Wanderley demonstra, primeiramente, uma compreensão detalhada do visceral processo de transformação econômica e tecnológica que foi instituído tão vigorosamente no período de 1968 a 1981 e suas consequências posteriores, que alteraram gradual e radicalmente a lógica de estruturação da atividade agropecuária no Brasil rural.

Em síntese: são trabalhos que não incluem uma análise econômica do período contemporâneo, exatamente quando essa atividade experimentou um cres-

cimento contínuo e robusto, instituindo mecanismos econômicos e financeiros cada vez mais amplos e sofisticados de reestruturação da agropecuária. Sem essa atualização analítica (e temporal), a análise de Wanderley parece sempre se referir a um mundo rural brasileiro que, de fato, não existe mais.

Em segundo lugar, seus diversos artigos incluem quase sempre referências a situações concretas de um momento anterior da história brasileira, mas ignoram os processos de mudança produtiva, social e espacial dos últimos 40 anos. Enfatiza, por exemplo, a possibilidade de ocorrerem processos de recampesinização, mas cita como exemplo a colonização de origem europeia no Sul do Brasil ocorrida durante o século 19.

Essa insuficiência fica ainda mais marcante quando são discutidos os possíveis significados de camponês e agricultura familiar, em particular em dois de seus textos mais recentes (WANDERLEY, 1999, 2003). Nesses artigos, a autora repete, com maior amplitude analítica, o argumento neopopulista já citado que propõe uma combinação variável de essencialidades camponesas, quando defende o argumento da manutenção de características sociais e culturais camponesas, enquanto outros processos sociais, certamente mercantis, criam outros grupos de produtores sem aquelas características.

Mesmo assim, suas análises introduzem alguns focos relevantes para esse debate, o que ocorre, por exemplo, quando discute com propriedade a suposição acerca do campesinato como um grupo social que produz especialmente para o seu autoconsumo. Ou,

ainda, quando recusa a tese (igualmente derivada da literatura clássica da Antropologia) de que o trabalho e a produção entre os camponeses seriam indivisíveis, pois é ideia que supõe a superposição entre as atividades de trabalho e as demais atividades da vida familiar em antigos regimes camponeses.

Suas teses principais sobre a compreensão dessas formas de produção, contudo, são influenciadas por aqueles dois pontos, que limitam fortemente a eficácia analítica de suas propostas.

Quando afirma que

[...] ao campesinato corresponde uma dessas formas particulares da agricultura familiar, que se constitui enquanto um modo específico de produzir e de viver em sociedade (WANDERLEY, 1999, p. 24),

assume explicitamente a convivência em dado espaço social e econômico (uma nação, por exemplo) daquelas duas formas de produção, assim sugerindo, implicitamente, que essa possibilidade histórica existe: a permanência de um grupo social que, mesmo que articulado à sociedade maior por laços mercantis, possa se manter imune e não determinado pelos imperativos maiores que passaram a reger essa sociedade do entorno.

Essa poderia ser uma possibilidade no passado remoto, quando a gênese capitalista era embrionária, débil e ainda pouco influente. Nos últimos 40 anos, contudo, com o aprofundamento das transformações capitalistas do mundo rural, aquele imperativo se tornou hegemônico e determinante dos comportamentos sociais.

Assim, como se indicará na terceira seção desse trabalho, grupos sociais que no passado mantiveram alguma característica mais tipicamente camponesa poderão eventualmente manter características socio-culturais, mas jamais uma sociabilidade (ou seja, uma forma de ação social e seu significado) que seja em oposição àquela dominante. Isso, simplesmente porque deixariam de sobreviver, e muito rapidamente.

A sociabilidade dominante implica a captura de todos os grupos e classes sociais – ou deixaria de ser dominante. Como enfatizado por Bernstein,

[...] uma vez que os domicílios familiares se integrem às relações capitalistas de produção de mercadorias, passam a se sujeitar às dinâmicas e coações dos processos de mercantilização, os quais são *internalizados* em suas relações e práticas. Se cultivam somente para o seu consumo, isto ocorre porque estão integrados em relações mercantilizadas sob outras formas, usualmente através da venda de sua força de trabalho. Neste caso, é corriqueiro a ‘produção de subsistência’ ser financiada via salários recebidos, os quais são também usados para comprar alimentos [...] De fato, isto inverte o ‘excedente da subsistência’, na medida em que os ‘pequenos produtores’ podem satisfazer as suas necessidades alimentares de sua própria produção em função das formas às quais estão integrados em relações mercantilizada (BERNSTEIN, 2010, p. 103-4, grifo do autor).

A defesa do argumento que insiste na sobrevivência de rupturas e continuidades entre um suposto campesinato e a agricultura familiar, nos trabalhos de Wanderley (2003), sugere, muito mais, a nostalgia de uma interpretação sociológica que foi a mais influente em anos passados, mas que se distancia radicalmente do mundo rural do presente e é analiticamente

equivocada. Sem surpresa, são artigos que não indicam, em nenhum momento, os locais reais e empíricos onde poderiam ser encontrados os camponeses brasileiros, sob a forma conceituada pela autora.

Parte significativa da produção científica sobre o assunto no Brasil, de fato, tem espelhado inquietante desconhecimento empírico ou, pelo menos, visões fortemente normativas que mantêm expressivo distanciamento da realidade vivida pelos pequenos produtores familiares.

Adicionalmente, leituras mais críticas sobre o tema têm sido exceções. Dentre essas, destaque-se o artigo de Caume (2009), que analisa as razões essencialmente políticas que justificam a emergência da expressão agricultura familiar, em contraposição ao termo agronegócio.

Da mesma forma, o artigo de Neves (2007) operou um esforço de sistematizar, em especial, a produção acadêmica sobre o assunto, procurando identificar as origens da expressão e as nuances diferenciadoras entre os autores. Seu artigo dedicou-se, de um lado, a apresentar uma rápida história das ideias que informa o surgimento da agricultura familiar no Brasil, histórico que, ressalte-se de passagem, difere substantivamente do apresentado nesse texto. De outro lado, a experiente antropóloga dedicou-se a examinar a trajetória de implementação do Pronaf no Rio de Janeiro.

Sobre aquele termo designador, sem que tal leitura signifique visões normativas sobre suas possibi-

lidades políticas, a autora não deixa margem a dúvidas quando enfatiza que:

Logo, raramente [o termo agricultura familiar] pode ser reconhecido como noção analítica [...]. Opera então como um passe-par-tout, permutando princípios classificatórios os mais diversos. E assim cria o caos, onde deveria acenar como recurso de inteligibilidade. Obscurece, onde, se tomada como categoria analítica, deveria facilitar o entendimento das relações sociais. Nesse caso, não facilita o estudo de trajetórias diversas que pressupõem universos sociais e forma de ação ou intervenção social também distintas [...]. Ora, na maior parte das vezes, os traços constitutivos dos agentes produtivos rubricados como agricultores familiares não se encontram na agricultura e nem na família, mas no projeto político de constituição de uma categoria socioeconômica [...] não tem sentido em si mesma, salvo se acolhem as reificações que lhe dão o estatuto de mobilização política. (NEVES, 2007, p. 227).

Mas deve ser enfatizado, em especial, que o debate brasileiro sobre o tema, apenas muito superficialmente – ou quase episodicamente –, dialogou com a discussão apresentada na primeira parte dessa seção, que sintetizou as tradições norte-americana e europeia. Ou seja, é surpreendente que uma expressão como agricultura familiar tenha se enraizado tão fortemente, no caso brasileiro, no final da década de 1990, sem ter tido, praticamente, nenhuma interlocução mais continuada com os debates que ocorreram em outros países.

No Brasil, desde o nascedouro do tema, ocorreu uma forte superposição entre “objetivos dos autores políticos”, almejando a formalização de uma política

governamental (que seria o Pronaf) e, posteriormente, até mesmo sacramentando os critérios definidos na forma de uma lei, e supostos “arcabouços teóricos”, os quais poderiam trazer uma legitimidade científica à expressão. O debate brasileiro, portanto, padeceu, já em sua gênese, dessas duas insuficiências, a confusão entre ação governamental e teoria social e, em segundo lugar, o desconhecimento (e desinteresse) sobre os amplos debates sobre as formas familiares de produção agrícola, que foram animados pelos cientistas sociais norte-americanos e europeus.

Quem sabe incorrendo em extrema simplificação e no risco de uma leitura que não seja exaustiva e, igualmente, agregando alguma ironia nessa tipologia, talvez seja possível separar o conjunto de autores brasileiros em quatro grupos principais que discutiram o tema. Insiste-se que essa proposta de tipologia abaixo sugerida não é completa, centrando-se mais diretamente nos autores e trabalhos que encontraram maior receptividade e influência, mas deixando de citar outros estudos complementares – alguns deles, o que deve ser reconhecido, muitas vezes de qualidade teórica elogiável, mas sem ter causado (ainda) uma repercussão mais ampla. O que se propõe a seguir, portanto, não abarca o total da contribuição da literatura brasileira sobre o tema da agricultura familiar.

Primeiramente, existe um pequeno grupo de autores ortodoxos, que insistem em um pressuposto que, embora nem sempre explicitamente indicado, é marxista em sua origem e introduz um argumento nitidamente limitador, senão conceitualmente errôneo. São os autores que julgam que a demarcação

entre familiares e não familiares somente pode ser estabelecida pelo critério da existência de trabalho externo contratado, assim rebaixando (ou até ignorando) o critério inicial, que deveria ser o da administração do estabelecimento, seja a gestão familiar ou não.

Não se pretende exaurir minuciosamente a lista de autores que enfatiza esse critério como o principal e enxerga no assalariamento realizado em estabelecimentos sob gestão familiar uma prova, digamos, pecaminosa, como se vivêssemos em outro regime societário que não o capitalista. Ou, ainda, como se não tivesse ocorrido qualquer aperfeiçoamento prático na implementação de uma legislação trabalhista destinada a assegurar direitos aos assalariados rurais.

Em síntese: é uma vertente da literatura que não se assume explicitamente como sendo portadora de uma perspectiva antissistêmica. Mas se revela como tal, quando utiliza apenas esse indicador para sugerir polarizações sociais, ancoradas em uma teoria de exploração social nunca anunciada ou assumida. Ou seria congruente aceitar (ainda que tacitamente) a teoria do valor-trabalho proposta por Marx sem igualmente embarcar em sua visão crítica sobre o capitalismo? Como ilustrações dos estudos situados no âmbito desse grupo, citam-se dois trabalhos distanciados por praticamente 20 anos.

O texto de Kageyama e Bergamasco (1990), um artigo pioneiro de 1989, que praticamente inaugurou o debate sobre a agricultura familiar no Brasil, é um relevante esforço de propor uma tipologia de pro-

dutores, elaborada a partir de tabulações especiais do Censo de 1980.

Na ocasião, foi um trabalho que estimulou significativamente os debates sobre a estrutura social no campo brasileiro, com as autoras propondo a existência na agricultura de quatro categorias básicas, sendo uma das primeiras propostas a que identifica como “familiares” uma parte das famílias rurais. Usou-se como critério central de segmentação dos subgrupos “[...] uma variável que pudesse refletir possíveis diferenças na forma de organizar a produção e de valorizar o patrimônio e/ou o capital”, essa variável sendo a força de trabalho utilizada nos estabelecimentos, “[...] com ênfase na distinção entre trabalho familiar (não remunerado) e trabalho contratado (permanente e temporário)” (KAGEYAMA; BERGAMASCO, 1990, p. 56).

A correspondência entre trabalho contratado e capitalismo é claramente assumida quando afirmam que as empresas capitalistas são aquelas dirigidas “[...] por administrador e pelos estabelecimentos que não utilizam nenhum membro não remunerado da família” (KAGEYAMA; BERGAMASCO, 1990). Complementam que “[...] o critério adotado diferencia a produção familiar segundo o peso relativo do trabalho assalariado (ou contratado) no conjunto da força de trabalho necessária à exploração do estabelecimento. Essa importância relativa está captada pelo caráter temporário ou permanente do assalariamento [...] o suposto implícito é que o caráter permanente do trabalho assalariado denota uma dependência maior da unidade produtiva, com relação à força de

trabalho externa” (KAGEYAMA; BERGAMASCO, 1990, p. 57). Sob tal critério, que é o principal indicador para demonstrar a heterogeneidade entre os estabelecimentos rurais, o texto oferece diversos aspectos reveladores, a partir daquele Censo, que não serão repetidos nesse artigo.

As autoras sugerem que existiriam quatro grandes grupos na agricultura brasileira: os familiares puros, os familiares complementados por empregados temporários, as empresas familiares e as empresas capitalistas.

O artigo apresenta uma série de conclusões controversas e que poderiam ser objeto de análise crítica mais detalhada, mas parece importante nessa parte apenas indicar dois aspectos principais. De um lado, a insuficiência explicativa da tipologia reconhecida pelas próprias autoras quando concluem que:

[...] deve ficar claro que os grupos de unidades familiares definidos têm provavelmente limites fluidos entre si no que se refere a outras variáveis que não sejam o próprio critério de agrupamento (este, como se viu, é o peso do trabalho contratado no conjunto da mão de obra utilizada). Caso exemplar é o da ‘modernização’ ou da tecnologia empregada: embora tendencialmente (no sentido estatístico) o grupo das empresas familiares seja mais modernizado do que o dos familiares puros, é claro que pode haver – e certamente há – empresas familiares totalmente extensivas ou especulativas e pequenos produtores puramente familiares tecnificados. Outro caso exemplar seria a questão da propriedade produtiva versus propriedade improdutiva: não se pode afirmar, por exemplo, que todas as unidades classificadas como capitalistas extensivas constituam ‘latifúndios improdutivos’, assim como não se pode negar que entre os pequenos estabelecimentos existem muitos

ineficientes e mal explorados (KAGEYAMA; BERGAMASCO, 1990, p. 67).

De outro lado, as autoras ressaltam a grande proximidade do grupo de empresas familiares com as características do grupo de empresas capitalistas. Em reveladora passagem, concordam que “[...] não se pode tratar a produção familiar como se fosse um segmento autônomo ou guiado por alguma forma particular de racionalidade divergente da que permeia a economia capitalista” (KAGEYAMA; BERGAMASCO, 1990, p. 62). Ou seja, se estivessem se fundando no arcabouço explicativo que é proposto nesse texto, concordariam que existe uma sociabilidade capitalista que vai muito além do critério estrito da contratação do trabalho assalariado e poderiam propor, quando menos, uma série de indicadores, além da exclusividade do assalariamento como o elemento definidor de sua tipologia.

Uma segunda ilustração desse grupo de autores, em que se defende a existência do assalariamento como o critério fundador e principal da existência de capitalismo, pode ser extraído de um recente artigo de Silva (2010).

Não dedicado exclusivamente ao tema da agricultura familiar, o artigo discute as implicações políticas da operacionalização do conceito de agricultura familiar e, para tanto, contrapõe diversos dados estatísticos extraídos, particularmente, das diferentes Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs), mas também comparando com os recentes dados censitários.

Sua ênfase, contudo, é centrada na contratação de assalariados, em especial os temporários, e o autor oferece diferentes combinações que teriam o intuito de registrar “[...] o marco divisório da pequena e da grande produção”, acrescentando, após examinar os dados, que “[...] é a quantidade de trabalho de três ou mais empregados permanentes e/ou temporários que combinados geram uma mudança qualitativa na divisão do trabalho que permite explicitar a relação patrão/empregado nestas unidades” (SILVA, 2010, p. 163-164). E conclui, sob um tom categórico que é menos analítico e mais sugestivo de uma condenação política:

[...] a distribuição dos empregadores agrícolas não difere muito do restante dos empregadores brasileiros, com uma forte predominância de pequenos patrões [...]. A grande maioria deles está situada na faixa de até 3 SM *per capita* [de rendimento familiar *per capita*]. São sem dúvida proprietários de pequenos negócios, pequenos patrões, mas são patrões! (SILVA, 2010, p. 165, ênfase nossa).

Surpreende essa sugestão do autor, um dos mais experimentados analistas da economia rural brasileira, responsável por extensa e admirada produção científica. Fundar-se apenas nesse critério sugerido estreita notavelmente as chances de interpretação da diversidade social e econômica existente no vasto meio rural brasileiro, além de apequenar conceitualmente os comportamentos sociais operados sob os ditames de uma sociabilidade dominante, pois essa se estende muito além, em nossos dias, da mera relação contratual entre um patrão e seus empregados.

O segundo grupo de artigos poderia ser talvez intitulado de romântico, mas é relativamente inespecífico e difuso. É formado por um heterogêneo grupo de autores que compartilha um sentimento comum: a ideia de que a agricultura brasileira poderia repetir mais fortemente o padrão europeu (em especial, o francês) e, dessa forma, até mesmo enraizar modos de vida próprios, quem sabe até mesmo modos de vida camponeses²³.

São inúmeros os exemplos de autores que seguem esse veio analítico, às vezes nítida e enfaticamente, outras vezes apenas indiretamente ou de passagem e, em alguns casos, até mesmo sugerindo interpretações que causam algum espanto por sua ingenuidade acerca da realidade agrária brasileira. Face à relativa imaturidade de nosso ambiente acadêmico, pouco permeável à crítica, não serão aqui citados nomes de autores.

A origem intelectual desse segundo grupo é mais do que óbvia: reflete a tradição das ciências sociais brasileiras de vincular-se intelectualmente às congêneres francesas. Como essa tem sido uma influência muito forte, em face de proximidades históricas que são bem conhecidas, muitos cientistas sociais brasileiros, ao se formarem naquele país e lidando com temas rurais,

²³ O romantismo acerca do campesinato faz lembrar uma referência do conhecido economista Paul Collier, autor de um livro influente, *The Bottom Billion: Why the Poorest Countries Are Failing and What Can Be Done About It*, publicado em 2007. Discutindo os problemas agrícolas e agrários da África, Collier afirmou com alguma força retórica – embora corretamente –, que “[...] o primeiro gigante que precisa ser destruído é o caso de amor das médias e altas classes com a agricultura camponesa. Com a quase total urbanização dessas classes, tanto nos Estados Unidos como na Europa, a simplicidade rural adquiriu uma estranha atratividade [...] Os camponeses, como os ursos pandas, precisam ser preservados. Mas, infelizmente, os camponeses, como os pandas, mostram pouca inclinação para se reproduzirem. Se tiverem tal chance, os camponeses irão procurar os empregos locais e seus descendentes migrarão para as cidades. Isto ocorre porque sob níveis muito baixos de renda, a beatitude rural é precária, isolada e tediosa” (COLLIER, 2008, p. 71).

encantaram-se com a riqueza antropológica dos antigos camponeses franceses, hoje completamente integrados a mercados e, portanto, não mais camponeses.

Permanece viva na França uma diversidade social extraordinariamente densa, uma fascinante vida social rural que reproduz marcantes facetas, as quais remontam a tempos passados, mas ainda se espelham fortemente nos costumes e hábitos locais²⁴. São contextos que representam, provavelmente, um ideal social que muitos estrangeiros gostariam de ver em seus próprios países. Não surpreende, dessa forma, a influência de autores franceses consagrados sobre a visão de mundo de diversos autores brasileiros que escreveram sobre os processos sociais agrários em nosso país.

Não citando autores nacionais, é de qualquer forma visível a influente presença da pesquisa coordenada por Lamarche (1993), que comparou diversos ambientes rurais, em diferentes países. Foi uma investigação que contou com a participação de cientistas sociais brasileiros, influenciando nos debates sobre a agricultura familiar no Brasil.

Essa incidência é também ressaltada por Neves (2007), indicando que a partir de meados dos anos 1990 aquela referência se tornaria obrigatória, ainda enfatizando que “[...] diversas questões que pesquisadores franceses associam à agricultura familiar na França, tornaram-se temas de reflexão entre pesquisadores brasileiros” (NEVES, 2007, p. 222). A contribuição daquele autor francês, em especial, será discutida na quarta seção desse trabalho.

²⁴ Consultar, a título de ilustração, o belíssimo mural histórico descrito no livro de Gervais et al. (1977).

Ainda dentro desse segundo agrupamento, tem sido constituído um pequeno mas ativo subgrupo de autores no período recente, os quais igualmente idealizam a agricultura familiar, talvez com ênfase ainda mais rósea, embora sob uma suposta – e aparentemente moderna – visão socioambiental. É formado, sobretudo, por profissionais das Ciências Agrárias, os quais buscaram algum tipo de migração ou aporte das ciências sociais. Sentem-se bastante atraídos pelas ideias de um sociólogo que encarna emblematicamente uma visão de extremado populismo, o espanhol Eduardo Sevilla Guzmán, que tem proposto, em anos mais recentes, uma visão mágica em torno da reconstituição dos ambientes rurais, para isso se valendo de uma palavra que foi tornada ainda mais encantada em nossos dias – a agroecologia²⁵.

Embora extremamente confusa e sem nenhum fundamento científico, além de analiticamente pueril, a agroecologia é perspectiva que se esforça para unir a construção de uma nova agricultura a comportamentos sociais que seriam virtuosos, sugerindo que famílias rurais passariam a se mover na direção de um manejo socioambiental correto, até mesmo abrindo mão de objetivos de formação de renda, se assim for necessário.

Novamente, ressurgem aqui os ecos de uma visão que ignora ser a agricultura uma atividade primordialmente econômica, não um modo de vida de jardineiros da natureza, e existem imperativos monetários daí derivados, que são determinantes para conformar aqueles

²⁵ Guzmán é um prolífico autor responsável por diversos livros e artigos, muitos dos quais não são centrados exclusivamente no tema da agroecologia. Para uma apresentação sintética de suas ideias, consultar, no entanto, Guzmán (2002).

comportamentos. Embora exercendo alguma influência nos anos mais recentes, não se discutirá nesse texto as ideias e propostas divulgadas por esse subgrupo, o que será objeto de outro artigo, em elaboração²⁶.

O terceiro grupo de autores que se dedica ao estudo da agricultura familiar poderia ser chamado de pragmático e nos remete, sobretudo, aos trabalhos de economistas. São autores que usualmente não tem maior interesse em variáveis não econômicas (como a cultura e os comportamentos dos produtores), talvez por serem dimensões de aferição quantitativa mais problemáticas e mais próximas das análises sociológicas. Mas analisaram – e vem analisando – com criatividade o tema, propondo reformulações analíticas que são importantes para avançar o debate no campo de pesquisas sobre a agricultura familiar. São os estudos mais consequentes e firmemente ancorados nas realidades rurais brasileiras.

Sem dúvida, esses são os trabalhos que deveriam ser primeiramente discutidos, pois além de caracterizados por promissora sensatez analítica, igualmente rejeitaram a estreiteza que inicialmente definiu a noção de agricultura familiar no Brasil e que continua sendo repetida por uma parte expressiva da literatura. É relevante destacar que tem sido esses

²⁶É ainda mais grave que essas sejam ideias que tenham recebido algum grau de institucionalização, inclusive a elas sendo alocados recursos humanos e orçamentários, entre as políticas da administração federal implementadas a partir de 2003, sobretudo como parte da ação do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Sem nenhuma dúvida, a história analisará causticamente a irresponsabilidade dos gestores desse período, ingenuamente movidos por um sem-número de fantasias, as quais povoavam o imaginário ideológico dos atores sociais, logo erigidas em “políticas”, sem nunca terem sido questionados os fundamentos (se existisse algum) científicos daquelas noções e jargões então dominantes.

autores aqueles que mais claramente evitam a confusão entre, de um lado, a análise de uma política governamental destinada aos estabelecimentos rurais (usualmente pequenos) com direção familiar, e, de outro lado, as possibilidades de interpretação teórica.

Carlos Guanziroli, por exemplo, faz parte desse grupo e seus trabalhos vêm animando e estimulando uma análise mais colada às realidades agrárias brasileiras, procurando perceber empiricamente o que poderia ser o significado desse conjunto de produtores chamados de familiares. Foi o principal autor das pesquisas canceladas sob o acordo FAO/Incrá, uma série de estudos que vieram à lume na segunda metade dos anos 1990, de grande influência para disseminar o tema. Esse acordo também viabilizou eventos realizados em diversos estados, os quais incentivaram fortemente os debates sobre agricultura familiar, sob uma ótica centrada, com grande realismo, nas realidades mostradas pelas bases de dados existentes, mas também a partir de discussões com atores sociais.

Como já publicou diversos trabalhos, talvez seja suficiente um comentário sucinto sobre um livro recente para o qual colaborou, e que discute a agricultura familiar e a inovação tecnológica na agricultura.

Trata-se de uma publicação coordenada por outro economista referencial desse grupo, igualmente responsável por diversos estudos, também imperativos para uma rediscussão mais realista e substantiva sobre o assunto (BUAINAIN et al., 2007). No livro, os autores adotaram a mesma metodologia de segmentação dos produtores utilizada no conhecido estu-

do FAO/Incrá (GUANZIROLI et al., 1999), a qual modifica os critérios antes instituídos pelo Pronaf, assim avançando expressivamente no conhecimento empírico acerca dos produtores familiares no Brasil.

Além disso, no citado livro, Buainain e os demais autores insistem que utilizaram indicadores objetivos para proceder àquela estratificação, salientando que se trata de metodologia que

[...] se distancia da visão romântica que contrapõe, em termos ideológicos, os agricultores familiares à forma capitalista (patronal) de produção. Na visão romântica, os agricultores familiares são por tradição e opção, e não por imposição. A hipótese de que não buscam a maximização do lucro e sim a um conjunto de outros objetivos que incluem desde a preservação do patrimônio para as gerações futuras até a geração de ocupação para os membros da família é tomada como paradigma de uma racionalidade econômica própria, e não como o resultado de restrições reais enfrentadas no passado e no presente (BUAINAIN et al., 2007, p. 22).

A interpretação empreendida pelos autores critica a visão idealizada, pois dessa última derivaria “[...] todo um conjunto de supostas vantagens éticas, ambientais e sociais da agricultura familiar, que vão desde a ausência de exploração do semelhante até a relação mais harmônica com a natureza” (BUAINAIN et al., 2007).

O que seria uma dimensão cultural, para esses autores, restringe-se ao resultado de um processo histórico, que desenvolve novas oportunidades, restrições e alternativas com as quais os produtores em dado momento se defrontam. As escolhas dos produtores,

em face desse quadro, podem potencializar ou minar a sustentação produtiva e material das famílias rurais.

Como resultado,

[...] a grande maioria dos agricultores familiares, ao enfrentar fortes restrições de recursos, em geral, e de terra, em particular, adota uma estratégia de exploração intensiva dos recursos escassos, de redução de risco e de busca de segurança alimentar (BUAINAIN et al., 2007, p. 79)²⁷.

A consequência natural desse comportamento é que são inúmeras as combinações possíveis – o que produz a diversidade –, quando comparadas as grandes regiões ou as mesorregiões do país. Mas, como se defenderá nesse texto, em sua quarta seção, a dimensão cultural, como entendida acima, é insuficiente para captar as diferenças existentes no interior do grande grupo familiar, e uma metodologia empírica será então proposta. Essa metodologia poderá estimar mais claramente as probabilidades de mudanças e as intenções mais dinâmicas ou mais conservadoras dos produtores em relação às suas escolhas produtivas.

Os autores se fundaram nos dados censitários de 1995 e 1996 para criar uma tipologia associada às facetas tecnológicas da agricultura familiar brasileira, sendo provável que alguns de seus achados empíricos sofressem mudanças, se atualizados de acordo com o Censo de 2006.

²⁷ Tal proposição evoca o principal argumento do celebrado livro de Theodore Schultz, *Transforming Traditional Agriculture* (1964).

Ao assim procederem, alguns aspectos principais sobressaem:

- A maior presença dos familiares se encontrava no Nordeste e no Sul.
- Uma forte presença de agricultores familiares muito pobres foi registrada na maioria dos municípios da região Nordeste, incluindo também o norte de Minas Gerais. Nas regiões Norte e Sul essa foi também uma característica com alguma significação social.
- Havia nítida relação entre extrema pobreza e o tamanho dos imóveis rurais, pois 90% dos estabelecimentos com cinco ou menos hectares (40% do total) eram incapazes de produzir renda suficiente para elevá-los além da linha de pobreza²⁸.
- Metade dos estabelecimentos familiares usava apenas a força humana na realização das atividades agrícolas, embora com grande variação regional (14,3% na região Sul e 87,1% na região Norte).
- As condições de vida eram muito precárias, pois apenas 38% dos estabelecimentos contavam com luz elétrica, situação que, se aferida

²⁸ De fato, esse limite de área, indicado pelos autores, não é o adequado. Diversos levantamentos de dados, seja de pesquisas parciais ou apurações nacionais (como é o caso da PNAD), mostram níveis de pobreza acentuados também em estratos de áreas maiores. Se examinada a PEA rural, de acordo com o PNAD, de 2009, por exemplo, alguns indicadores são alarmantes, como a proporção de trabalhadores assalariados sem carteira (um em cada seis contratados), ou ainda uma enigmática proporção de 21% do total da PEA constituída de “empregados não remunerados”. As situações concretas e específicas de cada região ou cada atividade produtiva há muito reclamam mais pesquisas.

no recente Censo de 2006, certamente terá sido alterada significativamente.

- Enquanto na região Sul quase a metade recebiam assistência técnica, essa proporção era de apenas 2,7% no Nordeste (BUAINAIN et al, 2007).

Destaca-se ainda o capítulo no qual os autores discutem os condicionantes de desempenho tecnológico da agricultura familiar. Ao ressaltarem a importância decisiva da tecnologia e sua estreita correlação com os resultados econômicos e produtivos dos estabelecimentos, introduzem e analisam um conjunto de fatores para explicar as razões pelas quais existe uma insuficiência tecnológica nas operações da vasta maioria dos estabelecimentos rurais familiares. Levantam, dentre outros pontos, o seu grau de organização social, o acesso precário às informações, a prevalência de incertezas e riscos, o tamanho e localização das propriedades, o estoque de força de trabalho disponível, infraestrutura inadequada, ausência de políticas públicas apropriadas, etc. (BUAINAIN et al., 2007, p. 95-113).

Por fim, dos autores brasileiros que oferecem uma interpretação sobre a agricultura familiar em regimes capitalistas, existe não propriamente um quarto grupo, mas um autor específico, Abramovay (1992) e o livro resultante de sua tese de doutoramento²⁹, provavelmente o mais importante estudo socio-

²⁹ Fosse essa uma revisão exaustiva, haveria a necessidade de referência a um quinto grupo, que não é pequeno: aquele formado pelos praticantes de uma “Sociologia militante”, cujas interpretações presumidamente acadêmicas, de fato, escondem apenas uma orientação partidarizada ou, então, são autores que repetem acriticamente a propaganda governamental e não conseguem manter nenhuma independência analítica.

lógico sobre o desenvolvimento agrário já publicado no Brasil. É um livro de interpretação teórica, mas assentado na comparação da história rural dos países hoje avançados. Além disso, fundamenta-se no melhor da bibliografia internacional, liquidando com uma série de mitos ainda corriqueiros na literatura, em especial a marxista.

O livro discute, à exaustão, e com admirável acuidade e completude, os fundamentos do debate sobre o desenvolvimento agrário sob o capitalismo, demonstrando inequivocamente os rumos de um debate internacional muito mais complexo e nuançado do que a visão truncada e incompleta que ainda prevalece nas ciências sociais brasileiras. É um estudo de notável vigor teórico e uma quase isolada exceção de nossas práticas de pesquisa, não se permitindo nenhuma interdição apriorística sobre autores e escolas de pensamento.

Abramovay não se fixou a uma âncora paroquial que o faria manter-se vinculado exclusivamente a uma tradição de pesquisa nacional (francesa, inglesa ou norte-americana) ou, ainda, a uma única tradição do pensamento social (Marxismo, Weberianismo ou outra escola). Pelo contrário, ofereceu uma comparação de inestimável valor analítico, fundando-se em diversos autores e debates referenciais de toda a literatura internacional daqueles anos – um caso quase único da Sociologia brasileira dedicada a estudar o mundo rural.

Sendo um livro de destacada densidade analítica e amplo escopo temático, não se discutirá aqui seus inúmeros focos relevantes desse livro tão referencial.

Mas deve ser realçado que foi, por exemplo, o primeiro autor brasileiro que claramente analisou as particularidades naturais da agricultura e suas influências no desenvolvimento capitalista na agricultura, ou ainda discutiu alguns mitos da história agrária nos Estados Unidos.

Igualmente, analisou as razões que poderiam explicar a presença ostensiva de diversas teorizações sobre a agricultura que privilegiam o camponês como o agrupamento social privilegiado em suas análises, assim como recupera e contrapõe várias perspectivas analíticas sobre a microeconomia camponesa. É obra, como afirmado, paradigmática e divisória na literatura brasileira e deveria receber discussão muito mais aprofundada, como forma de eliminar tantos desencontros e descaminhos que ainda caracterizam a produção sociológica sobre o desenvolvimento agrário no país.

Para os propósitos específicos desse texto, o importante a ser mencionado é o foco principal do autor, já na abertura de seu livro, seguido de outras conclusões de seu estudo, que são citadas brevemente abaixo:

A estrutura social da agricultura nos países capitalistas avançados tem sido pouquíssimo estudada entre nós, deixando à sombra um fato decisivo: é fundamentalmente sobre a base de unidades familiares de produção que se constituiu a imensa prosperidade que marca a produção de alimentos e fibras nas nações mais desenvolvidas. Esta afirmação costuma despertar *desconfiança* e mesmo ceticismo. Afinal, como é possível à agricultura escapar de um quadro geral onde a concentração econômica impera em praticamente todos

os setores? [...] A própria racionalidade da organização familiar não depende [...] da família em si mesma, mas, ao contrário, da capacidade que esta tem de se adaptar e montar um comportamento adequado ao meio social e econômico em que se desenvolve [...] Quais as transformações que sofre o campesinato com sua crescente inserção nas relações mercantis? [...] As mudanças sofridas pela produção familiar na agricultura de hoje são tão profundas que, se não se encaminham no sentido da diferenciação social, por outro lado não permitiram que as características centrais da produção camponesa permanecessem [...] O que Marx não podia antever, que estava totalmente fora de sua perspectiva teórica, é que o extermínio social do campesinato não significaria fatalmente a eliminação de qualquer forma de produção familiar como base para o desenvolvimento do capitalismo na agricultura [...] O que se escamoteia sob o nome de ‘pequena produção’ é o *abismo social* que separa camponeses – para os quais o desenvolvimento capitalista significa [...] fatal desestruturação – de agricultores profissionais – que se vêm mostrando capazes não de sobreviver (porque não são resquícios de um passado em via mais ou menos acelerada de extinção), mas de formar a base fundamental do progresso técnico e do desenvolvimento do capitalismo na agricultura contemporânea (ABRAMOVAY, 1992, grifo do autor).

Em síntese, o que a análise desse autor nos aponta, em convergência com os argumentos aqui apresentados, é que o capitalismo contemporâneo consagrou a presença de estabelecimentos rurais sob direção familiar em amplas proporções e, também, que esse desenvolvimento criou uma imensa gama de combinações de recursos – e, portanto, a diversidade social nessa atividade.

Demonstrou, igualmente, que a sociabilidade capitalista, uma vez ativada, destrói a base campone-

sa do passado e articula em um número crescente de relações mercantis os produtores familiares que permanecem na atividade, formando lentamente agricultores profissionais e deixando para trás o mundo rural do passado³⁰.

A agricultura familiar nos Estados Unidos e no Brasil



Como foi nos Estados Unidos que a expressão agricultura familiar encontrou maior eco, associando, ao longo do século 20, os esforços governamentais na implantação de diversas políticas destinadas a esse grupo social com os estudos e pesquisas correspondentes realizadas pela comunidade de cientistas sociais, essa seção sintetiza inicialmente alguns aspectos emblemáticos do desenvolvimento agrário naquele país. Entende-se como relevante e necessário esse conhecimento, ainda que sob suas grandes linhas, em função de duas razões principais, conforme antes

³⁰ É justo ressaltar que um ano antes da publicação do livro de Abramovay, José Eli da Veiga publicou *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica* (1991), resultado de pesquisas realizadas na França e na Inglaterra, durante as quais se inteirou da diversidade da literatura internacional que então animava os vivos debates dos autores de língua inglesa, em especial. Esse é outro livro referencial, pois, analisando as experiências nacionais e as facetas do desenvolvimento agrário em diversos países, Veiga apresentou-se como um dos primeiros autores brasileiros a discutir os “limites naturais” no desenvolvimento capitalista na agricultura, igualmente verificando que esse mesmo desenvolvimento, no caso dos países mais ricos, trouxe um resultado para muitos inesperado, já que “[...] foi a agricultura familiar que acabou se afirmando em todos os países do chamado Primeiro Mundo” (ABRAMOVAY, 1991, p. 203). Contudo, o livro de Veiga, não obstante a sua relevante contribuição, e talvez por analisar desenvolvimentos agrários nacionais, em diversos continentes, não se propondo a discutir teoricamente em maior profundidade os processos de mudança social, como foi o caso do livro de Abramovay, exerceu pequena influência nos debates brasileiros.

sugerido. Porque foi a experiência norte-americana que, pioneiramente, estabeleceu a justificativa científica, os parâmetros técnicos e os formatos produtivos que depois tornaram quase universal o que se entenderia por agricultura moderna.

Essa foi uma noção amplamente difundida a partir dos anos 1950, especialmente com o advento da revolução verde (que estendeu a proposta da agricultura moderna também aos ecossistemas tropicais), assim enraizando, lentamente, uma ideia posteriormente tornada quase consensual sobre o caminho preferencial de se fazer agricultura.

Em segundo lugar, é igualmente decisivo analisar as tendências e os resultados do desenvolvimento agrário norte-americano porque foi esse o modelo que diretamente orientou o processo de modernização da agricultura brasileira, deslanchado a partir do final dos anos 1960.

E aqui se apresenta a pergunta que requer urgente resposta: as tendências de desenvolvimento naquele país se repetirão no caso brasileiro? Embora cada situação de transformação agrária seja obviamente única em suas especificidades, parece incontestável, contudo, que o padrão vigente no Brasil contemporâneo gradualmente se aproxima do caso norte-americano, não obstante os aspectos peculiares de nossa história agrária, em especial a extrema concentração da propriedade fundiária.

Mas, se os componentes principais do padrão original inspiraram e se repetem, ainda que adaptados, no caso brasileiro, tal fato acentua a importância

de dissecar pelo menos alguns aspectos centrais da história da agricultura estadunidense. Dessa forma, mantidas as diferenças sempre presentes, diversas tendências observadas no país do Norte poderão encontrar similitude no caso brasileiro.

Como a história agrária norte-americana igualmente influenciou a transformação produtiva do mundo rural de muitos países europeus, deve ser o foco original que precisa ser mais estudado. Surpreende, portanto, de um lado o desconhecimento que ainda mantemos sobre a história de transformações rurais dos Estados Unidos e, de outro, a exagerada ênfase de muitos estudos em facetas específicas do desenvolvimento agrário de alguns países europeus, quando esses últimos são roteiros de transformação social e econômica em regiões rurais com pouca proximidade com o caso brasileiro.

Visando desenvolver a comparação proposta, a Tabela 1 ilustra alguns dos aspectos mais destacados do desenvolvimento da agricultura norte-americana, extraídos dos levantamentos oficiais, em um período que cobre quase 100 anos de sua história agrária.

Examinando sob um prisma mais geral aquele período de mudanças estruturais da agricultura norte-americana, quatro aspectos principais se sobressaem, à luz dos dados agrupados na tabela acima. Um quinto fator poderia indicar uma tendência adicional que talvez se torne mais forte nos anos vindouros.

Primeiramente, destaca-se a queda brutal do número de estabelecimentos rurais: em nove décadas caiu para apenas 38% do total existente no início do

Tabela 1. Estados Unidos: indicadores diversos relativos ao desenvolvimento agrário (1910-1999).

Ano	Número de estab. rurais (1.000)	População rural (% do total da população)	Área total dos estab. rurais (milhões de hectares)	Área média dos estab. rurais (hectares)	Vendas brutas por estab. (US\$ em preços constantes de 1982)	Valores da terra e benfeitorias por estab. (US\$ em preços constantes de 1982)	Número de trabalhadores familiares (ou não remunerados) por número de trab. contratados
1910	5.737	34,7	355.518	55,9	10.817	63.651	3,00
1950	5.648	15,2	486.432	70,4	21.084	57.322	3,26
1999	2.191	1,8	386.879	176,4	55.238	255.496	2,27

Fonte: Lobao e Meyer (2001).

século passado. De cada dez propriedades existentes em 1910, apenas quatro sobreviveram até o final do século. Notando que a maior velocidade desse enxugamento fundiário se deu exatamente na segunda metade do século, quando ocorreu um processo exuberante de crescimento da produção agropecuária nos Estados Unidos, o que parece ter colaborado fortemente para imprimir a lógica concentradora inerente à natureza da economia capitalista.

Concomitantemente, ocorreu um brutal esvaziamento populacional das regiões rurais, sendo essa a segunda característica relevante. Enquanto nos primórdios daquele século, um em cada três norte-americanos vivia em uma região rural, em 1999, eram apenas 1,8% do total da população. Indicando assim o ininterrupto deslocamento espacial da população, com a aceleração das migrações e a simultânea ofuscação da presença do rural no imaginário social.

O terceiro aspecto a ser assinalado, associado aos anteriores, indica o crescimento da área média dos estabelecimentos rurais, que aumentou pouco mais de três vezes no período analisado, saltando de 55,9 hectares (em 1910) para uma área média nacional de 176,4 hectares, em 1999.

Novamente, deve ser realçado que o maior crescimento da área média ocorreu, em especial, na segunda metade do século passado, quando houve um crescimento espetacular da agricultura norte-americana, e foi intensificado o uso de equipamentos que permitiram ampliar a área utilizada.

Finalmente, a quarta grande tendência estrutural da agricultura norte-americana, em quase 100 anos de transformações, diz respeito, como seria esperado, à intensa e contínua capitalização das atividades realizadas. Observou-se um aumento de 301% nos valores reais médios da terra e das benfeitorias dos estabelecimentos, durante o período sob análise (mas, particularmente, no período de 1950 a 1999), o que sugere com nitidez o grau crescente de envolvimento monetário dos produtores, em face da ampliação dos diferentes mercados ligados à atividade. Ainda correlacionado a essa intensificação capitalista, as vendas por estabelecimento, como seria inevitável, também cresceram significativamente (na média, ampliaram-se 5,3 vezes durante o período sob observação)³¹.

Há ainda uma quinta possível tendência que os números parecem apontar, mas não de forma tão conclusiva. Trata-se da relação entre o número de trabalhadores ligados por laços de parentesco ao operador principal do estabelecimento e o número de trabalhadores contratados.

Embora essa relação caia $\frac{1}{4}$ em 90 anos, sugerindo que poderia estar sendo ampliado o trabalho assalariado, a realidade é mais nuançada, dependendo da região analisada, do tipo de cultivo predominante

³¹ Os estabelecimentos rurais nos Estados Unidos são, primeiramente, divididos entre familiares e não familiares. Os primeiros são subdivididos em pequenas propriedades familiares e propriedades familiares de larga escala, e o último grupo, subdividido em grandes e muito grandes. Tais subdivisões refletem apenas o volume bruto das vendas: os pequenos vendem até US\$ 250 mil por ano, e aqueles intitulados de larga escala, valores acima deste parâmetro. Entre os pequenos, existem também subgrupos, que são as propriedades de aposentados, aquelas destinadas apenas a manter uma residência rural (sem atividades produtivas), e as pequenas propriedades familiares agrícolas, que são novamente subdivididas em propriedades com vendas muito baixas (menos de US\$ 100 mil anuais) e as “pequenas médias”, com vendas entre US\$ 100 mil e US\$ 249 mil anuais.

e das condições mais gerais da transformação produtiva. No geral, as pradarias do Norte ainda são predominantemente dominadas pelo trabalho familiar, mas em algumas regiões mais ao Sul, como na Califórnia, observa-se diversas atividades agropecuárias fortemente demandantes de mão de obra contratada.

Hoppe e Banker (2010) detalham com pormenores a concentração da produção nos Estados Unidos, de acordo com diferentes ramos produtivos, ilustrando a dominância de alguns tipos de produtos em certas regiões³².

Ressalta-se, contudo, que um amplo levantamento de dados realizado pelo Departamento de Agricultura revelou, ainda nos anos 1970, que os gastos com mão de obra contratada caíram vertiginosamente durante os anos de maior modernização da agricultura. Transformando todos os itens de gastos (deflacionados) em índices, verificou-se que correspondiam a um índice de 325, em 1930, que caiu para 217, em 1950, e para apenas 83, em 1974, sugerindo uma contínua substituição do trabalho contratado por mecanização (GOODMAN et al., 1990).

Assim, apenas em circunstâncias muito específicas, combinando uma abundante oferta de mão de obra (trabalhadores migrantes centro-americanos), regiões de elevada renda ou produtos de preços mais elevados, é que poderia se esperar a persistência de

³² Para uma consulta visual, que registra os dados mais recentes por município ("counties") e segundo diversas variáveis, de distintas naturezas, consultar o Atlas rural e das pequenas cidades da América. Disponível em: <<http://www.ers.usda.gov/data/ruralatlas/atlas.htm#map>>.

gastos expressivos com a contratação de trabalhadores assalariados.

O período de rápidas e intensas transformações foi iniciado durante a década de 1940, em função dos resultados positivos das intervenções estimuladas pelo *New Deal*, nos anos 1930 – crescimento que se estendeu até meados da década de 1970 – e, também, devido à finalização histórica do conjunto de inovações que, aproximadamente naqueles anos, formaria a gama de novas tecnologias que iriam alterar radicalmente os formatos produtivos.

Desde meados do século 19, quando Justus von Liebig sedimentou os fundamentos da química agrícola, foram oito a nove décadas de subsequentes inovações, as quais gradualmente fecharam o menu completo de novas tecnologias que viriam revolucionar a agricultura – do preparo do solo ao tratamento pós-colheita³³.

A agricultura se tornou expressivamente mais produtiva e, dessa forma, foi inaugurado o chamado padrão técnico da agricultura moderna, que foi massivamente implementado nas regiões agrícolas norte-americanas.

Como no Brasil, após a década modernizante de 1970, nos Estados Unidos os impactos sociais e

³³ Parecem inequívocas as provas estatísticas acerca da eficácia produtiva das inovações daquele período, quando completado o “pacote” da agricultura moderna. Dois exemplos ilustrativos em regiões distintas são: o rendimento médio da produção de trigo na França manteve-se em torno de 1,4 mil kg/ha, entre 1900 e 1940, mas no pós-guerra, com a adoção crescente de inovações, atingiu 7,4 mil kg/ha, já em 1980. Nos Estados Unidos, os rendimentos físicos de milho mantiveram-se em torno de 1,8 mil kg/ha, entre 1860 e 1940. A explosão modernizadora da agricultura naquele país e a adoção do conjunto de inovações, contudo, acarretaram a elevação dos rendimentos (média nacional) daquele produto para 7,8 mil kg/ha, em 2000.

econômicos logo surgiriam. São eles, em síntese: em uma geração (1940 a 1980), a população rural caiu dez vezes; o número de estabelecimentos rurais caiu mais da metade; a área média mais do que dobrou; e as vendas médias cresceram seis vezes (LOBAO; MEYER, 2001).

Não obstante o espetacular alcance produtivo observado no pós-guerra, o resultado mais geral vem indicando tendências sociais e econômicas controversas, pois vem sendo gradualmente estruturado nos Estados Unidos um mundo rural caracterizado por um dualismo estrutural cada vez mais aprofundado.

Sob essa assimetria, $\frac{3}{4}$ das propriedades, em 1997, respondiam por apenas 7% do total das vendas realizadas, e apenas 3,6% das propriedades mais pujantes em termos de vendas respondiam por mais da metade das vendas totais³⁴. Não sem surpresa, a desigualdade de renda entre os produtores rurais é elevada, e o índice de Gini para medir a distribuição da renda atingiu, em 1990, o valor de 0.64, aproximadamente 50% mais alto, se for comparado com o total das unidades domésticas não rurais (AHEARN et al., 1993).

Por essas razões, o trabalho não agrícola de moradores rurais, realizado em regiões rurais ou não, ampliou-se notavelmente ao longo do século, embora sem garantir níveis satisfatórios de renda.

³⁴ Para efeito de comparação, Alves e Rocha (2010), analisando os dados do Censo de 2006, mostraram que, no Brasil, 8,9% do total de estabelecimentos rurais respondiam por 85% do total da produção. Como os autores incluíram o autoconsumo nesse cálculo e se trata de valor da produção (mas não total das vendas realizadas), esse é um resultado que também indica um grau de concentração acentuado.

Em 1998, um relatório de pesquisa do Departamento de Agricultura concluiu que os estabelecimentos que auferiam em torno de U\$ 250 mil de vendas brutas totais encontravam sérias dificuldades para manter-se na atividade, mas, se abaixo daquele parâmetro, estavam sob perigo – e 94% dos estabelecimentos rurais estavam dentro desse intervalo inferior relativo às vendas totais (SOMMER et al., 1998).

No caso brasileiro, meramente para oferecer uma comparação, se discutido apenas o trabalho fora da propriedade, seja ela agrícola, rural ou de outro tipo, embora as magnitudes totais ainda sejam comparativamente menores em face do caso norte-americano, os sinais indicativos das mesmas tendências são claros.

De acordo com os dados censitários de 2006, quando cotejadas as receitas obtidas pelos estabelecimentos rurais, os dados apurados indicam que naquele ano exatos 10,4% do total dos ganhos foram obtidos sob a variável “outras receitas obtidas pelo produtor”, considerando-se o dado nacional. Ainda mais importante, desse total de ganhos obtidos fora das atividades agrícolas, 44,6% resultaram de “salários obtidos pelo produtor com atividades fora do estabelecimento”, novamente uma estatística para todo o Brasil.

Desagregados por região, os dados censitários apurados se tornam ainda mais relevantes para o conhecimento da realidade e para a formulação de políticas mais consistentes com a concretude do mundo rural brasileiro. Embora o senso comum talvez indicasse, por exemplo, maiores expressões de pluriatividade nos estados sulinos, os dados censitários indi-

cam, pelo contrário, outras tendências. A proporção mais elevada de ganhos obtidos sob “outras receitas”, de fato, ocorre na grande região Nordeste, onde o número atinge 19,5% do total e na região Sul chega a 10,2%. Por estado, as maiores proporções são 35,6%, na Paraíba; 21,1%, na Bahia; e 19,5%, no Ceará.

São estatísticas que revelam, por um lado, uma relativa, talvez ainda insuspeitada presença de mercados de trabalho fora das atividades agrícolas nessa grande região, mostrando uma dimensão de pluriatividade pouco pesquisada. Mas, indica igualmente a forte presença dos benefícios estatais (aposentadorias, pensões e outros auxílios), os quais ainda são responsáveis pela maior parcela desses ganhos não agrícolas.

O recente relatório de Hoppe e Banker (2010) oferece uma riquíssima descrição não apenas sobre a situação atual prevalente em regiões rurais dos Estados Unidos, mas igualmente em relação a algumas facetas mais relevantes. Não sendo o caso de sintetizar nesse texto todas as suas principais conclusões, a citação abaixo pode ser suficiente para corroborar as tendências indicadas acima, ainda adicionando alguns detalhes:

Três aspectos da estrutura fundiária nos Estados Unidos se sobressaem. Primeiramente, as pequenas propriedades familiares perfazem 88% de todas as propriedades. Em segundo lugar, as propriedades familiares de larga-escala – que são somente 9% de todas as propriedades – respondem por uma desproporcionalmente grande proporção de 66% do total da produção. Terceiro, a agricultura é ainda uma indústria de negócios familiares. 98% das propriedades são familiares e respondem por 82% do total da produ-

ção. A despeito de responderem por 16% do total da produção, as pequenas propriedades familiares produzem uma grande proporção de produtos específicos [...] As pequenas propriedades se apropriam de 64% do total do patrimônio das fazendas, incluindo 63% da terra apropriada pelos produtores [...] 37% das grandes propriedades familiares e 13% das não familiares são ‘fazendas de milhões de dólares’, com vendas anuais de mais de um milhão de dólares. Existem apenas 47.600 propriedades nesta categoria – 2% de todas as propriedades rurais nos Estados Unidos –, mas respondem por 53% do total da produção (HOPPE; BANKER, 2010, p. 6 a 9).

Sendo essas as tendências mais gerais observadas durante um longo período de crescimento da agricultura norte-americana e também o padrão estabelecido naquele país, modelo que inspirou o processo de modernização da agricultura brasileira, torna-se ainda mais relevante conhecer detalhadamente as características do desenvolvimento agrário nos Estados Unidos.

O aprendizado sobre sua lógica interna e potencialidades é conhecimento que permitirá antever pelo menos alguns aspectos tendenciais do caso brasileiro. E deve se insistir que agricultura familiar, nos Estados Unidos, sempre foi uma noção estritamente descritiva e proposta por órgãos do Governo com o mero intuito de segmentar os produtores a partir de indicadores da realidade rural e refletindo a premissa de ser a agricultura uma atividade econômica.

Sob essa orientação, a noção, desde o pós-guerra, já foi modificada mais de dez vezes em relação aos indicadores utilizados, exatamente para permitir o aperfeiçoamento da ação governamental nas regiões

rurais daquele país. Mais claramente: naquele país não ocorreu a confusão, ainda corriqueira no Brasil, entre a ação governamental, de um lado, e a análise teórica, de outro lado.

Nos Estados Unidos, a Sociologia Rural, já na sua emergência, reconheceu as características das políticas públicas como tal, e sobre elas se debruçou, sem ter a veleidade de encontrar teoria onde essa não existia e entendendo a expressão agricultura familiar apenas como uma noção (não um conceito, menos ainda uma teoria), meramente proposta para descrever um conjunto social de famílias rurais.

Entretanto, será sempre relevante um alerta sobre a ainda abissal diferença entre a pujança do crescimento econômico nos Estados Unidos e o mesmo processo no Brasil, ao longo do século 20. Ante tal desnível, as regiões rurais brasileiras são ainda relativamente primitivas, no geral, em relação à força imanente dos processos de modernização capitalista. Naquele país, a ação governamental foi muito mais duradoura, efetiva e profunda, se comparada com o caso brasileiro, cujas possibilidades ainda são débeis na maior parte das regiões rurais. Não são comparáveis ainda, em magnitude e em escopo geográfico, os esforços governamentais empreendidos no primeiro caso, e a sua insuficiência no caso das regiões rurais brasileiras, o que se traduz na existência de uma imensa heterogeneidade social e econômica.

Mesmo considerando essa diferença de escopo e densidade da expansão econômica nos dois países, existem tendências que são convergentes e demonstram alguma similaridade, se comparados o desenvolvimento da agropecuária. A Tabela 2, a seguir,

sintetiza os componentes que formam a evolução da produtividade total de fatores, durante um período de 60 anos, nos Estados Unidos e no Brasil, englobando um período de 35 anos, a partir da modernização da década de 1970.

Note-se, por exemplo, que o Brasil, nesses anos, tem mostrado maior desenvoltura na evolução anual de sua produtividade total no setor agropecuário (3,62 de crescimento médio anual), em relação ao

Tabela 2. Produtividade da agropecuária: fontes de crescimento da agricultura nos Estados Unidos e no Brasil, períodos diversos (% ao ano).

Especificação	Estados Unidos (1948-2008)	Brasil (1975-2010)
Crescimento do produto total	1,57	3,74
Fontes de crescimento total (1+2+3+4)	0,06	0,12
1. Trabalho	-0,51	-0,48
2. Terra	⁽¹⁾	0,02
3. Capital	-0,09	0,70
4. “Materiais”	0,66	–
Produtividade total de fatores	1,52	3,62

⁽¹⁾ No caso norte-americano, o peso do fator “terra” está incluído em “insumos de capital”. Por sua vez, “materiais” corresponderiam, grosso modo, ao que está indicado como “capital”, no caso brasileiro (incluindo, sobretudo, insumos e equipamentos). As metodologias são praticamente as mesmas, mas as variáveis são alocadas com ligeiras diferenças.

Fonte: Gasques et al. (2010).

caso norte-americano (1,52 de crescimento anual). Mas há indicativos que sinalizam evolução convergente quando se nota, por exemplo, que as fontes de crescimento agropecuário, por indicador específico, seguem quase o mesmo padrão, ainda que sob magnitudes diferentes.

É importante salientar que a contribuição do fator trabalho é negativa em ambos os casos, mostrando serem setores econômicos que mantêm padrões de crescimento assentados, cada vez mais, em insumos e equipamentos agroindustriais. Além disso, com a intensa capitalização das atividades agropecuárias nos Estados Unidos, o fator capital (que naquele país inclui o fator terra) parece encontrar seu limite de saturação e os aumentos da produtividade parecem ser agora conduzidos, quase exclusivamente, por melhor combinação dos recursos utilizados e, em especial, por ganhos advindos de inovações tecnológicas. Ou seja, nos Estados Unidos, o desenvolvimento agropecuário dependerá, cada vez mais, da ciência.

Não é ainda o caso brasileiro, pois sendo processo temporalmente mais recente, ainda existe espaço para intensificar o uso do capital, além do igualmente relevante papel das inovações tecnológicas. Em síntese, o caso brasileiro ainda exige aplicações amplas de capital e ciência, enquanto o fator trabalho vai perdendo sua potencialidade produtiva. O que é o mesmo que afirmar que o substrato tecnológico e a crescente capitalização das atividades vão gradualmente substituindo o fator trabalho com a modernização capitalista da agricultura.

Concluindo essa seção, os dados acima e a história de transformação tecnológica da agricultura brasileira indicam a urgência de melhor compreender e interpretar o desenvolvimento agrário e agrícola nos Estados Unidos como o modelo que conformou o padrão brasileiro.

As mudanças e tendências naquele país registram diversos movimentos que podem estar se reproduzindo no caso brasileiro, conforme ressaltado em diversas partes dessa seção e sinteticamente sugerido pelos indicadores da tabela acima, os quais são, de fato, uma síntese de transformações profundas no mundo rural inicialmente nos Estados Unidos, mas depois repetidas, em alguma proporção, nas regiões rurais brasileiras.

A institucionalização da agricultura familiar no Brasil



exame dos fatos que deram origem, no Brasil, à expressão agricultura familiar, revela uma *rationale* completamente distinta do caso norte-americano, cujos resultados empíricos foram esboçados na seção anterior e as origens históricas sintetizadas na primeira seção.

Apesar das políticas governamentais daquele país, construídas a partir dos anos 1940, terem inspirado o modelo seguido para modernizar a agricultura brasileira nos anos de 1968 a 1981, e de diversas tendências observadas no desenvolvimento agrário norte-americano serem também notadas no caso

brasileiro mais recente, no tocante à agricultura familiar e sua institucionalização, existem facetas muito diversas e que precisam ser destacadas. Talvez sejam três as diferenças mais nítidas, quando comparados o desenvolvimento agrário norte-americano e o brasileiro.

A primeira delas é estrutural e diz respeito à distribuição da propriedade, pois os processos históricos, nos Estados Unidos, consagraram a pequena propriedade no processo de colonização e ocupação da terra na maior parte das regiões, processo formalmente iniciado com a distribuição de terras públicas com a famosa lei de terras (o *Homestead Act*, assinado em maio de 1862).

Não obstante aquele histórico documento redistributivo, que abriu caminho para consolidar uma estrutura fundiária assentada na agricultura familiar de pequenos estabelecimentos, um século e meio depois se observou, como esperado, um processo de reconcentração fundiária, expresso no índice de Gini que, nos Estados Unidos, é relativamente elevado (0,74). Aqui se abre a necessidade de estudos comparativos mais minuciosos, que examinem os processos de colonização nos dois países, e como esse povoamento consolidou distintas formas de distribuição espacial da população e a formação dos respectivos mercados internos.

Adicionalmente, nos Estados Unidos, a apropriação da terra opôs estados sulistas dedicados à *plantation* (do algodão, por exemplo), assentados na forma de trabalho escravo, em radical contraste com o povoamento que historicamente demarcou nos esta-

dos nortistas a agricultura de pequenos estabelecimentos. Essa oposição está na base da guerra da Secessão (1861–1865) e a posterior explosão da industrialização nos Estados Unidos.

São esses alguns aspectos históricos cruciais que, comparados, permitirão entender mais corretamente a gênese de uma agricultura inicialmente dedicada à subsistência, e posteriormente integrada aos mercados que se formariam com a aceleração da urbanização.

A segunda diferença a ser ressaltada diz respeito à natureza completamente diversa das instituições do mundo rural. Nos Estados Unidos, as igrejas (e particularmente aquelas de denominação protestante) sempre exerceram um papel ativo de pressão sobre os organismos governamentais, forçando-os a programar políticas de apoio às comunidades rurais, ampliando os serviços diversos que garantissem a manutenção daquelas comunidades e atenuassem os processos migratórios que foram esvaziando o campo (BUTTEL et al., 1990).

E como é notório, embora a população rural tenha sido reduzida dramaticamente ao longo de um século, não é correto interpretar a emigração rural como tendo sido sempre o resultado de fatores de expulsão. Pelo contrário, o esvaziamento das comunidades rurais representou a atração irresistível dos processos de expansão econômica experimentado pelos Estados Unidos a partir do final do século 19, estimulando a urbanização acelerada e tornando-o, no século seguinte, a maior potência do mundo capitalista.

Por fim, há um terceiro aspecto decisivo que indica situações históricas diferenciadas entre os dois países e que diz respeito à formação de uma comunidade de cientistas sociais interessados no mundo rural, além de apresentar a relação do resultado de seu trabalho com as políticas governamentais.

No caso brasileiro, não apenas a constituição dessa comunidade é fenômeno recentíssimo como, em particular, são pesquisadores que quase sempre permaneceram à margem da ação governamental, mantendo-se relativamente críticos das intervenções realizadas pelo Estado, sobretudo em face da presença tão significativa de um filo-marxismo nas análises desses autores.

O caso norte-americano, contrariamente, é uma exceção mundial, pois a formação da Sociologia Rural foi animada inicialmente pelas iniciativas das igrejas e do governo do país, em face do rápido processo de redução demográfica no campo que foi observado no transcurso do século, conforme antes indicado.

Por essa razão, a manutenção da pequena propriedade (ou seja, a agricultura familiar), já no nascedouro dessa nova ciência tópica seria um dos temas principais, sendo essa a razão pela qual a tipificação dos familiares e os estudos sobre esse grande grupo fizeram parte da própria gênese das ciências sociais dedicadas aos processos sociais rurais nos Estados Unidos.

No Brasil, o surgimento da expressão agricultura familiar se deu sob um contexto radicalmente diferente e a legalização da expressão também obedeceu a diretivas igualmente distintas. Excetuado o critério preliminar de gestão, que a lei brasileira estipula, e que é o mesmo no caso da tipificação norte-americana, os três outros critérios, ao contrário, curiosamente não são econômicos. Segundo o estipulado pela Lei nº 11.326 (BRASIL, 2006),

[...] considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Esses critérios previstos legalmente responderam a outros objetivos, mas não se prenderam à natureza econômica das atividades agropecuárias.

O primeiro deles diz respeito ao tamanho do estabelecimento. Seria uma variável óbvia de delimitação, porque o senso comum identifica os produtores familiares com a ideia genérica de pequenos produtores.

No entanto, no caso brasileiro, esse critério respondeu, de fato, a um interesse sindical e foi o resultado de uma bem sucedida operação capitaneada pela

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), na primeira metade dos anos 1990³⁵. O objetivo principal, nesse caso, de certa forma, foi cercar a base social da Confederação e suas federações e sindicatos, antecipando-se a uma futura ação governamental (depois institucionalizada, quando nasceu o Pronaf) e dirigindo majoritariamente qualquer política governamental ao seu próprio público.

As facetas dessa operação sindical já foram detalhadas em Navarro (2010a, p. 192-196) e não requerem repetição nessa parte. Apenas insiste-se que o tamanho de área previsto em lei não tem nenhuma justificativa econômica, mas obedeceu a um critério político-sindical, obviamente legítimo – deve ser sempre enfatizado. Se aplicado às realidades agrárias, esse critério seria de problemática utilidade empírica para tipificar essencialmente o conjunto intitulado de familiar.

Quatro módulos fiscais, grosso modo, equivalem a imóveis rurais com significativa variação de área total, entre 20 hectares, se situados na proximidade de capitais, e 400 hectares, extensão de área bastante corriqueira na região amazônica. São limites que podem comportar atividades produtivas (e seus resultados econômicos) muito distintas, englobando

³⁵ É justo observar que os setores sindicais ligados ao antigo Departamento Rural da CUT também contribuíram nessa operação política. São os segmentos sindicais que posteriormente fundaram a Fetraf. Na ocasião, uma ONG, o Departamento Sindical de Estudos Rurais (DESER), sediada em Curitiba, participou das gestões que acabaram fazendo nascer o Pronaf. Da mesma forma, existem indícios de que a tipificação de produtores defendida por dirigentes sindicais da CUT Rural, no Pará, visando acessar o Fundo Constitucional do Norte (FNO), no início dos anos 1990, também foi um importante aprendizado para a subsequente tipificação que deu origem ao Pronaf.

desde subconjuntos totalmente integrados a mercados, como a avicultura ou a suinocultura sulistas, à certos tipos de produção de hortigranjeiros, em oposição a outras famílias rurais que poderiam estar ainda escassamente monetarizadas em sua vida social, ainda que detentoras de áreas maiores.

O segundo critério, quando sugere (implicitamente) que os agricultores denominados de familiares não podem contratar mão de obra externa, propondo que se utilize “predominantemente mão de obra da própria família” não apresenta, da mesma forma, nenhuma justificativa econômica.

Por que tais produtores, mantendo a direção das atividades, não poderiam contratar trabalhadores externos? Se existem inúmeras firmas familiares, em outros ramos produtivos, muitas delas de enorme peso econômico e que são contratantes de uma força de trabalho significativa, por que os produtores rurais não poderiam fazê-lo, à medida que suas atividades prosperem e mais trabalhadores se façam necessários ao processo produtivo?

A lei, nesse caso, poderia ser explícita sobre essa restrição apenas para limitar a distribuição de fundos públicos, que seriam reduzidos ou até mesmo impedidos, à medida que a atividade econômica dessas unidades com números crescentes de trabalhadores contratados mostrasse uma desenvoltura maior, registrando resultados financeiros mais significativos. Se assim fosse, preceituaria a lei, não se justificaria o acesso privilegiado aos financiamentos do Pronaf, pois esses seriam produtores que, sob os processos clássicos de diferenciação social, estariam a caminho

de se tornarem futuros empresários rurais e o acesso aos fundos públicos deveria ser viabilizado sob outras linhas de crédito.

Mas sob esse entendimento, o critério “direção familiar” não faria mais nenhum sentido, pois praticamente todos os estabelecimentos rurais são dirigidos pela família, mesmo a vasta maioria dos maiores imóveis, em termos de tamanho. Assim, apenas critérios de renda, porte econômico e extensão de área é que deveriam segmentar a ação das políticas governamentais dirigidas aos pequenos produtores.

Na realidade, a justificativa para esse critério, que está na origem da lei, é meramente ideológica, e deriva da aceitação de uma visão sobre o trabalho contratado que nos remete à tradição marxista. Ou seja, existe sob esse critério uma teoria de exploração social que é parte essencial e fundante do *corpus* marxista.

Os sindicalistas e seus assessores que na primeira metade dos anos 1990 realizaram diversos eventos e ações destinadas a tentar forçar a implantação de novas políticas públicas para os pequenos produtores (a expressão então dominante), eram na ocasião fortemente influenciados por uma postura anticapitalista e muitos de seus aderentes eram imbuídos de uma leitura marxista, ainda que simplória, da vida social.

Sob tal orientação política anticapitalista, assumiam uma teorização que demonizava os patrões do mundo rural e, por via de consequência, defendiam que o mundo rural deveria ser ocupado por proprieda-

des sob gestão familiar onde todos os membros da família seriam, também, os próprios trabalhadores, não existindo nesses estabelecimentos a exploração do trabalho assalariado e nem a apropriação de mais-valia³⁶.

Martins (2002), em iluminador artigo, agregou novos argumentos empíricos. Trata-se de um texto em que discute as situações diferenciais de classe social, comparando as situações sociais de um camponês ideal com a condição operária. O artigo é emblemático porque nele o autor analisa iniciativas da Comissão Pastoral da Terra, a partir de meados dos anos 1970, quando foram organizados diversos cursos para seus agentes, mas também para trabalhadores recrutados para a militância política, além de outros simpatizantes envolvidos com aquelas atividades.

Martins aponta que, em sua condição de ministrante, escolheu a categoria classe social como meio para discutir a diversificação social das sociedades contemporâneas, as gradações de riqueza e pobreza, as mentalidades, entre tantas outras possibilidades. Enfatiza, porém, que uma das dificuldades para organizar o debate, sem pré-definições políticas, foi exata-

³⁶ Obviamente, não se desconhece o imaginário social sobre a história agrária brasileira e seu imenso passivo de iniquidades, da inacreditável concentração da propriedade da terra às resistências históricas para contratualizar as relações de trabalho, do autoritarismo das formas de dominação social à reiteração da violência, muitas vezes inaudita, em certos períodos e regiões. Esse histórico, associado à dominação da grande propriedade territorial, por certo contribuiu (e fortemente) para desmerecer socialmente a figura do “patrão rural”, sendo essa uma representação social apropriada por outros atores que se posicionam contrariamente à atual estrutura social existente no campo brasileiro.

mente a perspectiva ideologizada da maior parte dos participantes. Segundo destacou, predominava uma

[...] consciência social e política dominada pelo reconhecimento de que apenas a classe operária é uma classe que luta por transformações sociais, uma classe dotada do mandato histórico das mudanças ou uma classe reveladora das contradições sociais (MARTINS, 2002, p. 54).

Lembrando o papel amplo e decisivo das iniciativas da Igreja Católica como agente de recrutamento e formadora da maior parte dos dirigentes das organizações rurais que pretendiam representar os pequenos produtores e os trabalhadores rurais, evidenciam-se as posturas que indicavam a aceitação, ainda que ocasionalmente deformada e parcial, de um foco pr Marxista. Essa é visão que embute, necessariamente, uma teoria de exploração social e suas respectivas posições de classe.

Objetivamente, prevalecia então uma postura normativa e romântica sobre o que deveria ser o mundo rural, resultante de visões religiosas e ideológicas, as quais, por certo, foram interpretadas facilmente à luz da trajetória de iniquidades que é típica da história social das regiões rurais.

Confrontados, contudo, com as realidades agrárias, em que a contratação de trabalhadores externos ocorre amiúde, a saída encontrada foi incorporar o predominantemente sugerido na lei, abrindo uma janela para a contratação esporádica de um pequeno número de assalariados rurais por parte dos pequenos produtores.

Ironicamente, é como se os pequenos produtores tivessem a permissão para serem meio-patrões ou, talvez, patrões ocasionais, mas nunca assumirem a – supostamente pecaminosa – completude do assalariamento permanente em suas propriedades. Essa é a justificativa para o preceito legal que impede a contratação de força de trabalho externo, um critério que nem remotamente foi motivado por qualquer justificativa econômica.

Finalmente, o terceiro critério estipulado pela Lei nº 11.326 é ainda mais surpreendente, senão exótico, ao prever que a adjetivação familiar limite, na prática, o nível de ganho das famílias rurais, pois a renda familiar [precisa ser] predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento. Não obstante ser uma variável essencialmente econômica, a justificativa para esse critério, de fato, não se sustenta sob nenhum argumento razoável.

As experiências de sociedades onde a agricultura mais se desenvolveu indicam, pelo contrário, que as famílias rurais ampliaram as suas chances de prosperidade exatamente quando alguns de seus membros diversificaram suas atividades, seja no trabalho não agrícola, seja quando ocuparam formas de trabalho não rurais, embora continuassem residindo com a família em áreas rurais. Tem sido assim em todas as regiões de diferentes países onde a prosperidade rural foi alcançada.

No caso norte-americano, considerados todos os estabelecimentos rurais, “quase 90% da renda familiar é originada de fontes não agrícolas” (LOBAO;

MEYER, 2001, p. 104). No caso brasileiro, detalhados estudos sobre pluriatividade mostraram exatamente a gênese dessa mesma tendência em algumas regiões rurais brasileiras, sobretudo em estados sulistas (ANJOS, 2007; SCHNEIDER, 2003).

Por que então esse estranho critério, que ignorou radicalmente o conhecimento e a experiência amplamente conhecida de outros contextos, sugerindo ainda que as famílias rurais devem se dedicar apenas às lides agrícolas para serem consideradas como uma parte do conjunto familiar e, assim, inscreverem-se como beneficiárias de políticas públicas? Impedido de aumentar a renda familiar com outras ocupações não agrícolas, e inexistindo mecanismos públicos de garantia de renda final, via subsídios, isenções fiscais, seguro agrícola e outras políticas, qual produtor resistiria à queda histórica dos preços dos produtos agrícolas, tendência que tem sido observada em todas as situações nacionais que experimentaram processos de modernização capitalista de suas agriculturas?

Barros demonstra, por exemplo, que em 35 anos de expansão da agricultura moderna, os preços mundiais dos alimentos caíram aproximadamente 75% em termos reais, o que garantiu custos de reprodução da força de trabalho mais baixos, mas igualmente significou diminuição das rendas agrícolas, quando alguns mecanismos de garantia de renda ainda inexistem (BARROS, 2010).

Dessa forma, em praticamente todas as situações, o trabalho fora da propriedade tem sido uma forma de complementação de renda, essencial à manutenção da propriedade rural, seja ele agrícola,

mas fora da propriedade, ou outra ocupação rural ou urbana, embora mantendo a moradia rural. A proibição do trabalho de atividades fora do estabelecimento, conforme o estipulado em lei, soa absurda, sendo incompreensível que tenha sido assim aprovada. Como explicar este preceito tão estranho?

A sugestão que apresentamos para explicar esse excêntrico critério inscrito na lei, e que parece ser a única possível, é que sua inserção deve-se ao imaginário religioso (sobretudo católico) imperante em áreas rurais. Em especial, entre os dirigentes sindicais, agentes religiosos e operadores políticos que estiveram presentes nas ações tendentes à formulação dessa ideia sobre agricultura familiar na primeira metade da década de 1990.

Quase todos aqueles dirigentes e militantes, de fato, vieram de escolas e experiências de formação política que foram organizadas pela Igreja Católica, particularmente no final dos anos 1970, inspiradas pela Teologia da Libertação. Suas visões de mundo sempre mantiveram, fortemente, um ideal de sociedade (no caso, rural) que continha tonalidades idílicas de preservação de comunidades integradas por pequenos produtores, irmanados em atividades de produção de alimentos, com significativos componentes de autoconsumo e, portanto, baixa participação em diferentes mercados.

Conforme a análise de um dos maiores conhecedores da cultura das classes subalternas rurais:

Em relação à Igreja [Católica] o que se nota é que ela também muda de posição a partir de 1973 [...] A Igreja começa a trabalhar o problema não na perspectiva

da acumulação, mas na perspectiva da *distribuição*. É isso que vai marcar toda a posição dela até hoje, trabalhar com a ideia do pobre e da pobreza, e não com a ideia da acumulação, que é o que está presente muitas vezes nas posições dos partidos políticos de oposições, os partidos de esquerda em geral [...] A Igreja aparece nesse momento muito preocupada com os direitos das pessoas, aparece muito preocupada com o fato de que existem direitos consagrados na lei, e direitos que não são respeitados na prática. Isso aparece praticamente em todas as discussões, inclusive naquela que diz respeito ao direito à propriedade [...] A propriedade que ela está defendendo agora não é exatamente a mesma propriedade que o Estado está defendendo, e menos ainda a propriedade que o Estado tem defendido depois de 1964. Fica claro que o Estado está defendendo a propriedade capitalista, uma forma de propriedade que é expropriativa, e que é causadora do desenraizamento das populações rurais, do estabelecimento não só da miséria econômica, mas também da miséria moral e social. Enfim, a Igreja começa a denunciar um processo de desumanização do homem. Ao mesmo tempo, fica evidente que a Igreja está fazendo uma crítica ao economicismo que norteia a política econômica do governo, não só ao economicismo no sentido da crítica a uma certa concepção de lucro, mas também a crítica ao economicismo enquanto racionalização econômica, uma certa concepção da razão que está presente na política do Estado e que conflita com a ideia de pessoa, com a ideia de liberdade [...] É isto que aparece quando a Igreja fala em propriedade comunitária, quando fala em outras formas de propriedade que ela valoriza. Ela não está dizendo que esta é a solução [...] O que ela está mencionando é que à medida que os trabalhadores, nas condições concretas do conflito e do confronto com os grandes proprietários e com o Estado, desenvolvem certas formas de ocupação temporária ou permanente (isto a história dirá) da terra, eficientes ou não-eficientes do ponto de vista econômico (afinal

não é isto que está em jogo), estas são formas de resistência e de sustentação da própria luta social [...] Claro que a valorização, por exemplo, do comunitário em relação à ocupação da terra, tem muito a ver com a própria tradição da Igreja em relação às formas de vida; um pouco a recuperação da tradição camponesa que nunca abandonou as bases do pensamento da Igreja. (MARTINS, 1985, p. 119, 125, grifo do autor).

Em síntese, concluindo essa seção: a tradição norte-americana, em que a ação governamental e as análises dos cientistas sociais foram fortemente imbricadas desde o seu nascedouro, é a única em que a expressão agricultura familiar encontrou campo mais fértil, durante a maior parte do século passado.

Mas naquele país, os critérios delimitadores para circunscrever esse conjunto social foram essencialmente econômicos, e os subtipos atualmente definidos são segmentados exclusivamente pelos níveis de venda da produção. No Brasil, ao contrário, os critérios foram sindical, político-ideológico e religioso, refletindo a capacidade de pressão e a interferência de atores sociais interessados em manter sua posição no espaço rural³⁷.

Ignorou-se, dessa forma, até mesmo o impressionante processo de transformação produtiva operado em áreas rurais brasileiras a partir dos anos 1970, que integrou, cada vez mais, o mundo rural aos diversos circuitos mercantis. Ignorou-se, igualmente, o

³⁷ Reconhecendo parcialmente um dos tantos equívocos da lei brasileira, em junho de 2011, o Ministério da Fazenda anunciou que será permitido o enquadramento de famílias rurais, “com um ou dois membros”, cujas atividades sejam “não agrícolas”, assim percebendo a realidade da pluriatividade em áreas rurais. Mas é surpreendente que ainda se mantenha um limite para aquelas atividades, mantendo-se parcialmente o erro.

conhecimento mais geral sobre o desenvolvimento agrário brasileiro, desde momentos históricos passados quando, “sob certas condições específicas, principalmente quando esse capitalismo *crece por elaboração de periferias*, a acumulação primitiva é estrutural e não apenas genética” (OLIVEIRA, 1987, p. 21, grifo do autor). O que então reproduzia não apenas a pequena produção (ou um quase campesinato) destinada a produzir para os mercados locais, mas vizinha das grandes propriedades cuja produção era destinada à exportação, ensejando uma *pax agraria* (nos termos daquele autor) que, no período seguinte, o da modernização dos anos 1970, foi rompido definitivamente.

A lei da agricultura familiar, estranhamente, fez tábula rasa das evidências empíricas e da história agrária e, ainda mais gravemente, entendeu a agricultura a partir de lentes opostas à lógica econômica prevalente no mundo rural. Trata-se de um preceito legal irracional e inteiramente alheio às realidades do mundo rural brasileiro.

Por isso, é preciso repensar os critérios que definem o conjunto de agricultores familiares sob gestão familiar, com o objetivo de ampliar a eficácia da ação governamental e aperfeiçoar as políticas públicas destinadas aos mais pobres do mundo rural.

Ainda mais preocupante em relação ao destino dos pequenos produtores familiares é que as tendências gerais apontadas na primeira parte dessa seção,

em relação à história da agricultura nos Estados Unidos, sugerem crescentes desafios para a reprodução social daquele conjunto de produtores.

A Tabela 3 sistematiza algumas informações comparativas sobre os casos brasileiro e norte-americano, comprovando as tendências apontadas nessa seção, as quais podem ser sintetizadas a partir do aprendizado histórico ocorrido naquele país. Ou seja, foi exatamente durante um período expansionista (o pós-guerra, estendendo-se até o final dos anos 1970) que as propriedades familiares de menor porte, nos Estados Unidos, foram fortemente afetadas pela lógica concentradora da expansão capitalista na agricultura.

O caso brasileiro, hoje alicerçado em sólidas bases tecnológicas e, provavelmente, experimentando o início de um período expansionista similar, repetirá aquelas tendências?

Nota-se que um desses aspectos – a concentração da produção – já demonstra números ainda mais agudos no Brasil, resultante do crescimento das atividades agropecuárias ocorridas durante um período (em anos) bem mais curto, quando comparado ao caso norte-americano.

Síntese comparativa estatística

Apresentados os múltiplos aspectos que devem formar o debate sobre a agricultura que é administra-

Tabela 3. Comparação entre alguns aspectos característicos do desenvolvimento agrário nos Estados Unidos e no Brasil (anos diversos)

Agricultura / PIB	
Estados Unidos:	2,1% (1959) – 1,3% (1999)
Brasil:	9,7 % (2004) – 5,2% (2009)
PEA rural	
Estados Unidos:	18,0% (1947) – 1,8% (1995)
Brasil:	68,8% (1940) – 16,2% (2008) ⁽¹⁾
Trabalho contratado / população total	
Estados Unidos:	18,3% (1930) – 3,8% (2000)
Brasil:	2009: “Pela primeira vez, o campo deixa de ser o maior empregador, entre todos os setores” (PNAD falta data)
Produtividade⁽²⁾	
Estados Unidos:	US\$ 5.200 (1930) – US\$ 54.500 (2000)
Brasil:	“entre 1970 e 2006, 65,0% do crescimento do produto agropecuário foi devido ao aumento da produtividade total dos fatores” (GASQUES et al., 2010, p. 34)
Número de estabelecimentos rurais (1.000)	
Estados Unidos:	5.648 (1950) – 2.191 (1999)
Brasil:	4.988 (1975) – 5.175 (2006)
% dos estabelecimentos que produzem a metade da produção⁽³⁾	
Estados Unidos:	17% (1900) – 3,6% (1997)
Brasil:	0,43% (2006)

⁽¹⁾ A estatística relativa a 1940 se refere à população residente em relação à população total e, em 2008, à população economicamente ativa na agricultura em relação à população total

⁽²⁾ Produtividade, nos Estados Unidos, refere-se ao valor produzido, em termos reais, por unidade de trabalho. No Brasil, refere-se à produtividade total de fatores (GASQUES et al., 2010).

⁽³⁾ Nos Estados Unidos, essa proporção se refere ao “volume de vendas” realizadas. No Brasil, ao valor total da produção mais o valor do autoconsumo.

da por núcleos familiares, com ênfase nos menores estabelecimentos, essa parte final apresenta uma síntese estatística que compara o caso norte-americano com o brasileiro. Ou seja, foi apresentada inicialmente uma sintética descrição sobre os debates entre cientistas sociais, nos Estados Unidos e na Europa, ressaltando serem tão diversos os caminhos analíticos no âmbito daquelas duas tradições, seguida de uma tentativa de propor uma tipologia do mesmo debate entre os cientistas sociais brasileiros. Nessa última parte, salientou-se a distância, algo surpreendente, do debate brasileiro em relação a outros países, pois o primeiro acompanhou apenas superficialmente a literatura internacional sobre o tema. Posteriormente, a segunda seção justificou a importância de se apresentar os fatos históricos sobre agricultura familiar nos Estados Unidos, pois, especialmente no tocante à ação governamental que pretendeu modernizar tecnologicamente a agropecuária, a experiência norte-americana foi o modelo inspirador do mesmo processo no Brasil. Aquele foi aprendido, portanto, que serviu de arcabouço para o intenso intento modernizante implantado a partir do final dos anos da década de 1960 em regiões rurais brasileiras.

Em face desse paralelismo, julga-se de grande relevância a comparação entre os dois países. No caso norte-americano, além disso, a institucionalização de uma noção de agricultura familiar, desde os seus primórdios, obedeceu a dois aspectos basilares: primeiramente, entender que o termo “familiar” se refere apenas à forma de administração do estabelecimento – e nada mais. Nunca foi considerado, naquele país, que o termo encerrasse em si mesmo outras “virtudes sociais e comportamentais”. Em segundo lugar, a atividade agropecuária foi sempre considerada, nos

Estados Unidos, como uma atividade econômica e, portanto, os critérios de aferição dos estabelecimentos rurais destinados a segmentá-los em diversos sub-grupos, foram sempre variáveis econômicas – a atual refere-se tão somente ao valor das vendas realizadas pelos produtores rurais.

Realizada essa comparação, a terceira seção do estudo analisou então o processo de institucionalização da agricultura chamada familiar no Brasil, verificando terem sido inteiramente distintos os ditames que orientaram o nascimento da expressão e a sua transformação em política governamental. Foram então apresentadas as razões que justificaram o conjunto de critérios identificadores da agricultura familiar no caso brasileiro, surgindo, com alguma surpresa, critérios que todos eles ignoraram, por exemplo, ser a agropecuária uma atividade econômica, pois seguiram outras justificativas.

À luz dessa análise anterior, a Tabela 3 sintetiza, numericamente, de acordo com algumas variáveis que são consideradas como as mais essenciais para comparar os resultados do desenvolvimento agrário nos Estados Unidos e no Brasil, que, de fato, as tendências observadas naquele país vão encontrando guarida nas realidades brasileiras. Às vezes com algum retardamento, em face das diferenças históricas entre os dois países e, outras vezes, como reflexo de ter sido mais recente o desenvolvimento capitalista em regiões rurais do Brasil. Não houve, por exemplo, nenhuma mudança significativa no número de estabelecimentos rurais ainda existentes no Brasil. A intensificação econômica dos anos mais recentes ainda não implicou na queda, que foi abrupta logo após a Segun-

da Guerra, daquele mesmo número, quando examinado o caso do país do Norte.

No entanto, provavelmente movido pelo ritmo de crescimento da produtividade que é mais elevada, o Brasil já apresenta proporções de concentração da produção agropecuária que são bem mais dramáticas do que o caso norte-americano. Evidência destacada pela impressionante estatística apurada no Censo de 2006, que mostra que menos de meio por cento dos estabelecimentos rurais respondiam, naquele ano, por metade do valor da produção agropecuária brasileira (incluindo o autoconsumo).

Esse fato, tão significativo em si mesmo, se associado a outras tendências, como a rápida diminuição da população total envolvida em atividades agropecuárias e a perda de importância relativa da agropecuária, tanto em relação ao restante dos demais setores produtivos, como também em relação ao seu papel de demandante de força de trabalho, indica um processo de rápidas transformações estruturais no mundo rural brasileiro, sem paralelo com outras situações históricas passadas.

Como analisar empiricamente os estabelecimentos rurais sob gestão familiar no tocante à diversidade social

A esperança que inspirou Marx e os melhores homens dos diversos movimentos operários - a esperança de que o tempo livre eventualmente emancipará os homens da necessidade - repousa sobre a ilusão de uma filosofia mecanicista [...] Cem anos depois de Marx, sabemos da falácia de seu raciocínio: pois o

tempo livre do animal laborans nunca é gasto em nada a não ser no consumo, e, quanto mais tempo ele adquire, mais gananciosos e vorazes se tornam seus apetites (ARENDDT, 1958, p. 133).

A gente compra tudo, milho para as vacas, e para a gente, compra arroz, feijão, farinha, sabão [...] Não dá mais para plantar o milho para o gado. Cana e capim a gente produz, que é para dar para as vacas misturada com o milho, o sal mineral e a ração a gente também compra. Todo mundo aqui está acostumado a dar para o gado a ração da loja. Para fazer o doce a gente compra ovo e açúcar, o botijão de gás e as embalagens. Mas sai caro demais [...] Hoje todo mundo quer modernizar e comprar máquina. Antigamente, tudo era diferente, o meu pai viajava de carro de boi para buscar o sal, levava um mês para ir e voltar, era uma vez por ano que ia. O sal era a única coisa que comprava. Fazia tudo em casa, até o sapato e a roupa [...] (Agricultora, 57 anos, núcleo agrícola de São Bernardo, Distrito Federal, citado em PEDROSO, 2000, p. 48).

Por que seria necessário e sensato, tanto para a produção de conhecimento real sobre o mundo rural brasileiro, como para o aperfeiçoamento das políticas governamentais, conhecer os diferentes grupos e sub-grupos de famílias rurais (produtores, proprietários e assalariados) ou a diversidade social das regiões rurais?

A diferenciação social sempre existiu como marca distintiva das sociedades, mas o interesse em sua interpretação variou ao longo do tempo. Estudos sobre a diversidade social, ou a análise das diferenças socioculturais, ganharam proeminência, nas últimas duas décadas, em função da emergência de dois fenômenos primordialmente culturais: o multiculturalismo e o pós-modernismo (e seu correlato, o pós-estruturalismo).

lismo). Recentemente, esses foram debates intelectuais novos que dominaram fortemente a teoria social, praticamente enterrando as antigas *grand theories* (como o Marxismo ou o estrutural-funcionalismo, entre outros paradigmas sociológicos), com intensas implicações teóricas e metodológicas³⁸.

Trata-se de um imenso campo de disputado debate, e certamente não é o objetivo desse ensaio sintetizá-lo. Mas é preciso pelo menos citá-lo, porque uma das consequências da emergência de várias perspectivas teóricas que elevaram a diferença a um estatuto explicativo quase absoluto – uma das características principais do estágio atual do capitalismo mais avançado – foi também minimizar (ou até ignorar) um fato crucial: demonstrar que a diversidade social representa situações sociais (novas ou pré-existentes) que, primeiramente, são o reflexo das segmentações sociais.

E essa hierarquização, como é evidente, implica igualmente em apropriações diferenciadas de recursos e chances distintas de percorrer trajetórias de vida representadas pelas aspirações dos indivíduos e, no caso desse estudo, das famílias rurais. O que é ainda mais decisivo: hierarquias sociais que revelam distintas apropriações de poder, são, assim, a face empírica das formas de dominação social.

Parte significativa da literatura, ao sobrevalorizar o fator posse da terra e ignorar os processos de expansão econômica que fazem o meio rural brasilei-

³⁸ É vasta a literatura relevante que incide sobre esse debate contemporâneo. Para uma ilustração analítica que se situa entre as mais robustas e eruditas, consultar Alexander (1995).

ro ser tão heterogêneo, tem desconhecido essa faceta da diversidade social.

Talvez mais grave para a compreensão do mundo rural, a absolutização de noções não analíticas (como agricultura familiar), oculta essa diversidade e suas apropriações variáveis de recursos e poder, igualmente ignorando que são diferenças relacionais. Ou seja, são diferenças sociais que implicam em ganhadores e perdedores. Exaltar acriticamente a riqueza da diversidade social apenas significa, muitas vezes, a incapacidade de análise, em especial empírica, deixando de perceber com clareza as reais assimetrias sociais existentes nas regiões rurais³⁹.

Conhecer e interpretar essa diversidade em regiões rurais, portanto, permitirá evidenciar a situação social e econômica que identifica e nomeia cada um dos subgrupos existentes naqueles espaços sociais. Ato contínuo se dará ao se perceber quais são as tendências sociais predominantes no mundo rural. Por exemplo, quais os subtipos do grande grupo chamado de familiar que, de fato, têm maiores chances de reprodução social e expansão produtiva e, da mesma

³⁹ A proposta sociológica de Martins (2008) também converge para a sugestão analítica que orienta a recomendação a ser apresentada. Trata-se de um “retorno ao empírico” e Martins, mais ousadamente, sugere a necessidade de sermos capazes de interpretar os significados sociais do cotidiano e do senso comum, para além da banalidade que as análises convencionais apresentam. Em suas palavras, contidas em um dos mais admiráveis livros que escreveu, “[...] as grandes certezas terminaram. É que com elas entraram em crise as grandes estruturas da riqueza e do poder (e também os grandes esquemas teóricos) Daí decorrem os desafios desse nosso tempo. Os desafios da vida e os desafios da ciência, da renovação do pensamento sociológico [...] A possibilidade de uma sociologia da vida cotidiana está nesse âmbito intermediário, na investigação e superação do que o senso comum tem sido para a interpretação acadêmica: ou apenas o conhecimento com o que o homem comum define a vida cotidiana, dando-lhe realidade, como supõem Berger e Luckmann; ou apenas o conhecimento alienado da falsa consciência que separa o trabalhador do mundo que ele cria, de que nos falam os marxistas” (MARTINS, 2008, p. 52-53).

forma, quais são aqueles que já vivem nas fimbrias da sociedade, sujeitos a iminentes decisões migratórias decorrentes do abandono da atividade. Novamente insistindo, conforme a nota de rodapé 12, que o apelo à pesquisa empírica ampla e rigorosa não significa a renúncia ao empiricismo. Essa foi a faceta típica de uma certa Sociologia que praticamente deixou de existir. A necessidade metodológica de evidências empíricas aqui reivindicada assenta-se em arcabouço teórico que é esboçado na quarta seção desse texto.

O estudo dessa diversidade, como é óbvio, não representa nenhuma novidade na história do pensamento sociológico e, de fato, esteve na origem desse campo científico. Foi exatamente a expansão do capitalismo industrial em alguns países europeus, com o consequente processo de urbanização desordenada e a lenta constituição de uma nova sociabilidade que introduziu como necessidade, entre os pioneiros da Sociologia, a análise da diferenciação social, ou o processo de formação de novas coletividades sociais, com características sociais e culturais próprias – as classes ou os estratos sociais.

Marx pioneiramente se valeu de um conceito central para sua teoria, o de classe social, mas Durkheim foi aquele que, talvez com mais clareza conceitual, utilizou como um de seus esteios teóricos a categoria de diferenciação social. Lenin, em seu detalhado estudo sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura russa (publicado em 1899), igualmente procurou entender se existiriam evidências empíricas sobre o desenvolvimento de um processo de diferenciação entre a massa camponesa que então caracterizava o meio rural daquele país. São

rápidos exemplos, citados tão somente para registrar que essa é uma antiga tradição no pensamento social.

Torna-se necessário, contudo, ainda a guisa de breve esclarecimento inicial, discutir as possibilidades de interpretação acerca dos diversos e distintos coletivos sociais rurais separáveis por parâmetros socioeconômicos ou por identidades socioculturais existentes no mundo rural, fundando-se para tanto no legado das tradições do pensamento sociológico.

Como analisar hierarquias sociais (ou a estrutura social) em uma dada sociedade, ou em suas regiões rurais, especificamente? Esse tema, de fato, sempre foi constitutivo das reflexões sobre o destino nacional, embora fracamente analisado por cientistas brasileiros. É uma das curiosidades da ciência social do país, pois a marca da desigualdade foi, provavelmente, a faceta mais notória desde o nascedouro da nação.

Causa alguma perplexidade, portanto, que a verificação de diferenças sociais tão abissais tenha sido sempre veementemente registrada por quase todos os cientistas sociais, nas suas origens, desenvolvimento e características principais, mas que sua análise e explicação quase nunca tenham sido o foco principal de esforços consistentes de pesquisa.

Não obstante essa insuficiência, os agrupamentos sociais que na literatura são chamados de classes sociais, ou de acordo com outras vertentes teóricas também designados como estratos sociais, fazem parte do estoque de estudos sobre o mundo rural por uma inegável razão histórica principal: a presença

dominante da grande propriedade territorial desde os primórdios da colonização portuguesa.

Em decorrência desse bloqueio original, o acesso à terra, já na gênese da formação social brasileira, foi obstruído às maiorias, cimentando com o tempo uma estrutura fundiária caracterizada pela sua alta concentração. Assim, com o crescimento populacional posterior e a predominância das atividades produtivas agropecuárias na economia brasileira até, pelo menos, o período de expansão econômica da década de 1970, a agricultura e a sua forma dominante de propriedade (e, portanto, a hierarquização social decorrente) animaram parte considerável da produção científica sobre o nosso desenvolvimento social e econômico.

Mas, como referido, esse período anterior deixou um legado interpretador sobre a história agrária brasileira e o tema das hierarquias sociais que é nitidamente limitado. Caio Prado, com o seu livro demarcador de 1933, *A evolução política do Brasil*, pioneiramente se valeu do conceito marxista de classe social para interpretar a história do país, e os estudiosos procuraram então aprofundar o conhecimento acerca da estrutura social brasileira.

Naquele mesmo ano, que poderia ser visto como o nascimento das ciências sociais brasileiras, outro livro referencial foi publicado, influenciando fortemente gerações de cientistas sociais interessados em entender as segmentações sociais existentes na estrutura social brasileira: *Casa grande e senzala*, de Gilberto Freyre.

Mas não representa uma afirmação ousada ou injusta verificar que os resultados analíticos até aqui alcançados, de fato, não desvendaram com profundidade apropriada a gênese, o desenvolvimento ou as características contemporâneas da estrutura de classes. Ainda que essa mesma produção científica tenha sido pontuada, em determinados momentos, por contribuições clássicas e fundamentais, de Raimundo Faoro (*Os donos do poder*, 1958) a Octávio Ianni (*Raças e classes no Brasil*, 1972), as quais, sem dúvida, ofereceram interpretações inovadoras sobre as hierarquias sociais no Brasil.

Se circunscrito ao meio rural, o conjunto de conhecimentos disponível é ainda mais diminuto e usualmente caracterizado pelos esforços de alguns autores de inspiração marxista que menos analisaram e mais especularam sobre as hierarquias sociais nas regiões rurais brasileiras. Entre eles, apenas como ilustração, podem ser citados Alberto Passos Guimarães (*Quatro séculos de latifúndio*, 1963) e Inácio Rangel (*A questão agrária brasileira*, 1961).

Assim, surpreende que já nos anos 1980 os temas relacionados às hierarquias sociais perdessem atratividade entre os cientistas sociais, exatamente quando se firmou a redemocratização brasileira. Em especial, quando retornou a demanda social da reforma agrária, bem como a emergência de movimentos sociais de sem-terra, os quais passaram a influenciar a cena política, ressurgindo a contestação à estrutura da propriedade da terra.

Contrariando as expectativas, nos últimos 30 anos a produção sociológica voltada ao campo brasileiro pouco se dedicou a analisar as hierarquias sociais, e apenas existem contribuições específicas próximas, ou relacionadas, ao tema. Bruno (1997), por exemplo, pesquisou com notável rigor, durante anos, os grupos de grandes proprietários empresariais ou os mais politicamente ativos, começando pela União Democrática Ruralista (UDR) e, depois, dedicou-se a outras expressões políticas atuais, como a bancada ruralista.

Concomitantemente, diversos outros autores publicaram estudos sobre os grupos sociais que integram as classes subalternas, destacando-se José de Souza Martins como o autor referencial no estudo dos grupos sociais dominados, e cujos trabalhos nesse campo dispensam apresentação.

Mas nenhum deles, desde o breve comentário de Sorj (1980), aceitou o desafio analítico de interpretar a gênese e o desenvolvimento da estrutura social vigente nas regiões rurais brasileiras. Como uma rara exceção, obedecendo a uma análise estritamente convencional, cite-se um curto artigo de um autor marxista ortodoxo, Claus Germer, que propôs uma leitura sobre a estrutura de classes da agricultura brasileira, em curioso artigo de 1990⁴⁰. Sob outros focos não marxistas, a produção científica nesse campo tem sido, no período citado, praticamente inexistente.

⁴⁰ GERMER, C. "Perspectivas das lutas sociais agrárias nos anos 90", palestra oferecida no seminário "*Perspectivas da agricultura na próxima década*". São Paulo: Instituto Cajamar (CUT), 1990.

Se seguida a trajetória analítica consolidada na Sociologia, poderia ter encontrado prosseguimento – como alternativa à etérea discussão atual sobre agricultura familiar – o segmento de uma importante pesquisa, depois defendida como tese de doutoramento em 1984 e publicada como livro em 1987. Trata-se de trabalho de uma reputada cientista social brasileira, Maria Rita Loureiro, que estudou a forma como

[...] a industrialização da agricultura – vista como processo de constituição das forças produtivas capitalistas, ou melhor, das bases materiais do capital no campo – engendrou também uma nova classe social: a pequena burguesia rural (LOUREIRO, 1987, p. 9).

Essa pesquisa realizada em São Paulo, com dados empíricos coletados em uma cidade do cinturão verde da capital paulista, onde a expansão modernizadora da década de 1970 revolucionou as bases produtivas, embora com uma linguagem típica daquela década, produziu ensinamentos relevantes para o debate atual sobre a diversidade social no campo.

Na ocasião, a expressão agricultura familiar ainda inexistia na literatura brasileira (pelo menos como uma putativa categoria teórica), e a autora analisou o processo de diferenciação social ativado pela expansão produtiva e a modernização tecnológica, mostrando como se constituíam os novos trabalhadores para o capital, através da semiproletarização das pequenas unidades familiares.

Mas a autora igualmente demonstrou (e certamente por essa razão seu trabalho não recebeu a valorização devida) que o desenvolvimento capitalista na

agricultura paulista criou diversas vias de crescimento de uma pequena burguesia rural, pelo menos entre aqueles grupos sociais por ela analisados, todos ligados à produção hortigranjeira.

Ainda que se discorde de algumas de suas conclusões, sobretudo por ser uma tese caracterizada por uma interpretação marxista um tanto ortodoxa, a autora já comentava sobre os pilares equivocados que atribuem alguma consideração potencialmente virtuosa à adjetivação familiar que caracterizava a pequena produção de mercadorias. Não sendo necessários outros detalhes adicionais sobre esse estudo, ressalta-se, contudo, algumas ponderações analíticas da autora, úteis para os objetivos gerais desse artigo:

O pequeno capital, ao mobilizar, com predominância, os membros da família do pequeno proprietário, não se descaracteriza como capital, nem tampouco descaracteriza o grupo social em que se personifica, como segmento burguês. Configura-se, apenas, situação mais complexa em que a subordinação do trabalho ao capital é também mediatizado pela família [...] Pretendeu-se, ainda, marcar de forma mais nítida o contraste com o momento atual, em que o desenvolvimento das forças produtivas em geral vem permitindo o surgimento de uma pequena produção agrícola, já em bases capitalistas. Como se verá a seguir, o crédito bancário, ao formar o capital, tecnifica e expande a produção. Esta especializa-se em função dos determinantes da elevação da produtividade do trabalho, que aliás se torna a questão-chave da pequena produção [...] Na realidade, *o chamado trabalho familiar, tal como captado na unidade empírica de análise, não é trabalho definido pela família, como a denominação faz crer [...] é trabalho acionado pelo capital,*

vale dizer, pela produção capitalista de mercadorias. Em outras palavras, não são as demandas internas de consumo de um determinado grupo definido como família, ligado ideologicamente por laços de sangue (pais e filhos) e de aliança (marido e mulher) que orientam o processo de produção, em termos, por exemplo, do que produzir, em que quantidades fazê-lo, que ritmo imprimir ao processo de trabalho – tal como ocorria em unidades domésticas de economias fechadas ou semifechadas [...] Definem-se então os produtores ‘familiares’ como produtores capitalistas, ou melhor, como pequenos burgueses [...] As conclusões obtidas permitem que se repensem os alinhamentos de classe no campo. Se, de fato, o produtor definido como familiar (numericamente representativo) não é predominantemente um camponês, a saber, segmento da classe trabalhadora, mas, ao contrário, fração, ainda que secundária, da burguesia, altera-se o quadro de configuração das relações de classe no campo. (LOUREIRO, 1987, p. 12, 53, 99, 143-145, grifo nosso).

Se examinados os anos mais recentes, talvez cobrindo as duas últimas décadas, esse grande campo analítico das ciências sociais continua inexplorado, e praticamente nenhum aporte científico inovador foi oferecido, pouco se conhecendo sobre a estrutura social em regiões rurais, a não ser a partir de fatos episódicos e assistemáticos.

Mais claramente: não se afirma que a produção científica não tenha deixado de trabalhar com o tema das hierarquias sociais, as quais, frequentemente, perpassam inúmeros estudos realizados. Trata-se apenas de salientar que são raríssimas (e nenhuma que tenha exercido influência maior) as pesquisas dedicadas à

análise da estrutura social rural, suas modificações no período contemporâneo, os grupos e subgrupos existentes e suas características empíricas.

Quando esse fato é situado no contexto da extraordinária expansão da agropecuária brasileira nos anos recentes, desencadeando inevitáveis processos de diferenciação social, essa lacuna é inexplicável. E a importância de realizar pesquisas abrangentes sobre as hierarquias sociais se torna urgente exatamente porque são elas que poderão explicar os padrões de assimetria social existentes em uma dada sociedade. Confrontado com o grau de desigualdade existente no Brasil, a omissão é ainda mais surpreendente.

Apesar dos reclamos sobre sua urgência⁴¹, esse caminho sociológico convencional e alicerçado na literatura para entender as razões pelas quais se formam e como evoluem as hierarquias sociais em uma dada sociedade concreta não será o perseguido nesse artigo, por dois motivos.

Primeiramente, porque o estudo das hierarquias sociais é campo analítico da Sociologia hoje largamente controvertido e inconcluso, marcado por inúmeras inconsistências lógicas e infundáveis polêmicas

⁴¹ “Que diabo de estrutura agrária, de classe social, é esta que existe no Brasil, que hoje nós estamos aqui debatendo? [...] Estas mudanças no campo determinaram importantes mutações na estrutura das classes sociais desse universo”. Assim afirmava Moisés Vinhas no início da década de 1980 (PAULINO, 1983, p. 38), referindo-se aos impactos da modernização agrícola empreendida na década anterior. Vinhas, ligado ao antigo Partido Comunista Brasileiro, é o autor de *Problemas agrário-camponeses no Brasil*, uma pouco convincente análise marxista ortodoxa sobre a estrutura de classes no meio rural brasileiro. Posteriormente, embora sempre “espreitando” diversos estudos e pesquisas, não houve, de fato, outro estudo que tivesse como objetivo direto analisar a estrutura social no mundo rural brasileiro, exceto o artigo de Sorj (1980).

interpretativas (WRIGHT, 2005), exigindo esforço de pesquisa de muito maior fôlego.

Desde o clássico artigo de Nisbet (1959), centrado em mudanças empíricas que então se concretizavam nas sociedades industriais e que poderiam, conforme então foi argumentado, arrefecer as polarizações de classe, aos recentes debates oferecidos por diversos autores, o conceito de classe social tem sido crescentemente contestado (PAKULSKI; WATERS, 1997).

Mesmo que também exista uma literatura igualmente atual que afirme a prevalência e atualidade do conceito (MARSHALL, 1997; WRIGHT, 1997, 2003, 2005), caso se desejasse estudar a diversidade social a partir de categorias como classe social (sob diversas variantes da tradição marxista) ou estratos sociais (na tradição teórica funcionalista) como primeiro objetivo desse artigo, apenas se reproduziria um antigo debate e suas correlatas controvérsias, mas sem concretizar uma alternativa teórica vencedora, ou, pelo menos, mais convincente. E, também, sem produzir um caminho analítico que fosse capaz de superar aqueles impasses do passado.

Ressaltado esse caminho analítico possível (e necessário), mas não o seguindo nesse estudo, é por essa razão que não se propõe aqui analisar as classes sociais rurais e, portanto, também o empresariado rural. Classes sociais são agrupamentos relacionais e, caso fosse o propósito desse estudo analisá-las em ambientes rurais brasileiros, é evidente que qualquer pesquisa que se dedicasse à teoria e à prática das classes subalternas no campo, necessariamente precisaria

integrar o seu antípoda – as classes dominantes, incluindo o empresariado rural. Mas, insista-se: pelo menos nesse estudo, ainda que possa começar a abrir os caminhos para aquela investigação, não se propõe por enquanto àquele exercício, pois as ambições do trabalho foram, até aqui, esmiuçar os diversos ângulos de discussão e problematização em torno da expressão agricultura familiar.

Somente então, a partir dessa parte, é que se avançaria com uma sugestão metodológica que, se realizada, poderá iluminar teoricamente, mas também em suas evidenciações concretas, as formas familiares de produção agropecuária existentes nas regiões rurais, entendendo a sua diversidade e lógicas internas, a construção dos processos decisórios pelas famílias rurais e outros processos sociais e econômicos associados a um movimento mais geral de monetarização da vida social articulado à emergência de múltiplos mercados.

Há outra razão para não seguir nessa análise nenhuma das rotas analíticas clássicas do pensamento social que estudam as hierarquias sociais. Pois o objetivo precípua desse artigo é sugerir uma inequívoca possibilidade de analisar empiricamente os grupos sociais em regiões rurais que evidenciem similaridade em termos de seus padrões de sociabilidade. Ou seja, além de um esforço inicial de teorização, o que se pretende é apenas indicar um caminho empírico que permita descrever e analisar os subgrupos do grande grupo de estabelecimentos rurais sob gestão familiar, mas a partir de outra lógica analítica, distinta da literatura existente, e que é exposta mais à frente.

Lato sensu, agricultores familiares mantêm posições de classe que se aproximam do tipo ideal pequeno burguês (ou das classes médias). Empiricamente, variam em um *continuum* dentro daquele ideal.

Parte numericamente significativa, senão a maioria daquele agrupamento, é formada de conjuntos familiares semiproletarizados (pois cresce o trabalho externo às propriedades). Outra fração, contudo, pode se aproximar de uma situação social propriamente capitalista, por meio de sua expansão econômica, contratação do trabalho assalariado, maior densidade mercantil e desenvolvimento de uma nova racionalidade de ação.

Antes, no entanto, é necessário adicionar outro esclarecimento prévio, pois se aceitam duas premissas que fundamentam o campo de debates proposto nesse artigo. Primeiro, rejeita-se categoricamente qualquer relevância analítica à expressão campestina em nossos dias, ainda usada com certa frequência na literatura brasileira, agregando mais confusão interpretativa quando se analisa os grupos e subgrupos existentes no mundo rural. Não sendo aqui o local oportuno para uma discussão exaustiva acerca desse posicionamento, talvez seja suficiente se referir à inadequação daquele termo e seus correlatos, como antes mencionado, e bastaria citar as explicações oferecidas por outros autores, como Ellis (1988) e Abramovay (1992), assim como a síntese introduzida por Navarro (2010a).

Não existindo a intenção nesse texto de examinar minuciosamente a literatura internacional a res-

peito do tema, provavelmente bastará citar um dos mais conhecidos autores do campo dos estudos agrários, co-fundador das duas revistas acadêmicas mais influentes e prestigiadas sobre o assunto, os ingleses *Journal of Peasant Studies* e *Journal of Agrarian Change*. Em seu mais recente livro, dedicado exatamente à análise dos processos de mudanças agrárias e suas repercussões nas hierarquias sociais rurais, Henry Bernstein não deixa dúvidas sobre o lugar social do campesinato e, ao mesmo tempo, alerta para o vazio analítico representado pela expressão agricultura familiar.

A trajetória acadêmica do autor repercute uma variada e longa experiência de análise sobre situações concretas acerca do desenvolvimento agrário em diversos países. Suas palavras, dessa forma, parecem ser definitivas acerca do estatuto teórico de termos e expressões ainda utilizadas no Brasil quando afirma que:

Termos como ‘camponês’, produtor ‘pequeno’ ou ‘de menor escala’ e ‘agricultor familiar’ são frequentemente usados indistintamente, de tal forma que facilmente confundem. Não se trata apenas de um tema semântico, mas tem importantes facetas e diferenças analíticas. O termo ‘camponês’ usualmente significa uma agricultura doméstica organizada para a reprodução simples, especialmente para produzir a sua própria alimentação (subsistência). Frequentemente agregada a esta definição básica existem qualidades presumidas, como solidariedade, reciprocidade e o igualitarismo da comunidade rural e o compromisso com valores de uma forma de vida fundada na unidade doméstica, comunidade, parentesco e a localidade. Muitas definições e usos do termo ‘camponeses’ (e produtores ‘pequenos’ e ‘de menor escala’) incor-

poram um forte elemento normativo e de propósito: ‘estar ao lado dos camponeses’ [...] contra todas as forças que destruíram ou enfraqueceram os camponeses na construção do mundo moderno. Na minha opinião, os termos ‘camponês’ e ‘campesinato’ deveriam ser melhor restringidos ao uso analítico e não ao normativo e para dois tipos de circunstâncias históricas: sociedades pré-capitalistas, ocupadas principalmente por produtores familiares de pequena escala e processos de transição ao capitalismo. Com o desenvolvimento do capitalismo, a natureza social da agricultura de pequena escala se modifica. Primeiramente, os ‘camponeses’ se tornam pequenos produtores de mercadorias, os quais precisam produzir a sua subsistência através da integração a uma mais ampla divisão do trabalho e dos mercados. Esta ‘mercantilização da subsistência’ é uma dinâmica central no desenvolvimento do capitalismo [...] Em segundo lugar, os pequenos produtores de mercadorias são sujeitos a um processo de diferenciação de classe [...] Sugiro que resultante do processo de formação das classes [rurais] não existe uma única ‘classe’ de ‘camponeses’ ou de ‘agricultores familiares’, mas existe, antes, classes diferenciadas de produtores capitalistas de pequena escala, pequenos produtores de mercadorias relativamente bem sucedidos e trabalhadores assalariados [...] *o termo ‘agricultura familiar’ frequentemente superpõe estabelecimentos rurais que são de propriedade da família, sob a administração da família e com o trabalho sendo da família. Algumas ‘propriedades familiares’ combinam todas essas características, mas outras não [...] Em face de tal diversidade e as contradições e lutas que produzem-nas, é difícil aderir a uma noção de produtores – sejam descritos como ‘camponeses’, ‘agricultores familiares’ ou ‘pequenos produtores’ – como uma única classe e, além disto, constituindo-se como classe através de alguma relação social comum com o capital (BERNSTEIN, 2010, p. 3-4 e 112, grifo nosso).*

Para esse e os demais autores citados, o termo campesinato se refere a um dado momento histórico e às condições sociais bem definidas que antecedem os processos de expansão econômica sob o capitalismo rural. Uma vez que esse regime econômico e sua sociabilidade sejam devidamente ancorados em uma sociedade singular, os antigos camponeses, agora integrados a uma nova ordem societária que é determinante (embora sob variadas densidades de integração, as quais podem ser muito distintas), deixam de ser camponeses.

Antes participavam de mercados incompletos, como acentua Ellis (1988) em seu seminal livro sobre as economias camponesas, ou então constituíam “sociedades parciais de culturas parciais”, na célebre e fundadora expressão de Kroeber (1948). Mas ativados pela expansão econômica capitalista, monetarizam as suas práticas de interação social e se integram continuamente a novos mercados, sob forma crescentemente mais completa e complexa⁴².

Passam então a receber outras denominações mais apropriadas ao novo padrão societário – pequena burguesia rural, classes médias rurais, agricultores familiares, *farmers*, pequenos produtores, colonos, entre outras possibilidades que procuram nomear empiricamente esses agrupamentos sociais. Sob essa interpretação dos significados sociais, históricos e conceituais do campesinato, é surpreendente que uma

⁴²“Camponeses deixam de ser camponeses quando se tornam totalmente comprometidos com a produção em mercados completos; eles se tornam assim empresas rurais familiares” (ELLIS, 1988, p. 13).

economia rural como a brasileira, cuja pujança produtiva (capitalista) é objeto de admiração planetária, ainda encontre analistas que utilizem o termo e seus correlatos.

Mas existiriam amplos mercados completos nas regiões rurais, integrando os pequenos produtores aos circuitos monetários? Certamente, mercados mais consolidados, normalmente constituídos por cadeias produtivas mais sólidas e complexas, são antes a exceção do que propriamente a face mais corriqueira do mundo rural brasileiro. Mas, nesse ponto, aqui se defende, ainda que como uma hipótese de trabalho, que pesquisas empíricas futuras poderão examinar, e talvez comprovar, a existência atual de uma forma dominante e imperativa (inclusive em seus condicionantes morais) de sociabilidade capitalista que direciona as práticas sociais, crescentemente condicionando as opções das famílias rurais.

Conforme se discutirá mais à frente, situações empíricas eventualmente pesquisadas poderão demonstrar que a permanência de mercados incompletos, os quais desenvolvem inúmeras distorções e viabilizam mecanismos de sobre-apropriação de recursos, igualmente produzindo visíveis assimetrias nas distribuições dos ganhos, em cada cadeia produtiva – ou, em cada mercado incompleto específico. Mas a hipótese citada defende que a sociabilidade antecede a determinação de significados para a ação social, assim, sobrepondo-se à existência concreta de imperfeições e incompletudes mercantis. Dessa forma, reforçando a incorreção de “camponeses” para espe-

lhar situações sociais que, de fato, não existiriam mais como no passado. Mas, insista-se: esse é tema de debate que irá requerer pesquisas de campo aprofundadas.

Infelizmente, os usos do termo campesinato e seus derivados não são episódicos na literatura brasileira. Além de diversos cientistas sociais, muitos documentos de Organizações Não Governamentais (ONGs), organizações de interesses e, ainda mais inesperadamente, até mesmo documentos governamentais, não ostentam a cautela exigida e repetem a sua utilização.

Na literatura acadêmica, existem duas situações distintas. Primeiramente, há um conjunto de autores proto-marxistas que evoca esse campo analítico e, normalmente, associa o termo a comportamentos sociais de resistência ao capitalismo, o que vem a ser uma distorcida e pueril leitura sobre um espaço social (o rural brasileiro), hoje amplamente dominado por uma sociabilidade capitalista. Ou analisam dados censitários e tornam sinônimos os indicadores de pobreza rural e de uma invisível classe camponesa (OLIVEIRA, 1991). E ainda mais surpreendentemente (pois é um mero exercício de *wishful thinking*), alguns autores julgam poder vir à lume uma reforma agrária camponesa. Para não insistir, novamente, em seu conteúdo analítico, com a noção estapafúrdia de um modo de produção camponês, corajosamente advogada por Ploeg (2006). São autores que conseguem enxergar camponeses onde esses, de fato, não existem.

Contraopondo-se a esses autores, no entanto, há uma segunda situação que é absolutamente singular e merece menção à parte. São os trabalhos de José de Souza Martins, pesquisador de vasta obra e, sem dúvida, o maior interpretador dos processos sociais rurais no Brasil, que vem utilizando, há muitos anos, em sua iluminadora atividade de pesquisa, camponeses como um termo identificador de determinados grupos sociais rurais. Ele o faz com o intuito de designar, genericamente, os grupos sociais residuais mais pobres do meio rural brasileiro. Por que Martins utilizaria tal termo? Segundo o autor,

Essas rotulações – camponês, agricultura familiar – nunca tiveram a consistência que muitas vezes se pretende. Nos meus primeiros trabalhos, evitei o rótulo de camponês porque no Brasil não tivemos e nem temos o que a literatura histórica e a Antropologia costumavam e costumam designar como tal. Nessa literatura, camponês era o camponês europeu, aquele que agia no marco de ruptura dos vínculos feudais. Aqui, foi o campo político da esquerda, do antigo ‘Partidão’ que, transportando modelos, atribuía aos nossos trabalhadores rurais por conta própria a condição de camponês. A desinformação e a falta de estudo foram combinadas para permitir essas transposições conceituais indevidas e um imenso elenco de equívocos. Houve um momento, porém, em que me dei conta de que se não dialogasse com a conceituação equivocada, meus próprios livros não seriam lidos e, se lidos, não seriam compreendidos. Por isso, você encontra ‘camponês’ em meus trabalhos, a designação usada no sentido vago e genérico de uma categoria residual, para distingui-la do que os próprios grandes fazendeiros de café, do Século XIX, chamavam de ‘grande lavoura’, para diferenciá-la da agricultura de sitiantes e dos núcleos coloniais. Por outro lado, aqui no Brasil foram

influentes os livros dos antropólogos norte-americanos, como foi o caso de Robert Redfield e George Foster, que definiam os camponeses latino-americanos como *peasants* e não como *farmers*, que era a designação que davam aos seus próprios camponeses. Viam, nos nossos, componentes do tradicionalismo que não havia nos deles. As primeiras pessoas que aqui no Brasil dialogaram com Redfield e Foster, Gioconda Mussolini e Antonio Cândido, da USP, e foram críticos, tiveram o cuidado de não usar a designação de camponês, mas o nome próprio das populações que estudaram: caíçara, num caso, e parceiro, no outro [...] Foram usos que reconheceram a dificuldade teórica para a tradução da palavra, em face da complexidade histórica e antropológica do que eram os nossos termos aproximados equivalentes aqui no Brasil. A transposição, portanto, se dava no entendimento do tema, mas na não sua aplicação conceitual [...] Mas a interferência política, vinda de fora dos meios acadêmicos, pressionava no sentido de designações mais abrangentes, como a de camponês e a de trabalhador rural, esta última designação, nos últimos tempos, mais vinculada a propósitos partidários. Foi empregada pelos setores do PCB, nos anos 1960, visando questionar a tese do feudalismo que existiria na agricultura brasileira. O ‘Estatuto do Trabalhador Rural’, de 1963, teve este nome em função dessas tensões conceituais [...]⁴³.

⁴³ Comunicações pessoais de José de Souza Martins, nos dias 5 de março de 2010 e 2 de janeiro de 2011, a quem os autores agradecem. Martins relembra e agrega um comentário substantivo (extremamente apropriado para a discussão central desse artigo) de Fernando Henrique Cardoso, quando analisou o livro clássico de Antonio Cândido, *Os parceiros do Rio Bonito*, resultante de sua tese de doutoramento, aprovada em 1954. Cardoso comenta que “[...] Tudo parece sugerir que a relutância no emprego da noção de camponês estava ligada ao fato de que o estudo de Antonio Cândido põe ênfase na cultura. O conceito de camponês se difunde não só por ênfase na sua situação social e econômica, mas por razões políticas e também pelo abandono da perspectiva propriamente antropológica nos estudos rurais e em decorrência da adoção de uma perspectiva supostamente marxista”.

A outra premissa aceita nesse artigo – ainda dentro dos esclarecimentos iniciais dessa seção – diz respeito à incontestável verificação acerca da hegemonia de uma sociabilidade capitalista que hoje perpassa, praticamente, todos os rincões rurais do país.

Não é sociabilidade que apresente a mesma manifestação epifenomênica nas diferentes regiões rurais ou por parte de todos os agrupamentos sociais, mas sua existência, ainda que sob o arco de diferentes densidades, parece ser inquestionável no mundo rural brasileiro. Certamente ainda existe um longo caminho a se percorrer, mas no horizonte pode ser claramente divisado, se prevalecer uma das teses centrais desse texto, o padrão produtivo de regiões rurais brasileiras, o qual estaria repetindo processos significativos da história agrária norte-americana, sobretudo no que diz respeito à hegemonia de uma nova sociabilidade⁴⁴.

E é tendência que seguirá transformando profundamente toda a vida social nas regiões rurais, provavelmente emulando o ocorrido nos Estados Unidos, relatado por Friedland (1981), um dos mais influentes estudiosos do mundo rural nesse país. Naquela ocasião esse autor exortava seus colegas, em debate organizado pela Sociedade Norte-Americana de Sociologia Rural, a examinarem os comportamentos sociais em regiões rurais com mais acuidade:

⁴⁴“Como é possível pensar o presente, e um presente bem determinado, com um pensamento elaborado em face de problemas de um passado frequentemente bastante remoto e superado? Se isto ocorrer, significa que somos ‘anacrônicos’ em face da época que vivemos, que somos fósseis e não seres que vivem de modo moderno” (GRAMSCI, 2006).

[...] a população ‘rural’ dos Estados Unidos é caracterizada por uma crescente homogeneidade, consumindo os mesmos tipos de alimentos, mercadorias e a cultura da população urbana [...] Longe de produzir uma ‘arcadia’ *gemeinschaftliche* (...) reproduzem as condições da vida urbana nas pequenas comunidades (FRIEDLAND, 1981, p. 6).

Não focando diretamente as condições de produção agrícola e sua diversidade, o que o autor enfatizava três décadas atrás naquele país era exatamente o espraiamento de uma nova sociabilidade que então já se enraizara definitivamente, orientando os comportamentos sociais das famílias rurais.

No caso brasileiro, será esse o padrão futuro? Sem dúvida, se mantidos os rumos atuais do desenvolvimento agrário. A indagação que persiste sendo apenas a identificação de quando tal sociabilidade se tornará absolutamente dominante e plenamente visível nas regiões rurais brasileiras.

Como provar essa última assertiva? Há inúmeras provas factuais e evidências assistemáticas, além de possibilidades metodológicas, e uma delas é defendida mais ao final desse texto.

A prova empírica mais geral e categórica começou a ser mais nitidamente operada e depois registrada na história agrária após 1968 – ainda que possa ter raízes mais remotas –, quando foi desencadeado em nosso país o que a literatura intitula de transição agrícola, ou seja, o declínio massivo da população envolvida em atividades agrícolas e as transformações estruturais correspondentes na agricultura.

Mais especificamente, essa transição se materializa a partir do desenvolvimento de processos específicos, mas também implica em novos comportamentos sociais indicativos da presença determinante de uma nova sociabilidade capitalista nas regiões rurais. Também dizem respeito e refletem a prevalência de uma orientação produtiva que foi sendo formada nos últimos 30 ou 40 anos, inicialmente em algumas regiões, posteriormente sendo disseminada para outras partes do Brasil⁴⁵.

Ou seja, uma racionalidade que antes privilegiava tão somente a busca de maior produção e formação de renda usando o expediente de aumentar a área plantada, recorrendo a baixíssimos indicadores de tecnificação e baixa monetarização da vida social. Orientação que foi sendo modificada gradualmente para ser substituída por uma nova noção de produtividade, externalização da produção e crescente integração às cadeias produtivas, com os produtores passando a almejar o crescimento da produção e de suas rendas líquidas a partir de elevações nos ganhos por unidade de área, trabalho e de capital. Fato óbvio é que essas mudanças correspondem à simultânea multiplicação de novos mercados.

Nesse ponto, é relevante ressaltar que se os autores aceitam como um divisor de águas na história agrária brasileira o processo de intensificação tecnológico que foi fortemente estimulado a partir do final

⁴⁵ As “fases” do desenvolvimento agrário brasileiro no período contemporâneo são discutidas em outro artigo (NAVARRO, 2010b). Sobre a intensificação das relações financeiras na agricultura, consultar Delgado (1985).

dos anos 1960 e o intitulam como “modernização, seguindo o usual da literatura nacional que lidou com o assunto, isso não significa desconsiderar o passado.

Inexistem estudos amplos que procedam a exaustivos mapeamentos da ciência social brasileira, em todos os campos disciplinares, e que analisem não apenas o papel dos pequenos estabelecimentos rurais com direção familiar, mas, até mesmo, as raízes da modernidade em regiões rurais, anteriores a esse processo de desenvolvimento tecnológico de algumas regiões específicas que tipificou a década de 1970.

Há uma lacuna em nosso conhecimento pela ausência desse exame minucioso e comparativo de diversos autores, dos mais emblemáticos aos menos conhecidos, que tenham produzido evidências documentais e empíricas que nos permitissem interpretar além da generalizada pobreza que atualmente domina parte significativa da literatura sobre agricultura familiar. Esse estudo, ainda a ser realizado, poderia, por exemplo, debruçar-se mais profundamente sobre trabalhos clássicos e demarcadores, que interpretaram inovadoramente aqueles temas.

Como Furtado (1959) que chamou de o setor de subsistência, defendendo que a economia brasileira já teria nascido capitalista e exportadora, pois foi engendrada pelo capitalismo mercantil daquele período histórico, ainda sugerindo que o grupo social que hoje vem sendo intitulado de agricultura familiar teria a sua origem em uma estrutura fundiária centrada em um sistema de poder patriarcal. Esse autor e tantos outros,

que ofereceram grandes leituras sobre a história econômica e social brasileira, certamente contribuiriam para a constituição de análises mais realistas, factuais e correspondentes à história agrária brasileira e o papel nela desempenhado por aquele grupo de produtores⁴⁶.

Se nos anos 1970, desencadeada a modernização capitalista da agricultura, o aumento da produção foi devido quase que exclusivamente à expansão da área plantada, nos anos seguintes, formada e disseminada uma nova racionalidade produtiva, os padrões de comportamento social dos produtores foram sendo gradualmente alterados (conforme os dados da Tabela 2 e os comentários do final da segunda seção).

Modificaram-se especialmente as formas de manejo da terra, os formatos tecnológicos e, particularmente, os significados da ação social dos produtores, sendo uma demonstração inequívoca do espalhamento de uma emergente racionalidade que determinou comportamentos novos dos produtores, antes inexistentes.

Segundo os especialistas que estudam esse tema,

[...] observa-se que entre 1970 e 2006, 65,0% do crescimento do produto agropecuário foi devido ao aumento da produtividade total dos fatores, e 35% ao aumento da quantidade de insumos. No período 1995 a 2006, 68,0% do crescimento do produto se deveu ao acréscimo de produtividade, e 32% ao aumento da quantidade de insumos. Portanto, a produtividade tem sido o principal estimulante do crescimento da agricultura brasileira (GASQUES et al., 2010, p. 34).

⁴⁶Os autores agradecem a detalhada defesa desse argumento apresentado por um dos pareceristas que examinou o manuscrito original, cuja proposição encerra uma ambiciosa e necessária agenda de pesquisa com os contornos acima referidos.

Essa nova orientação social, informada pela busca incessante e constante da produtividade e a maximização da renda, implica, necessariamente, numa outra visão, ou novas mentalidades, sobre a atividade agropecuária, exigindo uma administração bastante diferente do passado, sugerindo claramente a gênese e adensamento de uma nova sociabilidade determinante dos comportamentos dos produtores rurais. No jargão sociológico, implicando em um novo significado da ação social. Requer, igualmente, em suas manifestações concretas, a crescente monetarização da vida cotidiana das famílias rurais e sua (igualmente crescente) inserção em novos mercados⁴⁷.

Para perceber tais mudanças e a nova diversidade social operada, a rota metodológica proposta nesse texto sugere uma sequência de três cortes empíricos de crescente complexidade, os quais, em certa medida, inspiram-se na experiência de estudos realizados nos Estados Unidos sobre o grande conjunto de estabelecimentos rurais sob gestão familiar.

O primeiro corte, único e direto, portanto, diz respeito exclusivamente à direção do estabelecimento, ou seja, quem administra as atividades realizadas no estabelecimento rural. Se for um estabelecimento no qual a maioria das atividades é sob o comando do operador ou

⁴⁷ Similarmente, no caso norte-americano, tratado em páginas anteriores, o crescimento da produtividade agrícola tem sido o motor principal da contínua expansão da produção. Entre 1948 e 2008, a produção total cresceu 158% naquele país, mas o total de insumos utilizados permaneceu relativamente estável, significando um notável crescimento correspondente da produtividade total de fatores. Contudo, a composição dos insumos modificou-se fortemente, pois, no mesmo período, a contribuição do trabalho caiu 78% e o uso da terra também foi reduzido em 28% no total, quando examinado o período de 60 anos. Mas o uso de agroquímicos cresceu cinco vezes até 1980, quando se tornou igualmente estável. O que esses números indicam, portanto, é um conhecimento cada vez mais complexo e especializado que norteia os comportamentos dos produtores norte-americanos, capazes de refinar a sua capacidade de organizar os melhores arranjos produtivos para produzir mais com menos insumos. Consultar, a respeito, Wang (2011).

outras pessoas a ele/ela relacionados por laços familiares ou de parentesco, incluindo aqueles que eventualmente não residem no estabelecimento (HOPPE; BANKER, 2010) então teríamos a primeira segmentação de produtores, separando os familiares e os não familiares.

Se, no caso norte-americano, esse primeiro corte praticamente não produziu segmentações discriminantes, pois quase todos os estabelecimentos familiares são familiares (97,6% do total dos estabelecimentos rurais, em 2007), é quase certo que o mesmo se produzirá no caso brasileiro.

Infelizmente, o Censo não permite um corte seguindo diretamente aquela variável. Os levantamentos censitários permitem apenas a delimitação de estabelecimentos com ou sem administrador, mas sem indicar se essa pessoa tem vínculos de parentesco com o(s) proprietário(s). Parece ser hipótese empírica mais do que razoável, contudo, para o caso brasileiro, supor que também entre nós, aplicado esse primeiro corte, praticamente todos os estabelecimentos serão familiares, registrando-se como muito raros os imóveis rurais que tem direção não familiar⁴⁸.

⁴⁸De fato, as tendências gerais aqui indicadas para o caso norte-americano – e “em gestação” no Brasil – igualmente se repetem em outros países que são participantes relevantes no mercado internacional de mercadorias agrícolas. No caso da Austrália, por exemplo, o setor agrícola “[...] é formado majoritariamente de propriedades operadas pelas famílias [...] Quase 70% de todas as unidades operam com operadores únicos, 30% são administradas como parcerias familiares e aproximadamente 7% operam como firmas familiares ou conglomerados [...] As ‘propriedades familiares comerciais de larga escala’ e as ‘propriedades familiares significativamente acima da média’ perfazem 20% do número total de propriedades. Essas propriedades respondem por 80% do total da produção agrícola anual. Outro indicador [...] é que os 10% dos negócios agrícolas maiores respondem por 50% do total da produção agropecuária. Os pequenos e médios negócios agrícolas administrados pelas famílias perfazem 80% do total das propriedades e contribuem com 20% do total da produção agropecuária (KIMURA; ANTÓN, 2011, p. 10).

Esse primeiro corte apenas sugere que na agricultura a atividade é amplamente dominada por famílias rurais que administram, elas mesmas, os estabelecimentos e suas operações produtivas. Não há nenhum derivativo analítico substantivo além desse fato. E é curioso que se dissemine uma literatura apologética acerca das virtudes da agricultura familiar, como se fosse menos significativo, em termos numéricos, o outro conjunto não familiar e, portanto, não virtuoso. Ou, ainda, como se a adjetivação familiar contivesse em si mesma alguma virtualidade intrínseca. Se praticamente todos os estabelecimentos rurais são familiares, qual seria a lógica argumentativa que pode sustentar essa louvação ingênua à adjetivação familiar?

O corte empírico inicial produz poucos efeitos práticos para indicar a diversidade existente no grande conjunto citado. Dessa forma, rejeitando os três critérios adicionais principais estabelecidos pela exótica lei brasileira (porque não consideram, insista-se, que a agricultura é uma atividade econômica), será preciso então investigar outros critérios, que permitam novas segmentações no interior do grande grupo dos familiares e, portanto, refinem as evidências empíricas que iluminarão a diversidade existente nesse grande grupo.

O critério único e exclusivo de volume de vendas usado para estratificar os produtores familiares no caso estadunidense não é o mais apropriado, assim parece, para as nossas realidades agrárias, se for usado isoladamente. A razão é relativamente simples,

e diz respeito ao nível geral de desenvolvimento capitalista existente em regiões rurais brasileiras.

Diferentemente do caso do país do Norte, onde os processos históricos integraram social e economicamente praticamente todas as regiões rurais e a sociabilidade capitalista se disseminou amplamente, o caso brasileiro é muito mais heterogêneo e embrionário a esse respeito.

Em muitas regiões rurais brasileiras, os indicadores empíricos da mesma sociabilidade são visíveis e amplamente difundidos, mas em outras regiões são incipientes. Em outras mais, são quase inexistentes, pois refletem comportamentos sociais ainda pouco integrados à economia como um todo, demonstrados por indicadores de consumo e presença em mercados. Nesses casos, prevalece ainda uma agricultura com elevadas participações de produção para o autoconsumo e níveis muito baixos de monetarização⁴⁹.

⁴⁹ Insiste-se aqui que se essa relativa marginalização social reflete, em especial, a face da pobreza ainda tão presente no Brasil rural, não reflete, correspondentemente, uma “sociabilidade não capitalista” e, muito menos, sugere comportamentos de resistência anticapitalista, como supõe uma idealizante literatura de autores de extração urbana, que desconhecem completamente como é penoso o trabalho rural e, ainda mais, os significados da tragédia da pobreza rural. Ou seja, estudos qualitativos posteriores poderão demonstrar valores e visões de mundo que se orientam pela sociabilidade dominante, ainda que não expressos em uma correspondente base material. São expectativas sociais compartilhadas pelos estratos sociais mais pobres, as quais, todavia, não se materializam em maior monetarização e, por conseguinte, na presença dinâmica em diversos mercados. Ocorrem, normalmente, em regiões onde o desenvolvimento produtivo é mais incipiente. O exame do semiárido nordestino é emblemático a esse respeito, pois é a região brasileira onde se concentra a maior proporção de pobres rurais, mas uma região inteiramente articulada com o mercado de trabalho do centro do país, fato favorecido pela expansão dos meios de transporte e de comunicação. Em consequência, a sociabilidade capitalista tão evidente nos estados centrais se reflete e se adensa naquela região de atividades rurais empobrecidas. Essas assimetrias entre as realidades agrárias e a racionalidade dos comportamentos sociais também vicejam em situações sociais onde existe maior crescimento econômico capitalista, mas a desigualdade social é acentuada, marginalizando, economicamente, significativas proporções das famílias rurais mais pobres.

Assim, se aplicado o critério do volume geral de vendas como aquele que, nos Estados Unidos, segmenta adicionalmente o conjunto dos familiares, no Brasil, os resultados seriam distorcidos e insatisfatórios. Provavelmente, se assim fosse procedido, seria encontrado um subgrupo ainda imenso de familiares com nível de vendas muito baixos, em contraposição a um pequeno subgrupo mais integrado aos circuitos mercantis e comandando volumes de vendas mais expressivos.

Uma recente evidência empírica para sustentar o argumento acima é a pesquisa realizada por Alves e Rocha (2010), que reagrupou os dados do Censo de 2006. Os autores segmentaram os estabelecimentos rurais segundo a renda bruta apurada (incluindo o autoconsumo) e os resultados são alarmantes, do ponto de vista social.

Os dados indicaram uma imensa concentração da produção, sob a responsabilidade de menos de 10% dos estabelecimentos e, principalmente, indicaram um gigantesco número de estabelecimentos extremamente pobres e cujas saídas produtivas apresentam desafios quase intransponíveis. Mais da metade das propriedades rurais, por exemplo, com níveis de renda bruta entre zero e meio salário-mínimo (53,4% do total) encontram-se, segundo os autores, inviabilizadas produtivamente, pois “[...] a residência serve basicamente como moradia, sendo a atividade agrícola insignificante” (ALVES; ROCHA, 2010, p. 276).

À luz dos dados analisados por esses autores, é quase certo que um único critério, o nível de vendas, não refletiria a diversidade social e regional existente no meio rural brasileiro.

É preciso, portanto, refinar esse segundo corte, ampliando-o com novos indicadores que estejam mais colados à realidade empírica vivida pelas regiões rurais brasileiras e suas famílias de produtores. Afirmada de outra forma, a sociabilidade capitalista precisará ser evidenciada com diversos indicadores, os quais, muitas vezes, demonstrarão processos de formação de uma sociabilidade capitalista já ativada e sem retorno.

Parodiando o afirmado por Durkheim: os comportamentos sociais, se já forem moldados por essa nova orientação societária, “não apenas se conformam a esses processos, mas desejam a sua própria existência”. Mas também poderão indicar, em outros contextos, processos ainda genéticos, em formação e embrionários, os quais poderiam, sob certas circunstâncias muito exclusivas e relativamente raras, serem imobilizados e até mesmo sofrerem um retrocesso em seu desenvolvimento. Não no tocante à eliminação de uma sociabilidade capitalista como um todo, pois essa, já instalada, é irremovível, pois determinada pelo regime societário.

Somente com a remoção desse último e sua superação é que se criarão as novas condições histó-

ricas para a constituição de uma nova sociabilidade. Mas elementos daquela sociabilidade podem perder sua visibilidade e vitalidade societária, sendo modificados sob certas circunstâncias históricas.

Ou seja, subscreve-se aqui um pressuposto, segundo o qual a formação da sociabilidade capitalista e seu enraizamento observam, em certo momento de seu desenvolvimento, um ponto de não retorno, normalmente implicando a passagem de uma geração para outra, essa última já socializada sob uma ótica determinada pela sociabilidade dominante.

Em termos empíricos, esse ponto de não retorno constitui, de fato, um momento de enorme relevância histórica, pois os comportamentos sociais, ao cruzarem essa passagem quase civilizatória, passam a naturalizar os valores, as premissas e, especialmente, uma moralidade que foi tornada dominante⁵⁰. Já em novo território societário, os comportamentos indivi-

⁵⁰ A referência a um novo padrão civilizatório não é gratuita. Nos anos mais recentes, tem surgido um debate crescente sobre as relações entre a racionalização econômica imposta por uma sociabilidade capitalista e a formação desse modelo civilizatório. Alguns autores sugerem que a convergência entre os padrões civilizatórios do capitalismo avançado e os efeitos da globalização estariam produzindo um modelo societário além do capitalismo (que prevaleceu em boa parte do século passado), centrado em um “padrão civilizatório liberal e globalizado”, constituído de algumas características principais. Essas, genericamente, seriam a) o respeito aos direitos humanos básicos civis e políticos; b) a aceitação pacífica do papel da sociedade civil nas relações políticas; c) o compromisso com uma governança democrática; d) o compromisso com o “estado de direito”; e) a aceitação irrestrita do livre comércio e da economia de mercado; f) a busca da ciência aplicada e da tecnologia para a resolução dos problemas e desafios sociais e econômicos. Para uma discussão mais ampla, consultar Bowden e Seabrooke (2006).

duais e sociais não mais miram o passado como uma possibilidade de organização da sociedade, menos ainda como o conduto racionalizador das atividades econômicas e sua lógica correspondente⁵¹.

A literatura existente, se garimpada devidamente, já demonstra, direta ou indiretamente, mas com abundantes exemplos, em quase todos os rincões rurais, a formação e dominância dessa sociabilidade. Tome-se, por exemplo, ilustrações assistemáticas extraídas de diferentes autores, que são sinteticamente comentadas abaixo.

Primeiramente, em artigo no qual discute o novo rural brasileiro, expressão que passou a ser usada amiúde (sintomaticamente) a partir de meados da década de 1990, José Graziano da Silva sugeriu que diversos novos condicionantes externos estariam passando a operar em muitas regiões rurais brasileiras.

O autor, comparando o caso nacional com as experiências internacionais, apontou que nos países

⁵¹ Como foi realçado por Arendt, “[...] Os homens são seres condicionados porque tudo aquilo com o qual entram em contato se transforma imediatamente em uma condição de sua existência [...] O que quer que se toque ou estabeleça uma relação sustentada com a vida humana assume imediatamente o caráter de condição da existência humana” (ARENDE, 1958, p. 9). Em algum momento futuro, quando for escrita a história da agricultura brasileira, por exemplo, a partir dos anos 1950, necessariamente se indicará os processos genéticos de um padrão de sociabilidade capitalista, durante os anos de modernização agrícola da década de 1970, em algumas regiões sulistas (notadamente o Rio Grande do Sul). Cimentou-se naqueles anos uma nova geração de produtores rurais, imbuídos dos aspectos culturais e normativos dessa sociabilidade, os quais, posteriormente, contribuiriam para o “espraioamento” desse padrão comportamental em outras regiões rurais brasileiras, fator determinante para a formação de novas fronteiras agrícolas. Sem a compreensão daquela formação originária de uma nova sociabilidade, dificilmente se entenderá, por exemplo, a expansão da soja no Centro-Oeste, essencialmente capitaneada por essa geração de produtores sulistas formados sob uma nova racionalidade de ação desenvolvida nos anos 1970.

desenvolvidos o processo de expansão capitalista no meio rural vem significando o surgimento e adensamento de um sem-número de processos sociais e econômicos, como o aparecimento de famílias pluriativas, a difusão de novas atividades não agrícolas em áreas rurais, ou o que tem sido chamado de urbanização do meio rural. E enfatiza, em especial, cinco grandes processos típicos das agriculturas mais avançadas, cujos sinais, no entanto, estariam esboçados concretamente no rural brasileiro:

- A externalização do processo produtivo.
- A especialização da produção, com novos produtos e mercados.
- A constituição de redes (ou cadeias), que articulam fornecedores de insumos, prestadores de serviços, agricultores, agroindústrias e empresas de distribuição.
- O aumento do emprego qualificado no meio rural.
- A melhoria da infraestrutura social e de lazer, dos transportes, serviços, etc. (SILVA, 1998).

Sem precisar esmiuçar cada um desses itens, isoladamente, o que esse conjunto de mudanças indica, de fato, senão a multiplicação de mercados nas áreas rurais e um número cada vez maior de famílias rurais envolvidas nas operações dos mesmos?

Aliás, o antes citado artigo de Sorj, de 30 anos atrás, já apontava as raízes iniciais de uma nova racionalidade produtiva que então se formava. Analisando

dados gerais das diferentes microrregiões brasileiras e correlacionando-os com índices de desenvolvimento capitalista, Sorj alertou que

[...] o desejo de demonstrar a eficiente utilização dos recursos por parte dos pequenos produtores e o desperdício de terra por parte dos grandes latifundiários tem cegado muitos críticos da realidade agrária em relação às recentes transformações da estrutura de classes na agricultura (SORJ, 1980, p. 122).

Procurando acentuar os indicadores de modernização em dois estados, São Paulo e Rio Grande do Sul, já apontava que

[...] 1) 80% dos estabelecimentos que usam fertilizantes tem área inferior a 50 hectares; 2) enquanto na Região Sul, onde a agricultura apresenta altos índices de tecnificação, em 17 microrregiões nem sequer 1% dos imóveis tem assalariados permanentes [...]; 3) do total de veículos de tração mecânica, 60% encontram-se em imóveis com menos de 100 hectares (SORJ, 1980, p. 123).

A sociabilidade capitalista, dessa forma, enraizava-se já naqueles anos, quando primeiramente as transformações modernizantes da agricultura brasileira foram iniciadas, incorporando mais e mais famílias rurais às novas esferas econômico-produtivas, às exigências financeiras e às teias de inúmeros mercados, disseminando uma nova visão e uma inédita racionalidade informada pela conformação societária – que, gradualmente, passou a ser dominante.

A constituição dessa nova orientação social definidora dos comportamentos sociais, contudo, comumente exige tempos históricos maiores, usual-

mente suplantando a passagem temporal de uma ou mais gerações.

Nesse sentido, é também reveladora a pesquisa realizada com jovens rurais por Maria José Carneiro, em dois municípios muito distantes e diferentes entre si, um deles na Serra Gaúcha (Nova Pádua) e o outro no interior do Rio de Janeiro (São Pedro da Serra). Estudando antropologicamente as visões de mundo dos jovens entrevistados e tentando aferir como percebiam seu futuro como agricultores e os novos contextos do desenvolvimento agrícola, Carneiro sugere em diversas passagens o que, na realidade, estaria sendo o desenvolvimento de uma nova sociabilidade. Em suas palavras:

A partir dos anos 60 e 70, conforme os vínculos com a cidade foram se estreitando, as transformações começaram a ser notadas no interior da família. As famílias extensas que chegavam a abrigar até quatro gerações deram lugar a famílias nucleares com tendência à neo-localidade do jovem casal [...]. A demolição dos antigos casarões coloniais e sua substituição por construções modernas, que tendem a satisfazer as necessidades geradas pela inculcação de valores da sociedade urbano-industrial, pode ser encarada como uma atitude densa de significados simbólicos que reforçariam uma mudança nos padrões de relacionamento no interior da estrutura familiar [...] a construção deste projeto modernizador, individualizante, não pode ser vista como originária desta atual geração de jovens. Na realidade, *trata-se de um valor que vem assumindo maior hegemonia no decorrer do processo de modernização da sociedade global nos últimos vinte anos*. Filhos de uma geração que rompeu com o padrão de reprodução do que poderíamos chamar de uma ‘cultura camponesa’ – sustentada na identidade entre família e

exploração agrícola – esses jovens não pertencem mais ao mesmo universo cultural de seus pais (CARNEIRO, 1999, p. 101, 112, grifo nosso).

Uma ilustração adicional, que combina a inevitável racionalização da atividade econômica associada ao adensamento da sociabilidade capitalista, é sugerida por Dias (2010). Nesse artigo, o autor, um respeitado especialista da economia rural brasileira, discute os ciclos de endividamento dos produtores rurais e insiste que uma das razões determinantes para esse fato se deve à ainda persistente informalidade das empresas rurais, ampliando os níveis de desinformação, a sonegação tributária ou a elevação de prêmios de risco em casos de diferentes empréstimos. Conclui que “[...] enquanto uma reforma de caráter institucional da política agrícola não ocorrer, esta situação persistirá” (DIAS, 2010, p. 260).

Por um ângulo macroeconômico e político-institucional, esse comentário do autor aponta claramente outra via de mercantilização da vida social rural. A irrigação monetária das regiões rurais produtoras, com o intuito de evitar o acirramento dos riscos e a persistência de históricos custos de transação, se mantido esse quadro de informalidade, já vem produzindo uma crescente formalização dos contratos. E essa racionalização dos processos produtivos inevitavelmente amplia as relações com outros mercados, os quais são (e serão) introduzidos aos produtores para permitir que possa ocorrer, em especial, a ampla gama de produtos bancários, seguros e os serviços

profissionais correspondentes, como assessorias advocatícias, entre outras possibilidades⁵².

Embora seja uma tendência geral, pois reflete um regime societário dominante, a formação e o desenvolvimento da sociabilidade capitalista em um país imenso e com fortes contrastes regionais, certamente vem encontrando caminhos muito diversos e igualmente heterogêneos. Portanto, apenas levantamentos empíricos minuciosos é que indicarão com mais clareza as variações existentes e, assim, esclarecerão a verdadeira diversidade social existente no mundo rural brasileiro.

Sugere-se, em consequência, que esse segundo corte obedeça a critérios primordialmente quantitativos extraídos dos dados censitários ou outros levantamentos empíricos, o que permitirá uma segunda e mais fina segmentação indicativa dos subtipos existentes dentro do grande conjunto dos estabelecimentos rurais sob gestão familiar.

Uma contribuição destacada que permite avançar os passos metodológicos nessa direção é o recente artigo de Conterato et al. (2010). Trata-se de um artigo decorrente da pesquisa empírica realizada no Rio Grande do Sul, em que foram realizados levantamentos de dados em três regiões rurais com características gerais bem distintas.

As informações empíricas foram então submetidas a um sofisticado tratamento estatístico, com o

⁵²Para um comentário sociológico adicional sobre os processos de racionalização da vida rural, consultar Favareto (2007).

intuito de produzir informações sobre as orientações dos comportamentos sociais, as quais, no artigo, são chamadas de estilos de agricultura. A expressão foi primeiramente cunhada por Jan van der Ploeg, em seus trabalhos da primeira metade da década de 1990. Para este autor, estilos de agricultura

[...] se referem a um repertório cultural, um composto de ideias normativas e estratégicas sobre a forma como a agricultura é realizada. Um estilo envolve um caminho específico de organizar a empresa rural: a prática e o desenvolvimento do produtor são conformados por um repertório cultural, o qual, por sua vez, é testado, afirmado e, se necessário, ajustado através da prática. Um estilo de agricultura, portanto, é uma prática concreta, uma unidade particular de pensar e fazer (PLOEG, 1993, p. 241).

No entanto, essa é uma noção pouco feliz e mais retórica do que operacional. Não obstante os louváveis esforços de pesquisa do autor, em diferentes países, sua proposta é apenas parcialmente frutífera para os propósitos de iluminar a diversidade social e econômica dos estabelecimentos rurais que mantêm uma administração familiar.

No artigo, Conterato e seus colegas, em convergência com as preocupações analíticas desse trabalho, insistem que o processo de mercantilização da vida social dessas unidades se amplia além do que é propriamente produtivo, pois

[...] a modernização da agricultura representa apenas parcialmente o processo de mercantilização e seus desdobramentos [...] a diversidade da agricultura familiar é tanto o resultado da negociação interna para alocação de recursos produtivos como da influ-

ência de agentes externos (CONTERATO et al., 2010, p. 154-5).

Os autores examinaram então diversas variáveis oriundas dos levantamentos realizados, quase todas elas de natureza econômica e tecnológica. Por um lado, esse esforço analítico citado é de grande importância para os objetivos principais do presente estudo. Representa o primeiro resultado conhecido do que aqui se sugere como sendo um segundo corte analítico, sob o qual os autores identificaram subgrupos que compartilham de diversos aspectos, sobretudo econômicos.

Entretanto, o artigo é limitado em alguns aspectos e, em certa medida, não responde ao que se propõe inicialmente. A crítica principal diz respeito ao uso da noção de estilos de agricultura, que não é um conceito, mas uma ideia demasiadamente genérica, conforme a indicação acima apontada pelo próprio proponente da noção.

Além disso, ao concluírem pela existência de alguns estilos de agricultura, os autores, curiosamente, repetem o mesmo procedimento que criticam nas primeiras páginas do texto, quando citam o conhecido livro de Lamarche (1993) e enfatizam que a contribuição desse autor

[...] apoiou-se em tipologia construída exclusivamente com variáveis que medem a eficiência técnico-produtiva das unidades familiares. O caráter 'estático' desses estudos impõe severos limites ao entendimento da agricultura familiar [...] Em sua maioria, os estudos até então produzidos acabam por reificar os limites da representação da diversidade

através de tipologias de caráter eminentemente técnico-produtivas (CONTERATO et al., 2010, p. 153).

É uma crítica surpreendente, pois esse artigo, ao fundar-se na noção de estilos de agricultura, desenvolve uma tipologia igualmente estática, não sendo realmente possível perceber qual a inovação conceitual ou metodológica operada sob aquela noção citada.

A outra crítica a essa noção, não comentada pelos autores, refere-se ao fato de os trabalhos de van der Ploeg representarem emblematicamente uma tradição neopopulista ressurgente no campo dos estudos agrários. Embora o termo estilos de agricultura se refira, como seria esperado, às chances empíricas quase infinitas de variações possíveis de combinação de recursos existentes nas propriedades, a sugestão do holandês, aceita pelos autores, é que a agricultura familiar teria um trunfo específico, que (supostamente) é o seu grau de autonomia, o qual seria “inerente à [sua] base de recursos” (CONTERATO et al., 2010).

Mas essa é uma característica que parece ser distante da realidade para ser aceita. A agricultura moderna desenvolve, pelo contrário, cadeias produtivas que gradualmente capturam os produtores, forçando-os à adoção de formatos tecnológicos padronizados, sendo esses últimos cada vez mais homogêneos e articulados, do ponto de vista tecnológico. Não obstante a correta observação relativa à margem de liberdade quanto às chances de alguma combinação dos recursos existentes, há uma lógica geral do processo de modernização que elimina as chances de autonomização significativa dos produtores participantes do pro-

cesso de modernização capitalista – especialmente aqueles de menor porte econômico –, pois não resistirão à concorrência intercapitalista.

Essas são tendências discerníveis em todos os casos de transformação produtiva dos países capitalistas avançados, sendo improvável que possa ocorrer diferentemente no caso brasileiro. Sob esse argumento, estilos de agricultura é expressão que lembra com nitidez outro modismo inconsequente, tão incensado em alguns momentos passados, e que se refere à identificação de sistemas agrícolas, esforço que motivou alguns autores a definir determinados padrões de uso da terra e dos recursos, apenas para mostrar os sistemas identificados em determinados territórios, como se fossem instantâneos de um dado momento, mas inúteis para qualquer outro propósito. É metodologia que lembra à perfeição a noção de estilos de agricultura, pois ambas são apreensões estáticas de determinadas características da agricultura familiar⁵³.

Uma contribuição análoga na direção desse último artigo, mas seguindo metodologia distinta, foi

⁵³ Vanclay et al. (2006, p. 78-79, grifo nosso) procuraram igualmente aplicar a noção de estilos de agricultura ao caso australiano e seu diagnóstico é bem mais cáustico: “[...] não há apoio extraído de nosso trabalho de campo coletivo para provar a existência de um único estilo de agricultura sobre o qual os produtores estivessem claramente cientes e sob o qual eles conscientemente se vissem inseridos [...] Conceituando estilos em cinco níveis, prova ser útil para entender a natureza dos estilos de agricultura e para explicar a diversidade de resultados decisórios em agricultura. Estilos existem: 1) como repertório de parábolas ou histórias sobre os produtores que existe na comunidade agrícola; 2) como um conjunto de estratégias sobre como lidar com uma dada situação; 3) como o conjunto de tipos ideais que os produtores constroem como a forma ideal de sua atividade e para a qual procuram chegar; 4) como o conjunto de resultados negociados no processo decisório da agricultura; e 5) como práticas manifestadas concretamente. Com esses cinco níveis não existe uma única forma que defina um ‘estilo’. *Diversidade é interpretável, mas complexa. Estilos de agricultura são mais uma construção intelectual do que uma construção social.*

oferecida por Costa (2008). Esse economista fundou-se em um modelo informado por diversas correntes teóricas, visando entender os processos de transformação produtiva na região amazônica e sua extrema diversidade, para não citar as especificidades de expansão econômica desse bioma, à luz da temática das mudanças climáticas.

A ambição do autor foi mais ampla e problematizou até mesmo os cânones científicos, objetivos que não serão discutidos nesse texto. Utilizou a noção de trajetória tecnológica, definida como

[...] um padrão usual de atividades que resolvem, com base em um paradigma tecnológico, os problemas produtivos e reprodutivos que confrontam os processos decisórios de agentes concretos em contexto específico nas dimensões econômica, institucional e social (COSTA, 2008, p. 5).

A problemática estudada pelo autor converge, em diversos aspectos, com a mesma problemática teórica desse texto, não obstante os diferentes caminhos explicativos e metodológicos que ficarão mais evidentes ao final desse documento. O autor assim definiu o que pretendeu realizar em seu estudo:

[...] tem emergido programas de pesquisa orientados pela hipótese de que a conformação de uma dada realidade social tem um momento fundamental de combinação dos meios disponíveis para a produção e para a gestão da produção em tecnologias geradas e difundidas em processos, nos quais *agentes heterogêneos*, caracterizados por uma racionalidade limitada [...] tomam decisões em ambientes de incerteza [...] marcados a) por dinâmicas competitivas, cujo estado dominante é o do desequilíbrio entre as forças decisivas e b) a isso associado, por uma considerável complexidade e diver-

sidade institucional [...]. Em tal contexto, decisões sobre mudança e inovação associam-se a processos de aprendizado que [...] podem ser vistos como competição dinâmica entre diferentes hipóteses ou crenças ou ações (COSTA, 2008, p. 5, grifo do autor).

A metodologia empregada na pesquisa usou dados censitários complementados com variáveis extraídas de levantamentos específicos para aquela região, com o objetivo de esmiuçar a diversidade estrutural na Amazônia e os seus diferentes agentes, estabelecendo um conhecimento sobre as trajetórias de cada grupo, determinados por sofisticada análise quantitativa realizada.

Inspirado, contudo, em uma noção marxiana e simplificada de capitalismo, também aqui o autor divide os subgrupos em camponeses e patronais, para tanto arbitrando um critério de relação entre trabalhadores contratados e a força de trabalho não contratada (membros não remunerados da família). A análise revelou diversos grupos de produtos e, finalmente, a identificação de seis trajetórias, três delas identificadas como sendo “camponesas” e as outras três como “patronais”.

Não discutindo os resultados detalhadamente, a pesquisa pode representar uma alternativa metodológica importante e que merece ser aprofundada com sua aplicação em outras situações regionais. Para os efeitos desse estudo, contudo, padece da mesma limitação citada anteriormente em relação ao artigo de Conterato et al. (2010). Ou seja, trajetórias tecnológicas, sob a metodologia proposta, embora com uma chance maior de análise dinâmica, acaba sendo, pelo menos parcialmente, uma igual análise estática, um

corte temporal em dado momento, mesmo que também sugerindo algumas tendências.

Além disso, o artigo de Costa aceita uma premissa que para os autores desse texto seria incongruente, se aceita a noção de sociabilidade capitalista: a ideia de que subgrupos intitulados de camponeses podem se manter à margem dos comportamentos sociais informados por determinantes societários, manejando formas de uso da terra, decisões sobre alocação de trabalho e investimentos e interações com diferentes mercados que seriam distintos, essencialmente, daqueles que orientam a sociedade do entorno como um todo. Esse é pressuposto que afronta diretamente as premissas desse estudo, existindo aqui um tema de debate a ser perseguido pelos autores interessados em interpretar a natureza dos padrões de desenvolvimento agrário no Brasil.

Em consequência, se mantido apenas o segundo corte para identificar os diversos subgrupos do conjunto familiar, ainda assim seria insuficiente a tipologia decorrente, sendo necessário um terceiro corte para descrever e analisar corretamente a diversidade social e econômica do conjunto familiar. Por que insuficiente? Basicamente, porque a segunda operação de refinamento empírico, se mantida como o ponto analítico conclusivo, apenas evidenciaria um momento, uma fotografia relativa à teia de relações mercantis e aos processos de monetarização da vida social entranhados entre os membros dos conjuntos familiares.

Embora indicando, com clareza, determinadas possibilidades potenciais e tendências de transforma-

ção, como os níveis de renda ou a presença mais enraizada em determinados mercados (particularmente aqueles relacionados à produção), esse segundo nível de informação empírica não esclarece, de fato, a dinâmica decisória ou todas as potencialidades existentes no interior dos estabelecimentos rurais. Menos ainda o grau de entranhamento (*embeddedness*) nos múltiplos mercados sob os quais os membros dos grupos familiares estejam articulados⁵⁴. Como argumenta Buainain (2006),

[...] o universo diferenciado de agricultores familiares está composto de grupos com interesses particulares, estratégias próprias de sobrevivência e de produção, que reagem de maneira diferenciada a desafios, oportunidades e restrições semelhantes e que, portanto, demandam tratamento compatível com as diferenças (BUAINAIN, p. 15-16).

Quais subgrupos estão mais monetarizados e cujos comportamentos sociais são determinados pela rede de mercados aos quais estão articulados? Quais subgrupos, em escalas menos densas de monetarização, ainda orientam a sua ação produtiva em função de padrões de mercantilização embrionários? Mercados urbanos, em outros casos, são mais determinantes do que os mercados ligados à produção agropecuária?

⁵⁴ Não sendo esse um artigo de natureza essencialmente teórica, o conceito de *embeddedness* é apenas sugerido, de passagem, em diversas partes, não sendo mais do que a “densidade” das articulações sociais em processos de expansão econômica capitalista e seu impacto nos comportamentos sociais. De fato, esse é conceito de maior sofisticação analítica, remontando tanto ao projeto interpretativo original de Polanyi, que procurava analisar a presença de uma racionalidade econômica em diversos âmbitos sociais, como a um “projeto rival”, aquele desenvolvido por Mark Granovetter (iniciado por seu famoso artigo “Economic action and social structure: the problem of embeddedness”, publicado em 1985 no *American Journal of Sociology*, v. 91, n. 3, p. 481-510), que é autor que se preocupou, sobretudo, em analisar os aspectos relacionais da ação social em contextos marcadamente econômicos. Para uma discussão sobre este conceito e aqueles projetos teóricos, consultar Krippner e Alvarez (2007).

Essas, dentre outras, são perguntas que apenas um esforço adicional de análise, derivado de pesquisas mais aprofundadas em diversas regiões rurais, poderá responder.

É necessário, assim, um corte empírico adicional. Mas essa terceira operação requer o levantamento, em especial, de dados qualitativos e demandará estudos específicos que poderão ser realizados em variados âmbitos rurais ou com grupos de produtores que apontem diferenciados graus de sociabilidade capitalista. O conceito, nesse terceiro nível de análise empírica, indicará comportamentos sociais culturalmente enraizados, uma ideia próxima do metaconceito de *habitus*, proposto pela Sociologia de Pierre Bourdieu.

Se apurada empiricamente, a presença de vínculos mercantis, nesse nível analítico, certamente serão evidenciados os subgrupos de estabelecimentos rurais com gestão familiar que mais densamente construíram sua presença em múltiplos mercados e mais monetarizam a sua vida social. São famílias rurais que prevalecerão nas regiões de maior pujança econômica, situadas em pólo extremo a outros subgrupos onde a densidade mercantil é ainda débil e embrionária.

Dessa forma, não apenas o conhecimento mais detalhado extraído dos diversos subgrupos iluminará a heterogeneidade social, econômica e tecnológico-produtiva que caracteriza o grande grupo dos estabelecimentos rurais sob gestão familiar. Mas é análise que, adicionalmente, propiciará os elementos de realidade destinados a embasar eventuais políticas

governamentais que, agora sim, corresponderão às realidades agrárias e, portanto, poderão produzir efeitos muito mais eficazes.

Habitus, sociabilidade e processos de socialização

Nessa parte, será necessário um esforço expedito de sistematização conceitual para introduzir com mais clareza quais são as potencialidades explicativas, mas também indicar quais seriam os limites metodológicos próprios desse terceiro corte empírico que está sendo proposto.

A análise e interpretação dos comportamentos sociais é a missão cardinal da Sociologia, ciência que vem oferecendo desde Comte, ainda na primeira metade do século 19, diferentes perspectivas teóricas destinadas a decifrar o significado último da ação humana e suas regularidades.

Como é sabido – essa sendo uma faceta logicamente esperada –, a Sociologia é ciência caracterizada por notório dissenso teórico, pois existe um amplo campo de disputas sobre a análise da sociedade e nenhum paradigma jamais emergiu visivelmente como amplamente aceito por seus praticantes.

Dessa forma, analisar os fundamentos que concretizam a sociabilidade dominante e seus reflexos estruturadores dos comportamentos sociais sempre produzirá algum tipo de discórdia teórica entre os cientistas sociais. São inúmeros os roteiros analíticos, não existindo aqui nenhuma pretensão de sequer lis-

tar as principais correntes e suas fundações metodológicas.

Mas se julga relevante, contudo, que se proceda a uma distinção conceitual entre uma proposta teórica relativamente influente no Brasil, oriunda da brilhante e vasta contribuição sociológica de Pierre Bourdieu, e dois conceitos contíguos: sociabilidade e formas de socialização. Esse esclarecimento é necessário porque Bourdieu propôs um metaconceito, *habitus*, que é centralmente posicionado na sofisticada armadura teórica que o autor foi desenvolvendo desde os anos 1950, quando iniciou seus estudos de campo na Argélia.

Habitus, na mais conhecida e difundida definição, e de acordo com diversos estudos empíricos realizados ao longo dos anos por aquele lendário sociólogo, exerce um peso determinante na orientação da ação social, pois vem de dentro, já que:

[...] possui uma inércia ‘de fabricação’, na medida em que o *habitus* tende a produzir práticas sociais padronizadas pelas estruturas sociais que as geraram, pois cada uma de suas partes opera como um prisma através do qual as experiências posteriores são filtradas e os estratos subsequentes de disposições são ativados (desta forma, se percebe o peso desproporcional dos esquemas depositados na infância) [...] é uma noção de mediação que revoga a dualidade do senso comum entre o indivíduo e o social, ao capturar ‘a internalização da externalidade e a externalização da internalidade’ [na famosa expressão de Bourdieu], isto é, *o meio sob o qual a sociedade se torna depositada nas pessoas* sob a forma de disposições duradouras, ou capacidades treinadas e propensões estruturadas para pensar, sentir e agir sob determina-

das maneiras, as quais guiam-nos em suas respostas criativas aos constrangimentos e demandas de seu meio circundante (WACQUANT, 2005, p. 316-7, grifo nosso).

Esse metaconceito pode apresentar, portanto, uma amplitude temporal muito maior do que o conceito de sociabilidade, como se indicará a seguir.

Sua densidade cultural é mais solidamente enraizada socialmente e reflete esquemas e disposições regulares que orientam os comportamentos sociais de maior duração histórica, os quais podem se estender além de um determinado padrão societário, como o capitalismo.

Enquanto isso, os formatos de comportamentos sociais englobados pelo conceito de sociabilidade correspondem, diretamente, às características de um regime social específico e definido temporalmente, como a sociabilidade feudal, por exemplo. Ou, mais claramente: expressões de práticas sociais decorrentes de *habitus* podem, em muitas situações específicas, ultrapassar os regimes societários, mas essa não é prerrogativa da sociabilidade, a qual tipifica exclusivamente um dado e específico regime social. Por isso, como mencionado nesse texto, há a necessidade de conhecer os componentes empíricos que caracterizam a sociabilidade dominante nas regiões rurais brasileiras – a sociabilidade capitalista.

Além disso, subsiste um elemento complicador, quando examinados esses três conceitos, pois em determinadas circunstâncias podem estar imbricados, ou parcialmente superpostos, nas práticas sociais,

sendo empiricamente desafiador separar a concretude derivada de um conceito com a realidade oriunda de outro conceito. Em outras palavras, em certos contextos específicos, as práticas sociais serão informadas por manifestações de *habitus*, mas essas talvez possam repercutir, em alguma proporção, também a sociabilidade dominante e, ainda, até mesmo serem derivadas das formas de socialização que são típicas daquele agrupamento social ou sociedade.

Como resultado, determinar empiricamente as origens e as expressões concretas, em cada caso, irá requerer, como já sugerido antes, exercícios empíricos detalhados e variados, os quais permitirão identificar e separar as fronteiras das manifestações reais de cada conceito.

Nesse ponto, é necessário salientar que esse documento enfoca apenas um nível analítico que são os graus de sociabilidade existentes e as suas consequências práticas, o que, assim se supõe, bastará para esclarecer a diversidade social existente no grupo familiar rural. Por exemplo, estimar a probabilidade de aprofundamento dessa mesma sociabilidade – o que permitiria identificar famílias rurais, ou grupos de famílias, mais propensas a ampliar seus padrões de monetarização, e, inversamente, aquelas famílias mais refratárias à mesma ampliação.

Esse nível preferencial de imersão analítica, que é o da sociabilidade, requer que seja comparado com as outras categorias que a ele são aproximadas, como os conceitos de *habitus* e de formas de socialização, os quais são conceitos fronteiraços encontra-

dos na Sociologia. A Figura 1 representa uma tentativa de hierarquizar e visualizar tais níveis analíticos.

Trata-se de uma representação gráfica simplificada, com o objetivo de estabelecer alguma informação inicial sobre os níveis analíticos desses conceitos relativamente próximos. Insiste-se que não se pretende, nessa parte, realizar nenhum exercício de aprofundamento conceitual mais ambicioso sobre o assunto, mas apenas sugerir algumas diferenças gerais e fundamentais e, adicionalmente, concentrar-se sobre a análise dos padrões de sociabilidade, que é o conceito que diretamente interessa ao tema desse texto⁵⁵.

Regimes societários (civilizações)	Linhagens de práticas sociais	Padrões de sociabilidade	Formas de socialização
• • • Feudalismo	$(h)(fc) + c_j = ps$ $(h)(fc) + c_j = ps$	Propriedade (I) Tradição Religião	Família (I) Igrejas
Capitalismo industrial (Europa Ocidental)	$(h)(fc) + c_j = ps$ $(h)(fc) + c_j = ps$ $(h)(fc) + c_j = ps$	Propriedade (II) Racionalização Quasi-secularismo Contratualização	Família (II) Escola Vida associacional
Variedades de capitalismo (expansão global)	$(h)(fc) + c_j = ps$ $(h)(fc) + c_j = ps$	Propriedade (III) (Neo) religiosidade Racionalização adaptada Mercantilização Competição	Família (III) Educação Redes
• • •			

Figura 1. Esquema geral para relacionar escopos de efetivação de práticas sociais (derivadas de *habitus*), padrões de sociabilidade e formas de socialização, em diferentes regimes societários.

⁵⁵ Em um artigo futuro, de natureza estritamente teórica (ainda em elaboração), serão discutidos mais detalhadamente os fundamentos que embasam os conceitos citados e suas filiações teóricas, assim como o simbolismo analítico sugerido pelos ingredientes da Figura 1.

A figura apenas registra a existência de três níveis analíticos distintos, mas sugere que todos eles interferem na concretização dos comportamentos sociais. Aponta também, conforme enfatizado acima, que *habitus*, no âmbito das práticas sociais, tem maior força de entranhamento (pois pode ultrapassar os regimes societários), mas essa força é construída culturalmente, enquanto a sociabilidade – especialmente se for capitalista – afirma-se mais solidamente em um plano econômico.

Habitus se inscreve como elemento constitutivo central das linhagens das práticas sociais, conforme Bourdieu, e nesse texto apenas se menciona a conhecida relação entre os metaconceitos que são chaves em sua Sociologia da vida social. Não sendo cabível nesse texto esmiuçar o monumental edifício teórico erigido pelo sociólogo francês, afirma-se que aquele primeiro conceito tem possibilidades mais determinantes do que os demais na configuração prática dos comportamentos sociais.

É por essa razão que *habitus*, conforme esboçado na Figura 1, pode ultrapassar os regimes societários, assim se estendendo por longos períodos históricos. Se porventura vingar um futuro programa de pesquisas como o sugerido nesse texto, esse será, certamente, um dos desafios analíticos principais. Ou seja, descrever e analisar as formas empíricas de práticas sociais devidas a *habitus* em diferentes contextos rurais, mas subordinadas a uma teoria geral que, no caso da Sociologia de Bourdieu, é primordialmente uma teoria cultural do poder e, portanto, das hierarquias sociais.

Nota-se que na figura, elaborada pelos autores, os símbolos das linhagens de práticas sociais, referem-se à famosa equação sugerida pelo sociólogo francês (BOURDIEU, 1984, p. 101), na qual “h” significa *habitus*; “fc” corresponde às formas de capital; “c” significa campo; e “ps” é a abreviatura para práticas sociais.

Socialização (e suas formas), dentre os três conceitos citados, é o mais simples de ser definido e normalmente os manuais de Sociologia não hesitam sobre o tema. Historicamente, a Psicologia e a Sociologia se ocuparam do tema relativo à natureza humana e os respectivos processos pelos quais os indivíduos, desde a infância, gradualmente se percebem como membros de uma dada ordem social ou coletividade.

O termo socialização (e suas respectivas formas, ou os chamados processos de socialização) tem sido empregado para se referir ao processo de construção do sentido de pertença a uma dada comunidade, um grupo social, uma nação – em síntese, a uma ordem social estabelecida. Para alguns estudiosos, esse processo será chamado de socialização primária, conceito que tem sido usado para analisar os papéis sociais de pais, pares e instituições durante a socialização e a formação das identidades sociais. Mecanismos adicionais, encontrados nos ambientes de trabalho ou devido à participação social ou política em organizações, têm sido englobados conceitualmente sob o nome de socialização secundária.

O problema da socialização encontrou dois caminhos de estudo diferentes. O primeiro e mais

usual é tentar explicar como os indivíduos aprendem e internalizam os valores, atitudes e normas de uma dada cultura, e como irão desenvolver papéis e práticas sociais congruentes com o que é esperado sob a ordem social onde interagem. Sob esse foco, socialização é algo que acontece com os indivíduos, antes de entender que os agentes participam ativamente, também como construtores, da mesma ordem social.

O segundo foco, usualmente associado às chamadas perspectivas microssociais da Sociologia (interacionismo simbólico, etnometodologia, entre outras), procura entender os processos de socialização como derivados do desenvolvimento de um sentido de identidade e significado individual que é mediado por padrões de linguagem específicos. Essa é a tradição que rejeita a separação entre identidade social e cultura como entes dissímiles, pois seriam partes que informam e coproduzem uma à outra.

Estudos sobre a diversidade social em regiões rurais, portanto, poderão escolher algumas dessas vias analíticas, em pesquisas estritamente sociológicas, para evidenciar a relação entre processos de socialização e a formação de alguns componentes da sociabilidade capitalista. Para os propósitos iniciais desse texto, no entanto, esse não será o caminho preferencial a ser percorrido.

Por seu turno, *habitus* encontra-se em polo oposto de complexidade teórica. É que esse conceito, tornado célebre em face da sofisticada Sociologia de Bourdieu, apresenta baixo conteúdo ontológico isola-

damente, e requer, necessariamente, a teoria geral para encontrar a sua inteligibilidade conceitual.

Ou seja, embora seja um complexo conceito que inspira debates intensos entre os estudiosos dessa tradição sociológica, a compreensão analítica de *habitus*, em situações empíricas, somente será inteligível se articulada à teoria geral proposta e aos demais (meta)conceitos introduzidos pelo seu autor. Embora se apresente como manifestação que é traduzida em práticas sociais, sua origem não é apenas cultural, mas também obedece a determinações econômicas diversas. A agenda de pesquisa proposta nessa segunda parte do texto sugere, precisamente, que os estudos empíricos poderão igualmente avançar em novas compreensões sobre as práticas sociais em diversas regiões rurais e no âmbito de diferentes grupos e classes sociais. Contribuindo também para evidenciar formas concretas de *habitus* operadas nas práticas sociais que tipificam a diversidade social existente no mundo rural brasileiro.

Como um dos mais eruditos cientistas sociais, comandando uma formação multidisciplinar e sólido conhecimento em Filosofia, a criatividade teórica de Bourdieu encontra raros rivais na história do pensamento sociológico. Propôs conceitos precisos e rigorosamente fundamentados que se encaixam à perfeição sob os requerimentos analíticos que descrevem e interpretam as diferentes relações de sua teoria social. Por razões de espaço não se apresentará, mesmo sucintamente, alguns aspectos teóricos distintivos deste paradigma sociológico. O Anexo 1 oferece alguns comentários adicionais sobre a arquitetura teó-

rica desse autor e seus conceitos principais. Como se trata apenas de um esboço, ou uma síntese apenas indicativa, ainda não tem uma centralidade decisiva nos argumentos desse texto.

Como é claro, pesquisas que queiram ser fundamentadas na teoria social de Bourdieu precisarão comandar com maestria o conhecimento da obra desse autor para que a diversidade social existente em regiões rurais possa ser explicada corretamente – em especial, em relação às hierarquias sociais, pois o autor desenvolveu, primordialmente, uma teoria cultural do poder.

É conhecida apenas uma tentativa de relacionar esse modelo teórico com o debate recente sobre agricultura familiar, que é o artigo de Sauer (2008), que pretendeu explicar “a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro”. Trata-se, na realidade, de um artigo esquizofrênico que inegavelmente desconhece a teoria sociológica do autor francês. A qualificação, embora forte, não pretende ser agressiva, mas apenas indicar que o texto é segmentado em duas partes inteiramente distintas, sem correspondência lógica entre si.

Na primeira parte, o autor advoga uma absurda tese, à luz dos conceitos propostos por Bourdieu. Na segunda parte, estranhamente, desconhece por completo as suas considerações iniciais, as quais, supostamente, seriam as considerações teóricas que sustentariam seus argumentos empíricos e apenas arrola, com ligeireza surpreendente, um conjunto de jargões sobre a necessidade da reforma agrária no Brasil, citando episodicamente alguns autores.

Não se pretendendo analisar o artigo, especialmente a segunda parte, que apenas repete o discurso típico de uma Sociologia militante, a primeira seção, contudo, merece um pequeno comentário. Trata-se de exemplo emblemático da natureza desafortunada sob a qual muitas vezes se pratica a Sociologia no Brasil, pois não se evidencia o esforço necessário para garantir rigor analítico e, ainda menos, preocupa-se o autor em sustentar suas considerações à luz do formidável e brilhante modelo teórico proposto por Bourdieu.

O artigo é prenhe de erros factuais e inconsistências teóricas de diversas ordens, confundindo eventos e suas interpretações, acabando por propor uma nítida contrafação que causa alguma perplexidade, pois a motivação ideológica prevalece em todo o artigo e se pretende apenas oferecer uma tintura conceitual superficial, derivada de frases que se pretendem pomposas, entremeadas por erráticas citações de Bourdieu. Propõe, por exemplo, o absurdo de julgar que o termo agronegócio apenas representa uma nova classificação (ou nomeação) que teria sido imposta por setores modernizantes ligados às cadeias produtivas formadas no Brasil contemporâneo. Ainda mais estranhamente, defende o mesmo argumento em relação à expressão agricultura familiar, a qual seria também um esforço dos setores subalternos de se contrapor àquela que teria sido uma imposição.

Assim, ignora completamente os aspectos históricos geradores tanto do primeiro termo como da segunda expressão, na primeira metade dos anos 1990. A deliberada rejeição dos fatos da realidade propicia ao autor, reiteradamente, enveredar por fra-

ses vazias (de conteúdo analítico e histórico). Como, por exemplo, ao escrever que

[...] as estratégias de legitimação resultaram no uso corrente e dominante do termo agronegócio como um processo de modernização tecnológica excludente e de apropriação e/ou concentração da terra e da renda, associando o conceito ao modelo agropecuário dominante adotado com a implantação da Revolução Verde (SAUER, 2008, p. 30).

Preocupantemente, o artigo abusa do uso do conceito de *habitus* como se esse pudesse *per se* designar diretamente as práticas sociais e os demais conceitos de Bourdieu (e sua metateoria geral), permanecendo completamente à margem da interpretação proposta. Em síntese: um artigo completamente equivocado.

Não obstante esse exemplo desqualificador, e repercutindo o que foi apontado anteriormente, pesquisas orientadas pela Sociologia geral de Bourdieu que tenham a pretensão de descrever os processos de monetarização dos subgrupos familiares e a gradual formação de uma nova sociabilidade, com o foco mais específico em *habitus* (mas sempre analisado em suas relações com as formas de capital existentes em diversos campos das práticas sociais), encontrarão aqui um fertilíssimo veio analítico. Provavelmente, essa poderá ser a perspectiva de pesquisa mais promissora para desvendar a diversidade social dos subgrupos familiares, e se espera que futuramente possam ser realizados estudos em diferentes regiões rurais, sobretudo se existir um zelo rigoroso com as práticas acadêmicas e se as viseiras ideológicas não prevalecerem.

Mas, como se trata de complexo desafio teórico, pode também não ser a porta de entrada mais apropriada para começar a iluminar a diversidade e as hierarquias sociais existentes naquelas regiões. É provável que pelo menos o manto empírico da heterogeneidade estrutural existente nas regiões rurais possa ser vislumbrado, ainda que inicialmente, pelo recurso exclusivo ao conceito de sociabilidade capitalista e, sobretudo, por suas manifestações econômicas.

A sociabilidade capitalista pode ser analisada por meio de diversos focos analíticos, variando entre aqueles que lidam com categorias macrossociais e outros que investigarão suas manifestações em planos microssociais. Usualmente, a Economia Política e a Sociologia Econômica se dedicam mais diretamente ao primeiro nível, e a Antropologia e a Sociologia Cultural ao segundo.

Trata-se de conceito que se refere aos valores e aos determinantes dos comportamentos sociais que são específicos de um dado regime societário, como o capitalismo, por exemplo – e, portanto, traduz-se em indicadores concretos que informam o significado da ação social e descrevem uma determinada sociabilidade capitalista.

Aqueles indicadores podem ser imperativos formais, impositivos, segundo a racionalidade legal ou institucional prevalecente em uma dada ordem societária, mas também podem ser apenas coercitivos, se operados dentro de uma força simbólica ou cultural.

Dessa forma, conforme antes indicado, implicam, necessariamente, em uma estrutura moral, a

qual coage os indivíduos a se conformarem nessa ou naquela direção. O capitalismo, como sistema econômico, supõe uma série de conceitos, princípios, valores, normas e ideias gerais, e esses são mecanismos sociais que gradualmente constroem uma dada sociabilidade que é típica de uma determinada ordem societária. Quais seriam os seus contornos concretos, nas regiões rurais brasileiras?

Somente pesquisas empíricas realizadas em diferentes regiões é que poderão responder satisfatoriamente a essa pergunta-chave, para perceber as diferenças sociais e econômicas que segmentam as famílias rurais. A noção de propriedade privada, por exemplo, é fundamental em qualquer sistema societário capitalista, mas as suas manifestações práticas variam, quando comparadas a diferentes ordens sociais em diferentes países⁵⁶.

A constituição dos mercados, da mesma forma, pode variar amplamente, em distintos contextos nacionais, assim como os limites normativos e legais impostos aos agentes econômicos e às firmas em geral.

Como resultado, uma ampla agenda de pesquisas empíricas, como está sendo aqui sugerido, é que viabilizará o conhecimento necessário sobre o significado dos comportamentos sociais das famílias rurais

⁵⁶O que explica a impossibilidade objetiva de formação de cooperativas coletivizadas em assentamentos rurais – haja vista tantas tentativas realizadas nas últimas duas décadas – pois a sociabilidade capitalista, que é dominante nas regiões rurais brasileiras, tem na noção de propriedade privada um dos seus fundamentos principais. Embora a rejeição ao coletivismo, como é claro, também será o resultado de outros fatores sociais e culturais: um exemplo empírico é demonstrado na tese de Mello (2010), que dissecou a densa teia de relações de reciprocidade em um assentamento gaúcho.

do grande conjunto de estabelecimentos chamados de familiares, indicando potencialidades, provavelmente, muito variadas no tocante ao adensamento da sociabilidade capitalista.

Comumente, as manifestações dessa sociabilidade dominante são percebidas apenas em sua externalidade mais superficial, sem examinar aprofundadamente a natureza dos comportamentos sociais que lhe dão concretude. Nas palavras de um especialista em diversas agriculturas mundiais, reproduzidas abaixo, menciona-se como é identificada a aparência da sociabilidade entranhada nas camadas sociais.

A citação tipifica com perfeição os limites de uma análise que permanece principalmente no plano das manifestações exteriores e mais aparentes da sociabilidade capitalista. Assim,

Atualmente existem novas forças em operação que podem acelerar a transição no tocante ao tamanho das propriedades rurais nos países em desenvolvimento. Entre as forças mais poderosas que agem contra os pequenos produtores está a mudança na direção de mercados orientados pelos consumidores, como parte do processo de liberalização dos mercados e da globalização. O pequeno produtor está cada vez mais sendo forçado a competir em mercados que exigem muitos mais em termos de qualidade e de segurança alimentar, e isto ocorre crescentemente sob a influência de supermercados, processadores e grandes firmas exportadoras, tudo isto refletindo uma competição internacional muito mais intensa. Ao lutarem para diversificar em produtos de maior valor, os pequenos produtores cada vez mais se defrontam com os requerimentos desses mercados demandantes, tanto no mercado interno como internacionalmente. Essas mudanças

oferecem novas oportunidades e também criam sérias ameaças aos pequenos produtores (HAZELL, 2011, p. 5)

Essas novas forças seriam apenas aquelas identificadas pelo funcionamento dos mercados, em sua aparência monetária e suas características quantitativas? As relações com os mercados urbanos serão sempre uma via de apenas uma mão, sem que os produtores possam exercer algum tipo de ação, ainda que subordinada e de menor escopo, em face da grandiosidade do peso econômico dos demais atores econômicos que vão formando (e comandando) as cadeias produtivas? O acirramento da concorrência capitalista, entre os produtores e desses com os demais agentes daquelas cadeias, permitirá a sobrevivência dos produtores de menor porte? Se sim, como? Se não, quais são as características além das manifestações mais externas citadas que permitirão maior longevidade na atividade para os produtores de menor porte? O que garantiria mais chances de “persistência”: a uniformização ou a diversificação produtiva? Por fim, se existem novas oportunidades, quais seriam elas? E se, contrariamente, existem ameaças que são graves, como identificá-las? Existe a possibilidade de visualização empírica, em face da diversidade social existente em regiões rurais, de organizar sistematicamente este conjunto de informações necessário para implementar políticas públicas que respondam mais eficazmente a este “novo mundo”, agora determinado por imperativos societários gerais que orientam os comportamentos sociais, as decisões e influenciam decisivamente as escolhas dos produtores rurais familiares?

Desta forma, este é conceito que começa a ser desvendado na literatura sob prismas analíticos diferentes, mas alguns convergentes entre si. Existe um campo temático da Sociologia Econômica que se dedica exclusivamente aos mercados, constituindo uma Sociologia dos mercados (FLIGSTEIN; DAUTER, 2007). Poderá ser um promissor campo de pesquisas pois o entranhamento da sociabilidade capitalista implica na multiplicação de mercados e, assim, elucidá-los em sua natureza mais ampla e não meramente monetária será uma via analítica valiosa para explicar a natureza dos comportamentos sociais e suas potencialidades.

Mercados constituem um complexo sistema de trocas sob os quais recursos são alocados em resposta a relações mutáveis entre oferta e procura, guiadas por cálculos de preço e expectativas de ganhos, com esse intrincado arranjo social sendo garantido por leis contratuais.

Essencial à noção de mercado é a existência de uma ação social calculada e organizada, e de uma estrutura de coordenação e compromisso, conduzida sob um espírito de competição. Consequentemente, mercados não pressupõem apenas a troca, que é sua evidência mais notória, mas também cálculo, organizações complexas, competição, liberdade e autonomia das partes envolvidas, busca do autointeresse e impessoalidade (ou neutralidade) na concretização de tais noções e conceitos.

Cada vez mais a literatura reconhece a importância das reflexões originais de Weber, para quem a

regulação do mercado poderia ser constituída sob quatro possibilidades principais: tradição, convenções, imposições da lei ou, ainda, como “ação voluntária derivada de uma estrutura de interesses” (SMART, 2003, p. 85). Esse campo tópico da Sociologia se dedica a descrever e interpretar a emergência de um *ethos* de mercado, o qual vem assumindo proeminência avassaladora no período mais recente, na maior parte das nações.

Alguns elementos constituintes desse movimento econômico e sociocultural são relativamente conhecidos:

- Mercados passaram a ser considerados realidades externas objetivas sob as quais todas as atividades humanas podem ser julgadas e, como tal, constituem crescentemente a fonte primária de validação social. Em oposição, critérios fora do mercado estão condenados a serem avaliados como artificiais e distorcidos em relação à vida real.
- Condutas e comportamentos sociais fundados em critérios do mercado são considerados como os mais benéficos e vantajosos (ou seja, eficientes) do que aqueles conduzidos em alheamento aos mercados.
- Em face do afirmado, as práticas sociais, estruturas, valores e pressupostos organizacionais que operam em correspondência com a lógica dos mercados são aqueles vetores que deveriam ser emulados (ELLIOT; ATKINSON, 1999).

Outro caminho de interpretação que, em alguma medida, converge para alguns aspectos acima citados, mas tem origem em outro ângulo macrosocial da Economia Política, é aquele derivado da literatura que estuda variedades do liberalismo, que são estudos também motivados pela dominação neoliberal no período contemporâneo.

Sob essa perspectiva, a expansão da sociabilidade capitalista se traduz sob diferentes tramas societárias que organizam as sociedades, as quais se curvaram à dupla hegemonia dos tempos atuais, tornadas praticamente consensuais – a organização liberal da economia e da política e, portanto, as hegemonias da democracia representativa e da economia de mercados.

De acordo com esse amplo movimento de reestruturação das sociedades, sugere-se que a adesão de sociedades tão distintas ao padrão hegemônico que rege o mundo atual seguiu passos que podem informar também o estudo da gênese e desenvolvimento da sociabilidade capitalista em regiões rurais.

Segundo a literatura existente, aqueles processos macroeconômicos teriam percorrido uma ou mais das quatro vias principais, identificadas como:

- Coerção, que pode ser exercida por um conjunto de atores: ações governamentais, pressões de organizações internacionais e mesmo a influência de ONGs internacionais.

- Competição, mecanismo que talvez seja o principal, não apenas para difundir a ideia de organização da economia sob o ideário liberal, mas que vem sendo o principal veio de inscrição das famílias rurais a um novo padrão de sociabilidade.
- Aprendizado, que, na literatura sobre políticas governamentais, refere-se às mudanças de valores e crenças ou, ainda, à mudança na confiança sobre as crenças antes existentes, seja pela observação direta ou, então, pela apropriação de novos e convincentes conhecimentos ou níveis de informação. Basta se imaginar os efeitos de atividades de ação extensionista sólida e consistente para se perceber a importância desse mecanismo.
- Emulação, a derradeira sugestão extraída da literatura para interpretar a difusão da organização liberal nos processos econômicos.

Em contraste com as formas coercitivas de difusão, sob essa última via se prevê a adesão voluntária a novos valores, conhecimentos, atitudes e iniciativas produtivas, as quais, gradualmente, alicerçam os fundamentos de uma nova sociabilidade.

Em síntese, embora essa seja uma literatura dedicada aos grandes processos econômicos de nosso tempo, na realidade indica quais deles são responsáveis por uma nova racionalidade sedimentada em quase todos os rincões do planeta, e privilegia apenas um nível mais alto de análise. Mas seus elementos constituintes igualmente podem ser relevantes para o

nível analítico implicado na sugestão metodológica aqui apresentada (SIMMONS et al., 2008)⁵⁷.

Consoante o exposto anteriormente e sob os propósitos principais e específicos desse texto, é sugerido que o estudo da agricultura familiar e seus sub-grupos poderá ser operacionalizado de acordo com:

- A utilização somente do conceito de sociabilidade capitalista, ainda que como um exercício de pesquisa inicial.
- A centralização, também como um exercício preliminar, apenas nas suas dimensões econômicas.

Esses pressupostos fazem sentido se se aceita que a sociabilidade capitalista se expressa, como tantas vezes repetido nesse artigo, pelo adensamento das dimensões de monetarização, implicando em mercantilização da vida social, o que é o mesmo que afirmar que os mercados se multiplicam em torno (e por dentro) das famílias que experimentam o aprofundamento dessa sociabilidade, reconfigurando as práticas sociais. E, adicionalmente, aceita-se a realidade de ser primordialmente econômica a atividade agricultura.

Seria essa proposição de trabalho uma mera conjectura, sem lastro histórico? Não parece ser o caso, quando se lembra que o entranhamento financeiro da vida social, de fato, antecede o capitalismo – e por milhares de anos. O moderno campo das finanças

⁵⁷ A literatura que discute “variedades de liberalismo” obviamente tem íntimo parentesco com a literatura que se dedica ao estudo das “variedades de capitalismo”. Uma excelente síntese das diversas perspectivas existentes pode ser encontrada em Streeck (2010).

foi sendo construído, de fato, ao longo de séculos, podendo ser identificada a sua origem há, pelo menos, quatro mil anos.

Seus três princípios básicos foram sendo delineados, em diversas experiências civilizatórias, e se constituindo em pilares que ainda não sofreram alteração de seu conteúdo essencial, ainda que possam ter experimentado crescente sofisticação e diferentes revestimentos sociais e institucionais com o passar do tempo histórico. São eles: a transferência intertemporal de valor através do tempo, a habilidade de estabelecer contratos sobre resultados futuros e, finalmente, a negociabilidade das exigências entre as partes.

O primeiro pilar, em termos mais simples, diz respeito às possibilidades concretas de realizar empréstimos, o que assegura que um tomador que procura esse arranjo, mas não tem dinheiro, se veja (subitamente) com riqueza em suas mãos. Os registros antropológicos datam o primeiro empréstimo conhecido como tendo ocorrido há aproximadamente três mil anos.

O segundo princípio financeiro chave se traduz em fazer uma aposta sobre a previsão de algum evento futuro e sobre tal prognóstico estabelecer um contrato entre as partes. Assim nasceu o mercado de seguros, o qual foi tornado, praticamente, sem limites. À medida que as sociedades se estabilizaram, a produção de riqueza se ampliou e maiores garantias passaram a existir, depois viabilizando os mercados de ações e os contratos de opção de compra, entre tantos outros mecanismos financeiros de produção de valor.

Finalmente, a capacidade de estabelecer negociações com alguma proteção institucional e política foi o terceiro pilar do mundo das finanças. Uma vez constituída aquela cobertura, os contratos puderam até mesmo ser negociados com terceiras partes interessadas – por exemplo, os mercados de capitais.

Seriam características apenas das sociedades ocidentais modernas, materializadas, quem sabe, somente nos últimos 300 ou 400 anos? De fato, são processos históricos muito mais antigos:

Enquanto muitas das inovações financeiras ocorreram na Europa Ocidental, a verdadeira negociabilidade foi desenvolvida primeiramente na China e alcançou a sua mais dramática expressão no Século XI, na forma de dinheiro papel. De fato, os chineses não apenas inventaram o dinheiro papel, mas também o dinheiro sem lastro real – ou seja, dinheiro em espécie que pode ser negociado, apenas porque o governo diz que assim pode ocorrer” (GOETZMANN; ROUWENHORST, 2005, p. 7)⁵⁸.

Não obstante ser esse um foco fascinante da Sociologia Econômica, sugere-se que, preliminarmente, o objeto principal seja aquele preconizado anteriormente ao chamado terceiro corte empírico, cujas evidências possam assim se dirigir às manifestações propriamente econômicas que ocorrem nos planos microsociais.

Dessa forma, a monetarização da vida social significa, em última instância, investigar empirica-

⁵⁸Essa é publicação que oferece uma notável elucidação da gênese e desenvolvimento do “mundo das finanças”, seus capítulos iluminam, com notável rigor analítico e deslumbrante evidência histórica, os elementos principais da “monetarização do mundo” ao longo dos tempos.

mente como os processos sociais, no interior dos estabelecimentos rurais, tornaram-se comodificados, ou seja, transformaram-se em mercadorias intercambiáveis. E comodificação, como movimento mais amplo, encerra quatro dimensões fundamentais, pois os bens e serviços se tornam mercadorias quando exibem as seguintes características:

- **Objetificação:** as coisas podem ser tratadas instrumentalmente e manipuladas segundo a vontade de seu possuidor.
- **Fungibilidade:** quando as coisas são trocadas sem restrições, ou seja, sem que ocorram alterações de valor para o seu possuidor.
- **Comensurabilidade:** quando os valores das coisas podem ser estipulados como função de uma variável contínua, além de poderem ser linearmente ranqueados.
- **Equivalência:** quando essa variável contínua passa a ser objeto de hierarquização e tem um valor monetário⁵⁹.

A lição aqui extraída é simples e direta: quais expressões da vida social organizada no interior dos estabelecimentos rurais familiares evidenciam distintas dimensões desses quatro processos?

Após levantadas as evidências da dinâmica de tais processos, serão então iluminadas as etapas de

⁵⁹ A discussão aprofundada desses processos indicativos de monetarização da vida social foi pioneiramente oferecida por Margaret Radin em seu livro *Contested Commodities* (1996). Consultar a respeito, a erudita discussão desses princípios em Lukes (2007).

monetarização, as vinculações com múltiplos mercados (e sua natureza), sendo definido mais claramente o significado do que tem sido intitulado nesse texto de mercantilização da vida social.

Ante tais evidências, torna-se igualmente mais rigorosa a aferição das potencialidades existentes de aprofundamento da sociabilidade capitalista (por ser um processo que em muitos casos já foi ativado), comparados com outros contextos e situações concretas onde esses são estágios ainda embrionários.

Evidentemente, a constituição e o desenvolvimento de uma sociabilidade determinante não se devem exclusivamente à ação de mercados *per se* ou à exclusiva ação social das próprias famílias rurais.

Iniciativas governamentais também podem animar velocidades mais rápidas de formação de tais processos. Analisando, por exemplo, as características da pobreza rural no Brasil, Helfand e Del Grossi (2010) apontaram o papel crucial de programas assistenciais como o Bolsa Família para ampliar os níveis de renda, os quais, obviamente, adensam (ou, pelo menos, potencializam) a sociabilidade das famílias beneficiárias. Essas passam a frequentar, mesmo que ainda modestamente, novos mercados, novas formas de transações monetárias, além de novos padrões de consumo.

Os autores sugerem, igualmente, que as atividades agrícolas não contribuíram para a formação de parte significativa da renda das famílias rurais mais pobres, mas, provavelmente, em muitas regiões uma parte importante daquelas atividades originou-se da

participação de membros das famílias em diferentes mercados de trabalho.

São fatos que indicam que mesmo entre as famílias rurais mais pobres se observa a combinação de diferentes atividades mercantis, de produção e de trabalho, talvez incluindo, como no caso de muitas regiões do Nordeste, a participação em mercados de trabalho relativamente distantes, do ponto de vista geográfico.

Todos esses processos, sem dúvida, contribuem ainda mais para afirmar socialmente uma nova orientação que vai se tornando determinante para conformar os comportamentos sociais. Nas palavras dos autores,

Nas regiões onde cresceu a agricultura, também subiram os níveis de renda, e isto contribuiu para a redução da pobreza. No entanto, a agricultura não cresceu em todas as regiões do país. Baseando-se na decomposição da pobreza em componentes de crescimento e desigualdade, e em uma decomposição das mudanças do Gini em mudanças nas participações e concentrações de fontes de rendas, produzimos estimativas plausíveis sobre a contribuição da agricultura para a redução da pobreza entre 1995 e 2006. Segundo essas estimativas, a contribuição da agricultura para a redução da pobreza alcançou apenas aproximados 10% no Nordeste e no Sudeste. Em troca, no Centro-Oeste alcançou 25% e, no Sul, 33%. Para as áreas rurais do Brasil em seu conjunto, a agricultura explicou somente em torno de 16% da redução da pobreza rural. Para este mesmo período estimamos que as transferências – principalmente através do programa de transferência monetária condicional Bolsa Família – explicariam até 19% da redução da pobreza nas áreas rurais do Brasil. Esta proporção alcançou 10% no Sul e 30% no Nordeste. *Se estima*

que a agricultura, junto com as transferências, explicam somente em torno de 35% da redução da pobreza nas áreas rurais do Brasil. Concluímos que a expansão do programa de previdência social – tanto em termos de cobertura como no valor dos benefícios – podem ter explicado em torno de 50% da redução da pobreza rural durante este período (HELFAND; DEL GROSSI, 2010, p. 123-4, grifo nosso).

Quatro exemplos concretos talvez contribuam para a compreensão da formação, o adensamento e o entranhamento da sociabilidade capitalista, em situações históricas completamente diferentes entre si.

O primeiro deles se refere à gênese e desenvolvimento do capitalismo inglês, antes mesmo da primeira revolução industrial. Trata-se de uma impressionante comparação tornada possível por um levantamento de dados baseado em evidências assistemáticas, sob as metodologias operadas por outro lendário cientista social, o economista Angus Maddison. A Tabela 4, a seguir, sintetiza alguns desses dados, relativos à estrutura de gastos nacionais, em duas datas separadas por 350 anos de formação e expansão capitalista no país onde, provavelmente, mais se enraizaram os comportamentos sociais determinados por uma definitiva e profunda sociabilidade capitalista. É, assim, um exemplo geral e paradigmático, abarcando duas regiões nacionais do atual Reino Unido e cobrindo uma longa duração histórica.

O exame da tabela permite inferir algumas observações diretamente relacionadas à gênese capitalista e seus desdobramentos temporais, mesmo sem vinculá-las diretamente às especificidades factuais e históricas daquelas regiões. Igualmente, apreende-se

Tabela 4. Inglaterra e País de Gales. Estrutura dos gastos nacionais, 1688 e 1996 (%).

Itens de gastos	1688	1996
Alimentação, bebidas e fumo, roupas e calçados	58,5	16,1
Luz, óleo e energia	3,7	2,2
Mobiliários e equipamentos domésticos	9,3	4,0
Serviços pessoais	3,0	1,2
Subtotal	74,5	23,5
Aluguéis	4,1	10,0
Educação	1,4	5,4
Saúde	0,7	6,7
Recreação e lazer	0,9	5,7
Transportes e comunicações	0,8	10,6
Outros	1,9	11,5
Subtotal	9,8	49,9
Total do gasto privado	84,2	73,4
Gasto governamental (exceto saúde e educação)	9,0	10,9
Formação bruta de capital	6,8	15,7
Total dos gastos nacionais	100,0	100,0
Renda per capita (US\$) em valores de 1990	1.411	17.891

Fonte: Maddison (2003).

por trás dos números o entranhamento da sociabilidade capitalista, a monetarização da vida social (e, certamente, a expansão dos mercados), assim capturando a população sob uma nova ótica econômica que gradualmente se tornou imperativa.

Destaque-se, inicialmente, como aspecto mais evidente, a inversão ocorrida em mais de três séculos, entre os gastos do primeiro subtotal e os gastos do segundo subtotal, nas duas datas que estão sendo comparadas.

Em 1688, prevaleciam, em uma sociedade ainda predominantemente agrária, os gastos típicos da reprodução social, no jargão sociológico (alimentação, vestuário, energia doméstica), os quais perfaziam três quartos do total das despesas em uma sociedade então apenas embrionariamente monetarizada (com renda per capita de US\$ 1.400). Portanto, apenas esboçavam-se as determinações sociais, políticas, institucionais e, em especial, as econômicas, que posteriormente fariam corriqueira a sociabilidade capitalista.

A proporção daquelas despesas, já no final do século 20, caiu para apenas um quarto dos gastos das famílias, sugerindo, primeiramente, uma queda real dos preços dos produtos utilizados para a reprodução social, mas também a elevação da renda per capita. Indica, igualmente, um processo intenso de urbanização e a constituição de múltiplos mercados articulados à ação dos indivíduos.

Evidência que poderá ser claramente extraída do segundo subtotal relativo a 1996, o qual lista itens

que, embora podendo ser igualmente definidos como necessidades sociais, já refletem a capacidade de um sistema econômico de produzir, ao longo do tempo e continuamente, novas mercadorias tornadas necessidades e, assim, naturalizando-as como objetos de uso obrigatório para os cidadãos.

É o caso, conforme a Tabela 4, do segundo subtotal, que perfaz praticamente a metade dos gastos em 1996, incluindo despesas com aluguéis, educação, saúde, lazer, comunicações e transportes. As despesas com esse último item, por exemplo, aumentaram 13 vezes, ou seja, refletem uma sociedade que deixou completamente para trás o mundo agrário e seus relativos níveis de autoconsumo, e que se tornou presa a diferentes mercados, os quais são ofertantes incessantes de novas necessidades.

São os gastos que indicam a plena vigência de uma nova sociabilidade, que era somente uma forma de interação humana embrionária 350 anos antes, mas que se tornou vigorosa, espreada e dominante, quando examinados os dados da segunda data. Nela, os mercados se apresentaram inúmeros e diversificados, oferecendo uma quantidade crescente de mercadorias e essas últimas, em grande parte, gradualmente passaram a ser necessidades sociais e seu consumo foi naturalizado.

Como a renda média disponível para as famílias aumentou 12,6 vezes durante o período sob análise, esse processo social foi se infiltrando em diversos setores de atividades, regiões e estratos sociais da sociedade britânica. Deixando de lado outros focos

possíveis ensejados pelos números indicados, são estatísticas definitivas sobre o processo de expansão econômica e o enraizamento da sociabilidade capitalista, imersa e ativada em densos processos de monetarização da vida social e a teia de mercados correspondente.

Se as singularidades históricas forem trazidas para enriquecer e recheiar com fatos os dados apresentados, certamente os contornos sociais dessa sociabilidade se tornarão ainda mais palpáveis, e qualquer historiador ou conhecedor da história inglesa perceberá os indiscutíveis ingredientes dessa nova orientação social que lentamente se enraizou naquele país.

Enquanto o exemplo da história inglesa permite uma comparação intertemporal no mesmo espaço territorial, permitindo conclusões sobre os processos genéticos e o desenvolvimento posterior de uma nova racionalidade da ação social no âmbito desse regime societário, a Figura 2 mostra processo semelhante, porém sob outra via de comparação.

Nesse caso, um estudo recente analisou, somente durante o ano de 2005, os padrões de gastos de consumo em 144 países, o que permite indicar como níveis bastante diferenciados de renda organizam os comportamentos sociais (MUHAMMAD et al., 2011). Nele, a comparação é entre países, a variável discriminante é renda per capita e a listagem agrupou os países em ordem crescente de afluência, do mais pobre (a República Democrática do Congo) ao mais rico (os Estados Unidos).

Os autores calcularam as elasticidades (renda e preço) de diversos produtos e verificaram as decisões dos cidadãos daqueles países, em termos de opções de gastos realizados e os padrões de consumo. As elasticidades permitem medir o grau sob o qual o consumo se modifica, à medida que os preços dos produtos ou a renda se elevam, o que permite prever mudanças potenciais na demanda por diferentes produtos, objetivo daquele estudo.

Esse texto permite igualmente visualizar a associação entre uma presença mais densa dos padrões monetários na vida social e as decorrentes opções de gastos realizados pelos consumidores. Conforme se percebe na Figura 2, os itens de gastos permitem algum tipo de comparação com o caso anterior.

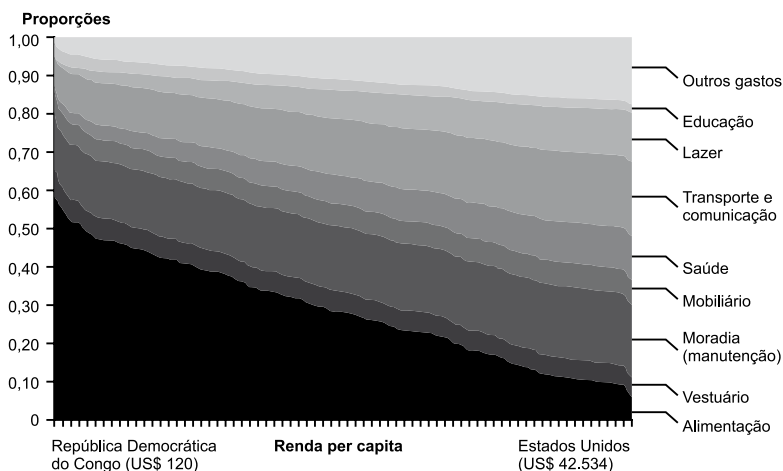


Figura 2. Distribuição de cada US\$ 1 adicional de renda, entre 144 países, de acordo com diversas categorias, 2005.

Fonte: Muhammad et al. (2011).

A figura é relativamente autoevidente à luz dos comentários anteriores, com os extremos de renda baixa, nesse caso, uma situação simbolizada pela República Democrática do Congo e, no outro extremo, o caso norte-americano.

Aqui, níveis crescentes de renda ampliarão os gastos com lazer, transportes e comunicação, saúde e “outros”, enquanto a maior queda ocorre exatamente com os gastos com alimentação (ou, genericamente, a reprodução social). São tendências que demonstram, *ceteris paribus*, os mesmos processos de transformação social antes indicados no caso inglês, com a gradual constituição de sociedades que foram se urbanizando, também instituindo mecanismos novos de formação de renda, níveis diferenciados de industrialização e igual multiplicação de novos mercados.

Esses, ainda que as políticas gerais e as tendências de formação de riqueza possam ser enviesadas pelos interesses urbanos, inevitavelmente capturam também as regiões rurais e, ao fazê-lo, igualmente monetarizarão as relações sociais nessas regiões. Desenvolve-se assim, sempre sob processos estruturalmente heterogêneos (como é próprio de processos de expansão capitalista), a formação e adensamento da sociabilidade capitalista em regimes societários específicos.

Um segundo exemplo empírico usado para indicar a formação de uma sociabilidade capitalista, analisada ainda sob um ângulo estritamente econômico, indicativo de um processo de média duração, foi

centrado no caso da agricultura norte-americana e pode ser deduzido da Tabela 5.

São números sintetizados de uma ampla pesquisa realizada na década de 1970, sob os auspícios do Departamento de Agricultura daquele país, estudo que levantou detalhadamente a estrutura de gastos dos estabelecimentos rurais, considerando-se todos os insumos utilizados pelos produtores em suas atividades.

Esses gastos, deflacionados, foram depois transformados em índices (1970 = 100) e, assim, pode-se concluir sobre as tendências de mudanças de cada item de gasto, durante um longo período de mais de quatro décadas. Período em que a agricultura norte-americana sofreu uma radical transformação modernizante, tornando-a a mais sólida manifestação da agricultura moderna em todo o mundo, conforme descrito em seção anterior.

Tabela 5. Estados Unidos. Índices de insumos totais, 1930–1974.

Ano	Insumos não adquiridos⁽¹⁾ (1970=100)	Insumos adquiridos⁽²⁾ (1970=100)
1930	178	49
1950	151	69
1974	95	105

⁽¹⁾ Inclui o trabalho do proprietário e o trabalho familiar não remunerado, os imóveis operados pelos proprietários e outros insumos

⁽²⁾ Inclui todos os insumos, exceto aqueles não adquiridos

Fonte: adaptado de Goodman et al (1990).

Não trazendo para a tabela a reprodução de todos os itens de gastos, julga-se suficiente, para os propósitos mais específicos de indicação da formação da sociabilidade capitalista, a simples comparação entre os insumos comprados e aqueles não comprados para manter a atividade agropecuária.

Isso porque as tendências evidenciadas por esses indicadores refletem a crescente monetarização das atividades e a igual presença das famílias rurais em diferentes mercados. Os números falam por si mesmos: sob um ritmo similar, enquanto desabaram os insumos não comprados durante quatro décadas de transformação da agricultura norte-americana, na mesma velocidade cresceram os insumos adquiridos pelos produtores rurais.

Qual o significado desse movimento dos gastos? Claramente, indicam o rápido processo de mercantilização sofrido pela vida social dos produtores, derivado da presença de determinantes econômicos e financeiros, apontando para uma igualmente rápida e forte imbricação com diferentes mercados.

O exame completo de outros dados dessa pesquisa permitirá, por exemplo, iluminar quais seriam aqueles mercados e sua necessidade para os produtores. Se, por exemplo, mercados de insumos foram tornados de uso obrigatório pelos produtores, em função da difusão nas propriedades da lógica da agricultura moderna.

Da mesma forma, envolvidos crescentemente em uma atividade tornada agroindustrial que exige recursos financeiros vultosos, a presença dos respon-

sáveis pelos estabelecimentos em mercados financeiros, com o tempo, tornou-se igualmente corriqueira, o que é tão eloquentemente demonstrado pelos dados de capitalização sintetizados na Tabela 1.

É por essa razão que adquire sentido lógico a observação de Friedland, em seção anterior, sobre a urbanização da agricultura, pois a sociabilidade, quando dominante, não distingue os âmbitos sociais rurais e urbanos, ambos hegemonzados por uma orientação imperativa que organiza toda a vida social.

O terceiro exemplo ilustrativo da formação de novos comportamentos sociais informados por uma sociabilidade dominante que adentra um foco micro-social se refere ao Brasil e está circunscrito a um tema tornado de maior interesse, não apenas social, mas também dos pesquisadores, nos últimos 15 anos. É exemplo retirado de situações vividas pelos assentamentos rurais derivados dos programas nacionais de reforma agrária.

Trata-se de pesquisa realizada pelo primeiro autor desse estudo (NAVARRO, 1995), durante vários anos, em um assentamento emblemático localizado na região central do Rio Grande do Sul.

Essa área foi transformada em assentamento no ano de 1989, quando 100 famílias receberam assistência, praticamente todas elas oriundas de um acampamento que havia sido formado depois da ocupação da Fazenda Anoni, em outubro de 1986.

Quando realizada a seleção das famílias que seriam assentadas, um grupo de 20 famílias foi sele-

cionado, quase todos jovens, a maioria recém-casados e todos oriundos de um mesmo município, de colonização italiana. Esse grupo, ao chegar à área, ficou junto – foi o chamado “grupo de Ibirubá”. Entre eles, existiam diversas relações de parentesco. No assentamento, uniram-se a outras 52 famílias e estabeleceram uma cooperativa coletivizada (a Coopanor), nos moldes que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) começava então a preconizar. Eram as chamadas “cooperativas de produção”, formadas após exercícios supostamente organizativos chamados de “laboratórios de campo”.

O grupo maior de cooperados era formado de agricultores mais pobres, a maioria deles casados, mais velhos e com filhos, oriundos de diferentes municípios do norte do estado, quase todos sem vínculos de parentesco entre si. No geral, eram famílias com ascendência entre as populações mais antigas que ocuparam o território gaúcho, desde as comunidades indígenas originais, negros ou descendentes dos primeiros colonos de origem portuguesa – em uma palavra, os casamentos entre esses grupos sociais constituiriam o que se chama, genericamente, de caboclos na linguagem usual das regiões rurais gaúchas.

O acompanhamento quase antropológico, realizado durante quatro anos de pesquisa no assentamento, demonstrou claramente o impacto das iniciativas realizadas em relação aos comportamentos sociais, as escolhas realizadas, os conflitos decorrentes e a crescente fragmentação da organização que foi constituída. Indicou, em especial, comportamentos extremamente dife-

renciados entre os dois grandes grupos acima indicados, sobretudo em relação às iniciativas produtivas, às tentativas de formação de novos empreendimentos internos ao assentamento e à permanente busca de novas inserções mercantis, desde as tentativas de plantio de novos produtos ao esforço de venda de produtos diretamente aos consumidores, na cidade mais próxima.

O grupo de Ibirubá, refletindo uma história social e cultural que indicaria a presença mais evidente de uma sociabilidade capitalista, mostrou-se operoso, desde os primeiros meses de chegada à nova área, para assegurar que aqueles vínculos mercantis e a potencialidade de produção de renda pudessem se concretizar. Mas encontrou a resistência das demais famílias, cujos padrões de monetarização, em suas regiões de origem, eram ainda incipientes. Lentamente, foram sendo fermentados os ingredientes de diversas etapas de um processo conflituoso, o que acabou motivando aquele grupo de jovens a deixar a cooperativa e formar outra, apenas sob o seu controle.

As diferenças culturais e comportamentais, derivadas de um óbvio abismo existente entre os grupos, em termos de uma sociabilidade com graus distintos de materialização, foram recolhidas em diferentes momentos dos levantamentos de campo, sendo apontadas no relatório final da pesquisa. Como ilustração, essas diferenças também surgiram sob expressões e termos políticos que haviam sido internalizados durante os processos de luta social anteriores, que levaram primeiramente à ocupação da Fazenda Anoni e, posteriormente, da Fazenda Ramada, onde foi formado esse assentamento.

Nos termos de duas opiniões conflitantes de dois assentados, o primeiro um agricultor caboclo e o outro uma agricultora do grupo de Ibirubá:

De um colono da Coopanor em relação aos membros do “*Grupo de Ibirubá*”: ‘A vivência deles não pegou com o nosso. O deles é um sistema burguês e o nosso é de colono [...] gostam de casinha de parquê [...] não se misturavam, nem as mulheres, nem no bar’, e *vice-versa*: ‘Tem divisão de classe entre eles e nós [...] eles querem investir tudo em alimentos [...]. Temos diferenças culturais [...] Muitos pensavam que luz é luxo [...] Temos diferenças nas roupas, posturas [...] Se pintamos as unhas, eles já acham que não queremos trabalhar (NAVARRO, 1995, p. 26).

Esse estudo pode demonstrar, quem sabe com sobrada nitidez empírica, as fronteiras entre comportamentos sociais orientados por graus diferentes de sociabilidade capitalista, igualmente informados por dimensões contrastantes de *habitus*.

Visitado o assentamento anos depois, já na primeira década do presente século, aquelas diferenças sociais e culturais típicas da diversidade social existente no processo de formação do assentamento haviam se acentuado ainda mais. A maior parte dos assentados do grupo ibirubaense havia expandido suas atividades produtivas, alguns se apropriando de lotes de outros assentados e ampliando sua área de produção. Enquanto isto, alguns colonos do outro grupo foram capazes de apreender os elementos de uma nova sociabilidade e também se consolidaram como produtores rurais voltados à integração econômica.

Mas a maioria, contudo, manteve comportamentos mais refratários aos riscos mercantis, pouco

se envolvendo em novos empreendimentos. Nesse último caso, a captura dos ambientes familiares por essa nova sociabilidade se dará apenas na passagem de uma geração para outra, pois seus sucessores já socializados sob uma nova orientação se abrirão mais facilmente para as iniciativas de desenvolvimento econômico e financeiro que os integram ao mundo da monetarização da vida social.

Por fim, um quarto exemplo que indica a disseminação de uma nova sociabilidade e suas manifestações empíricas pode ser extraído de uma curiosa reportagem de um jornal gaúcho, publicada em 10 de abril de 2008. A Figura 3 é a fotografia que ilustra o texto.

Trata-se de um fato ocorrido na cidade de Santa Maria, situada no centro do estado, onde um cidadão, envergando vestimentas tradicionais tipicamente gaúchas, e usando seu cavalo como meio de transporte, ao chegar ao centro da cidade estacionou o animal na área destinada aos veículos e, além disto, comprou o tíquete correspondente, prendendo-o à sela do animal. Não apenas submeteu-se à racionalidade da organização do espaço da cidade, mas igualmente curvou-se à necessidade de comprar o direito temporário de permanecer naquele espaço⁶⁰.

A matéria mostra emblematicamente algumas possibilidades de descrever distinções entre processos sociais formativos de *habitus*, sociabilidade e,

⁶⁰Os detalhes relativos a essa matéria jornalística podem ser consultados no endereço eletrônico disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default.jsp?uf=1&local=1§ion=Geral&newsID=a1824114.xml>>.



Foto: Lauro Alves (Zero Hora, 10 de abril de 2008)

Figura 3. Ilustração visual da interdependência real entre *habitus*, sociabilidade capitalista e formas de socialização

certamente, formas de socialização, e um episódio como esse poderia produzir um rico estudo de natureza antropológica. De um lado, o agente (na terminologia de Bourdieu) se vê forçado, pela imposição dominante da sociabilidade capitalista, a aceitar a monetarização de um espaço social para garantir que seu meio de transporte pudesse permanecer estacionado, aguardando o retorno do dono do animal.

Habitus, nesse caso, manifesta-se, sobretudo, na persistência de práticas sociais que admitem uma vestimenta e seus adereços (e suas amplas implicações simbólicas), além do cavalo utilizado como meio de transporte. São disposições sociais que remontam a tempos passados que antecederam a sociabilidade ora dominante e, embora essas evoquem um tempo passado, foram obviamente compradas, já que são

mercadorias tornadas necessidades no âmbito da sociabilidade dominante.

Provavelmente, *habitus* poderia se manifestar também na forma de linguagem, caso a matéria entrevistasse o personagem principal do texto, assim como suas visões de mundo, que poderiam estar carregando muitos valores e interpretações sociais e culturais que igualmente remontariam aos tempos de uma sociabilidade anterior.

As determinações da sociabilidade dominante, por seu ângulo econômico, manifestam-se nas formas de monetarização da vida social que são evidentes na fotografia ilustrativa da reportagem. E não apenas quando se restringem ao pagamento de um espaço público comodificado e à racionalidade econômica decorrente.

Aqui, manifestações de *habitus* estão imbricadas com a sociabilidade capitalista dominante e, se incluídas na análise, certamente iriam requerer outros mecanismos metodológicos para o seu levantamento. É também possível que formas de socialização igualmente surgissem entremeando as evidências concretas dos dois conceitos anteriores, tornando desafiador separá-las empiricamente conforme a sua origem.

Mas, um importante *caveat* deve ser ressaltado sobre essa ilustração e diz respeito ao tempo histórico das manifestações dos aspectos materiais e simbólicos de *habitus* que esse caso específico sugere.

De um lado, expressões concretas de *habitus* são, como é claro, sociais e, portanto, esse caso não

representa um fato isolado. O capital simbólico atribuído àquelas expressões tem algum valor de nomeação e distinção, podendo ser distribuído e intercambiado em um dado campo, ou campos, da interação social. Ou seja, em linguagem mais simples, não se trata de um caso anedótico, mas um padrão que tem ainda alguma densidade social e se repete em inúmeras práticas sociais – caso contrário, não se constituiriam em formas de *habitus*.

Por outro lado, essa é também uma ilustração esclarecedora porque indica formas de comportamento e facetas culturais “de um outro tempo”, representando momentos societários anteriores da história daquela região do Sul do Brasil. Ou seja, nesse caso, tais manifestações de *habitus* não mais representam, como na metáfora de Bourdieu, “a sociedade depositada no indivíduo”, orientando seu comportamento, mas a evocação de um passado que pode ser transicional e condenado ao desaparecimento.

Trata-se, como é o mais provável, de expressões sociais que vêm sendo capturadas por uma nova sociabilidade, a capitalista, e posteriormente ressignificadas, erigindo uma nova “indústria”, cujos contornos no Rio Grande do Sul são claramente evidentes, com o advento de um forte segmento musical, festivais nativistas ou feiras agropecuárias.

Esses e outros são os símbolos de uma reorganização econômica e cultural que coloniza manifestações de *habitus* do passado, reconfigura seus atributos nas formas de capital e, conseqüentemente, reestrutu-

ra as relações entre os agentes em determinados campos, especialmente o cultural.

Finalmente, concluindo essa seção, resta uma pergunta: por que se propõe essa metodologia dos três cortes empíricos como o caminho para desvendar a diversidade dos grupos sociais rurais no Brasil? Seria mesmo relevante e analiticamente promissor enveredar por essa trilha ora sugerida?

As justificativas são diversas, mas, segundo se defende nesse texto, são razoáveis porque poderão potencializar um grande avanço nas interpretações sociológicas sobre o mundo rural. Viabilizariam, por exemplo, o conhecimento mais aprofundado das diferenças tecnológicas e produtivas entre os diversos grupos sociais rurais, assim preenchendo uma lacuna de conhecimento.

Esforço de pesquisa que poderia ser igualmente ampliado para um conhecimento sobre os processos sociais rurais que agem diferenciadamente sobre aqueles mesmos grupos sociais. Ou seja, por essa iniciativa de investigação seria possível aprofundar notavelmente os níveis de informação sobre os diferentes estratos ou subgrupos do grande grupo familiar, ensejando a ultrapassagem do atual estado de imobilismo conceitual ao qual está presa a ciência social que analisa a agricultura.

Mais ainda, a sequência metodológica proposta poderá também perceber, com a riqueza do mundo empírico, as reais dinâmicas sociais que as pesquisas existentes ainda não captaram adequadamente, pois

oferecerá evidências mais completas sobre o significado da ação social em diversos e heterogêneos âmbitos da vida rural, iluminando os padrões de organização da família, as chances de reprodução social, as densidades de integração econômica e de monetarização das práticas sociais, entre diversos outros aspectos essenciais.

Esse conhecimento, recolhido empiricamente e analisado corretamente, é que permitirá, finalmente, entender a diversidade social no campo brasileiro, as hierarquias existentes e as perspectivas econômicas e de prosperidade social.

Do ponto de vista aplicado, uma ampla agenda de pesquisa sustentada na proposta desse texto viabilizará diversos resultados práticos: de uma ação extensionista fortemente renovada e tornada mais eficaz, pois constituída com informações mais fidedignas produzidas de baixo (isto é, empiricamente orientadas) à ação governamental federal, que poderia ajustar suas políticas, conformando-as à heterogeneidade estrutural existente nas regiões rurais.

Em último caso, produzido esse novo conhecimento, imagina-se que uma política nacional de desenvolvimento rural se tornará finalmente viável – não aquela informada por discursos genéricos e vazios de inteligibilidade social ou os jargões de ocasião, meramente teóricos ou ideológicos, mas uma política centrada nas necessidades sociais aferidas empiricamente. Seria política capaz de propor rumos concretos para a transformação social, a promoção da prosperidade, o reconhecimento das diferenças reais

(e, portanto, a justa ação desigual das políticas) e o objetivo último de promover mais igualdade social e bem-estar entre os habitantes das regiões rurais.

Uma ação de pesquisa ambiciosa, centrada nas sugestões acima (e que certamente poderá ser aprimorada), animaria, com mais criatividade, sem peias ideológicas e com plural abertura conceitual, novos estudos sobre o meio rural brasileiro, ou aqueles mais estritamente sociológicos (e até com objetivos de criação teórica), ou então aqueles mais aplicados, sustentados nas realidades empíricas pesquisadas.

Uma possível leitura desse texto, se feita com desconfiança ou preconceito, poderá supor que essa é uma operação de análise proposta para afirmar o capitalismo, pois desvendar as características mais essenciais e concretas da sociabilidade capitalista, nos diferentes rincões agrários do país permitirá concretizar um conjunto de ações e iniciativas, exatamente, para consolidar ainda mais aquela sociabilidade. Essa tese, contudo, não anima esse texto. Apenas se defende, conforme foi insistido desde as primeiras páginas, que se pretende tão somente incentivar uma postura analítica que, primeiramente, seja ancorada no empírico, pois essa é a exigência que os tempos reivindicam.

É preciso avançar além da maior parte das atuais interpretações, ainda ensaísticas e demasiadamente presas a esquemas teóricos limitados, senão obsoletos, os quais, muitas vezes, julgam legítimo antever resultados, antes do levantamento de dados da realidade, para não citar as evidências adicionais sobre o surpreendente arsenal de mistificações que se

pretendem teóricas e que povoam a ciência social brasileira voltada aos processos sociais rurais.

Vencer esses impasses de pesquisa é a maior motivação que fundamenta o que foi defendido nas páginas anteriores, pois incentivará um novo patamar analítico das práticas de pesquisa, sedimentando caminhos mais promissores para a produção de um conhecimento assentado nas realidades agrárias, e não em supostos desenvolvimentos teoricamente sugeridos ou ainda derivados dos desejos políticos dos pesquisadores.

Esse texto, portanto, rejeita *in limine* qualquer suposição de normatividade, pois apenas as evidências empíricas é que orientarão as interpretações sobre os rumos e processos sociais já ocorridos, ou aqueles em desenvolvimento nas regiões rurais brasileiras.

Conclusões

Após a mente humana desesperar-se de vez à procura da verdade, tudo se torna muito mais frágil, e o resultado é que isto faz os homens se voltarem às discussões e discursos amenos de fácil concordância, sob uma espécie de furta-passos em torno das coisas, ao invés de mantê-las sob um caminho rigoroso de investigação (BACON, 2000, p. 56).

Esse trabalho pretendeu oferecer uma crítica contextual e teórica à expressão agricultura familiar, atualmente sujeita a um enérgico esforço, especial-

mente político, de naturalização de sua existência no Brasil. Teve como objetivo propor um novo entendimento sobre o conjunto de estabelecimentos rurais de pequeno porte sob gestão familiar, e sugerir os contornos mais gerais de uma metodologia que informe mais corretamente aos formuladores de políticas acerca da diversidade existente no interior desse agrupamento social. Da mesma forma, a mesma metodologia poderá estimular e renovar os debates acadêmicos atuais sobre o tema e, portanto, o texto igualmente se apresentará como proponente de uma nova agenda de pesquisas.

Entende-se como tendo sido extremamente relevante, nos anos 1990 e seguintes, que uma noção demarcadora como essa fosse proposta e logo institucionalizada, pois permitiu ampliar o acesso aos fundos públicos à um número muito maior de produtores rurais e integrá-los aos circuitos produtivos.

Contudo, argumenta-se que atualmente a expressão agricultura familiar teria chegado a uma situação de saturação em suas possibilidades. Em nossos dias, a homogeneização que a expressão supõe sobre aquele grupo de estabelecimentos provavelmente estaria produzindo mais limites à ação governamental do que propriamente facilitando, iluminando os proponentes de políticas para os familiares.

O texto analisou e propôs diversas advertências e cautelas necessárias no tocante à narrativa da expressão agricultura familiar no Brasil, nos últimos 20 anos. Primeiramente, destacou a necessidade de realizar esforço de maior densidade científica para separar o que não passa de uma ação governamental

daquelas iniciativas de teorização sob os focos das Ciências Sociais, o que poderá evitar um sem-número de infelizes desencontros que vêm marcando o debate atualmente em curso. Em segundo lugar, o texto sugere que a expressão (e, especialmente, o termo que é seu parente remoto, camponato) pode ter caracterizado diversos comportamentos sociais, facetas culturais e costumes que indicaram, no passado, a existência de modos de vida específicos e geograficamente localizados. Mas, também aqui se argumenta, quando é adentrado o terreno histórico da hegemonia de uma sociabilidade capitalista, que aquelas são evidências que feneceram, substituídas por outros comportamentos sociais, sendo incontáveis as provas concretas coletadas nas regiões rurais do país.

O terceiro aspecto a ressaltar diz respeito à igual necessidade de produzir mais conhecimento sólido sobre as histórias agrárias de outros países, notadamente aqueles que aportariam marcas passíveis de comparações, ainda que apenas relativas e parciais, com o caso brasileiro. Analisados os Estados Unidos, por exemplo, percebe-se que as ações governamentais desencadeadas a partir do final do século 19, associadas às iniciativas de outros atores sociais (como as igrejas) demonstram claros objetivos políticos que poderiam ser sintetizados sob a máxima – “urbanizar o campo!”. Ou seja, metas nitidamente políticas a favor do mundo rural como um todo, sem se colocar necessariamente contra qualquer outro grupo social.

Mesmo naquele período histórico, já era uma sociedade mais homogênea (*vis-à-vis* o Brasil), o que

certamente explica esse claro objetivo norteador. Ignorada a história agrária daquele país, também se esquecerá de que ações governamentais, quase sempre, ambicionam padrões mais elevados de integração social e econômica, pois ampliam o mercado interno e potencializam a dinâmica capitalista e, mais raramente, procuram uma lógica que implica em perdedores claros (aqueles setores que precisariam ser antagonizados em sua implementação), inclusive porque existiriam riscos políticos advindos dessa lógica de ação. Ou seja, se analisados mais criteriosamente tais processos históricos, provavelmente se perceberia nitidamente a vacuidade analítica e a falsa polaridade (para não dizer quão bizarra é tal proposta) representada pela suposta antinomia tão pomposamente afirmada no Brasil, entre o grande grupo dos estabelecimentos rurais de menor porte com gestão familiar e os demais imóveis rurais, que seriam “não familiares”.

Finalmente, uma quarta cautela que precisa ser destacada informa sobre a grosseira arbitrariedade que caracteriza o conjunto de critérios que presumivelmente segmentaria o conjunto das famílias rurais, fazendo nascer um grupo familiar separado do restante dos estabelecimentos rurais. O exame de tantos autores e propostas realizado no âmbito desse estudo demonstrou cabalmente a existência dessa arbitrariedade, pois nunca assentada em uma lógica argumentativa mais ampla e, diversas vezes, ancorada em mal definidos pressupostos morais ou sugestões que são apenas aparentemente teóricas.

O caso brasileiro trouxe essa arbitrariedade à exacerbação, pois a expressão foi institucionalizada (e, ainda mais estranhamente, transformada em uma lei que cria no papel um grupo social que inexistente como tal na realidade) sobre critérios que não tem nenhuma inteligibilidade social e econômica e, menos ainda, uma justificativa teórica. Obedeceram outra ordem de motivações e, assim, forçaram a proliferação de discursos sobre a “agricultura desejável” e a “não desejável” e, contrariamente ao caso norte-americano, permitiram uma ação governamental que não é apenas “a favor”, mas é também “contra” (nesse caso, contra aqueles que não seriam familiares), o que demonstra o fundamento marcadamente ideológico dessa iniciativa e seus desdobramentos com o passar dos anos.

O texto discute inicialmente um fato que ainda não foi devidamente reconhecido em nosso país: o vácuo teórico em torno da citada expressão, pois não existe nenhuma perspectiva, nas ciências sociais, que reconheça a agricultura familiar como uma categoria ou um conceito que possa contribuir para explicar as hierarquias sociais existentes nas regiões rurais. Dessa forma, é preciso um debate mais amplo e, particularmente, desarmado sobre a natureza dos processos de segmentação social e seus desenvolvimentos no âmbito do desenvolvimento agrário brasileiro, resgatando as melhores tradições da Sociologia que estudaram as hierarquias sociais.

Posteriormente, o estudo comparou a noção de agricultura familiar nos Estados Unidos (onde, apesar de ser uma expressão corriqueira há longo tempo, não

possui nenhuma ancoragem teórica) com a definição legal atualmente adotada no Brasil. O contraste é desde logo evidente, pois enquanto naquele país a agricultura foi e é entendida como uma atividade econômica, pelo menos em sua origem, no Brasil, os critérios delimitadores são, todos eles, não econômicos.

A terceira seção procurou explicar as razões que fundamentam essa surpreendente diferença, ancorada em visões políticas, sindicais e religiosas que predominaram na origem da noção de agricultura familiar no Brasil. Evidentemente, sendo a agricultura uma atividade essencialmente econômica, e não um modo de vida, como alguns beletistas apregoam, os critérios legais vigentes vêm encontrando visíveis sinais de esgotamento.

Por fim, a parte final do trabalho propõe uma metodologia que possa investigar o conjunto dos estabelecimentos rurais sob gestão familiar e suas segmentações internas, o que iluminaria a forte diversidade existente dentro daquele conjunto, assim como oportunizaria um sem-número de possibilidades analíticas. Sugere-se uma sequência de três passos para atingir tal finalidade. O último deles é o mais complexo e demandante, pois exigirá levantamentos empíricos mais minuciosos. Mas é necessário, porque somente assim se evidenciarão as diferenças mais profundas que segmentam os subgrupos existentes no agrupamento familiar.

Essa seção final tem igualmente objetivos teóricos, mas são também evidentes as possibilidades analíticas, sejam aquelas que pretenderam esmiuçar os fundamentos de uma Sociologia cultural do poder,

assentada no brilhantismo do paradigma desenvolvido por Pierre Bourdieu ou, então, outros focos complementares.

Nesse texto está subjacente, por exemplo, ainda que com cautela, a aceitação da grande tese de Polanyi sobre o nascimento das economias modernas, as quais vêm monetarizando incessantemente a vida social e estabelecendo formas de comportamento a partir de um processo ininterrupto de mercantilização das relações, encurralando, quando não modificando inteiramente, o que aquele autor entenderia como sendo as verdadeiras relações sociais.

Estudos empíricos poderão igualmente aprofundar esse debate teórico, que modernamente tem sido também analisado por leituras mais benignas sobre os impactos da presença ubíqua do dinheiro em praticamente todas as esferas de interação humana, essa perspectiva branda, como ilustração, pode ser encontrada nos importantes trabalhos Zelizer (1994, 2005).

Mas não se pretende, com a avaliação crítica dos desenvolvimentos interpretativos em torno da expressão agricultura familiar, no Brasil, que “o bebê possa ser descartado, juntamente com a água suja”. Agricultura familiar, atualmente, é expressão que já encontrou uma forte consolidação institucional para justificar sua permanência, incentivando esforços (da produção acadêmica e das políticas governamentais) mais robustos que aperfeiçoem tanto o conhecimento da realidade social quanto a eficácia da ação do Estado.

Pretendeu-se, portanto, insistir que é preciso avançar no refinamento analítico sobre a expressão, com o intuito de aprimorar diferentes iniciativas e encaminhamentos de pesquisa, os quais, quando traduzidos em políticas públicas, possam promover mais prosperidade social e econômica nas regiões rurais brasileiras.

A ampliação do debate também pode ser urgente porque é igualmente possível que no Brasil a comunidade de cientistas sociais dedicada ao mundo rural esteja observando o limiar de uma situação de igual esgotamento analítico.

Nos Estados Unidos, nos anos 1980, multiplicaram-se os diagnósticos acerca do fim da Sociologia Rural ou, pelo menos, de sua crescente irrelevância. No caso brasileiro, ainda sem a necessária abertura analítica, mas requerendo mais pesquisa empírica e menos ideologização, é provável que estejamos observando o mesmo momento histórico de aproximação a impasses intransponíveis, enquanto forem mantidas muitas das anacrônicas narrativas teóricas ainda em voga.

Evidentemente, como notado por um dos autores analisados nesse estudo, Antônio Márcio Buainain, a maior prova de posturas que são previamente definidas por noções normativas de clara inspiração ideológica é precisamente insistir que o grande grupo de pequenos agricultores cujos estabelecimentos seguem a administração familiar são precarizados “porque querem”, como se sua situação de atraso tecnológico, baixa inserção aos mercados e relativa pobreza representassem uma opção voluntária e cons-

ciente dessas mesmas famílias, e não, como agudamente acentuou aquele autor, tal situação decorresse de um conjunto de restrições que afetam a este conjunto social.

Em síntese: se pudessem, certamente deixariam de ser “familiares”, diferenciando-se em produtores com maiores capacidades econômicas e potenciais de acumulação de riqueza. A opção pela pobreza, por certo, não faz parte, como é acaciano, dos sonhos das famílias rurais mais pobres, ainda que essa seja a encantada suposição de um grupo de cientistas sociais de extração urbana que são movidos por visões idealizadas acerca da ordem social.

Finalmente, sob a afirmação de uma ciência social mais independente, plural e crítica, os resultados de pesquisa talvez permitam a formatação de uma ação governamental mais vigorosa e assentada em dados de realidade, que possa melhor atuar a favor das majorias rurais ainda socialmente desassistidas, politicamente subordinadas e debilmente integradas à economia.

Como nos Estados Unidos, se implantadas no Brasil, não serão políticas que impedirão o esvaziamento demográfico, por ser esse uma inevitabilidade histórica em países democráticos, mas pelo menos bloquearão a ocorrência de processos migratórios derivados de fatores de expulsão e socialmente traumáticos.

Se preocupação semelhante não existir no Brasil, seu meio rural logo estará esvaziado e os pobres rurais apenas mudarão o seu local de moradia, mantendo, contudo, o seu estatuto social subalterno nas periferias urbanas.

Referências



ABEND, G. Two main problems in the sociology of morality. **Theory and Society**, Cambridge, v. 37, n. 2, p. 87-125, 2008.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

ABROMAVAY, J. E. da V. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec: Edusp, 1991.

AHEARN, M. C.; PERRY, J. E.; EL-OSTA, H. S. The economic well-being of farm operator households, 1988-1990. **Agricultural Economic Report**, Washington, DC, n. 666, 1993.

ALEXANDER, J. **Fin-de-siècle social theory: relativism, reduction and the problem of reason**. Londres, GB: Verso, 1995.

ALVES, E.; ROCHA, D. P. Ganhar tempo é possível? In: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. (Org.). **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília, DF: Ipea, p. 275-290, 2010.

ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. Pluriactividad y agricultura familiar em Brasil: el caso de Rio Grande do Sul. **Revista de la CEPAL**, Santiago, v. 93, p.157-173, 2007.

ARENDT, H. **The human condition**. São Francisco: The University of Chicago Press, 1958.

ASPERS, P. Knowledge and value in markets. **Theory and Society**, Cambridge, v. 38, n. 2, p. 111-131, 2009.

BACON, F. **The new organon**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. Originalmente publicado em 1620.

BAIARDI, A. Formas de agricultura familiar à luz dos imperativos de desenvolvimento sustentável e de inserção no

mercado internacional. In: CONGRESSO DA SOBER, 37., 1999, Foz do Iguaçu, **Anais...** Paraná: Sober, 1999.

BARROS, G. S. de C. Política agrícola no Brasil: subsídios e investimentos. In: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. (Org.). **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília, DF: Ipea, p. 237-258, 2010.

BEASLEY-MURRAY, J. Value and capital in Bourdieu and Marx. In: BROWN, N.; SZEMAN, I. (Org.). **Pierre Bourdieu: fieldwork in culture**. Lanham: Rowman and Littlefield, 2000. p. 100-119.

BECKERT, J. **The moral embeddedness of markets**. Cologne: Max Planck Institute for the Study of Sciences, 2005. (MPIfG Discussion Paper, n. 5/6).

BECKERT, J. **The social order of markets**. Cologne: Max Planck Institute for the Study of Sciences, 2007. (MPIfG Discussion paper, n.7/15).

BERNSTEIN, H. **Class dynamics of agrarian change**. Halifax: Fernwood Publishing, 2010.

BIANCHINI, V. Políticas diferenciadas para a agricultura familiar. **Conjuntura Econômica**, (Fundação Getúlio Vargas), Rio de Janeiro, v. 59, p. 53-55, 2005.

BLANC, M. Introduction: family farming in a changing world. **Sociologia Ruralis**, Assen, v. 34, n. 4, p. 279-292, 1994.

BOLLIGER, F.; OLIVEIRA, C. de. Brazilian agriculture: a changing structure. In: **CAES-WAEA Joint Annual Meeting**, Denver, 2010.

BOURDIEU, P. **Outline of a theory of practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

BOURDIEU, P. **Distinction: a social critique of judgement of taste**. Cambridge: Harvard University Press, 1984.

BOURDIEU, P. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. G. (Org.). **Handbook of theory and research for the sociology of education**. Nova York: Greenwood Press, 1986. p. 241-258.

BOURDIEU, P. **The logic of practice**. Stanford: Stanford University Press, 1990.

BOWDEN, B.; SEABROOKE, L. (Org.). **Global standards of market civilization**. Londres, GB: Routledge, 2006.

BRASIL. Lei n. 11.326 de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 jul. 2007.

BRASIL. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar Brasileira-PRONAF**. Brasília, DF, 1995. Disponível em: <portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>.

BRUNNER, E. de S. **The growth of a science: a half century of rural sociology research in the United States**. Nova York: Free Press, 1957.

BRUNO, R. **Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BUAINAIN, A. M. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate**. Brasília, DF: IICA, 2006. (Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 5).

BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. M.; SILVEIRA, J. M. Inovação tecnológica na agricultura e a agricultura familiar. In: LIMA, D. M. A.; WILKINSON, J. (Org.). **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília, DF: CNPq: Paralelo 15, 2002. p. 47-81.

BUAINAIN, A. M.; CARVALHO, S. M. P.; SALLES-FILHO, S.; BONACELLI, M. B. M.; FUCK, M. P. **Agricultura familiar e inovação tecnológica no Brasil: características, desafios e obstáculos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

BUTTEL, F.; NEWBY, H. (Org.). **The rural sociology of advanced societies**. Montclair: Allanheld, Osmun, 1980.

BUTTEL, F.; LARSON, O. F.; GILLESPIE, G. W. **The sociology of agriculture**. Nova York: Greenwood Press, 1990.

CALUS, M.; HUYLENBROECK, G. V. The persistence of family farming: a review of explanatory socio-economic and historical factors. **Journal of Comparative Family Studies**, Calgary, v. 41, n. 5, p. 639-660, 2010.

CARDOSO, F. H. A fome e a crença: sobre “Os parceiros do Rio Bonito”. In: LAFER, C. (Org.). **Esboço de figura: homenagem a Antonio Candido**. São Paulo: Duas Cidades, 1979. p. 92-93.

CARNEIRO, M. J. **Agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998.

CARNEIRO, M. J. O ideal urbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, F. C. T.; SANTOS, R.; COSTA, L. F. de C. (Org.). **Mundo rural e política: estudos interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campus, p. 95-118, 1999.

CAUME, D. J. Agricultura familiar e agronegócio: falsas antinomias. **Redes**, Santa Cruz, v.14, n.1, p. 26-44, 2009.

COLLIER, P. The politics of hunger. How illusion and greed fan the food crisis. **Foreign Affairs**, Washington, DC, v. 87, p. 67-79, 2008.

CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S; WAQUIL, P. W. Estilos de agricultura: uma perspectiva para a análise da diversidade da agricultura familiar. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 31, n. 1, p. 149-186, 2010.

COSTA, F. A. Trajetórias tecnológicas como objeto de política de conhecimento para a Amazônia: uma metodologia de delineamento. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL TRAJETÓRIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL: UMA COMPARAÇÃO ENTRE AS REGIÕES DO NORDESTE BRASILEIRO E A BAIXA CALIFÓRNIA, (MÉXICO), 29-30 out., 2008. Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 2008.

DELGADO, G. **Capital financeiro e agricultura no Brasil (1965-1985)**. São Paulo: Ícone, 1985.

DIAS, G. A dificuldade de mudar: o caso da política agrícola no Brasil. In: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília, DF: Ipea, p. 259-274, 2010.

DICKENS, C. **A tale of two cities**: sentença inicial. 1859.

DODD, N. **The sociology of money**: economics, reason and contemporary society. Nova York: Continuum, 1994.

DJURFELDT, G.. Defining and operationalizing family farming from a sociological perspective. **Sociologia Ruralis**, Assen, v. 36, n. 3, p. 340-351, 1996.

DURKHEIM, E. **Division of Labor in Society**. Nova York: The Free Press, 1993.

DURKHEIM, E. Replies to objections. In: DURKHEIM, E. **Sociology and philosophy**. New York: The Free Press, p. 63-79, 1974.

ELLIOTT, L.; ATKINSON, D. **The Age of insecurity**. Londres, GB: Verso 1999.

ELLIS, F. **Peasant economics**: farm households and agrarian development. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Iglu: Fapesp, 2007.

FLIGSTEIN, N. **The architecture of markets**: an economic sociology for the twenty-first century capitalist societies. Princeton: Princeton University Press, 2001.

FLIGSTEIN, N.; DAUTER, L. The sociology of markets. **Annual Review of Sociology**, Palo Alto, v. 33, p.105-128, 2007.

FRIEDLAND, W. H. The end of rural society and the future of Rural Sociology. Guelph (Canadá). In: REUNIÃO ANUAL DA

SOCIEDADE NORTE-AMERICANA DE SOCIOLOGIA RURAL, 34., 1981. **Anais...** Campinas: Sober, 1981.

FRIEDMANN, H. World market, State, and family farm: social bases of household production in the era of wage labor.

Comparative Studies in Society and History, Cambridge, v. 20, n. 4, p. 545-586, 1978.

FRIEDMANN, H. Family enterprises in agriculture: structural limits and political possibilities. In: COX, G.; LOWE, P.; WINTER, M. **Agriculture: people and policies**. Londres, GB: Allen & Unwin, 1986.

FOURCADE, M. Theories of markets and theories of society. **American Behavioral Scientist**, Thousand Oaks, v. 50, p. 1015-1034, 2007.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

GASQUES, J. G.; BASTOS, E. T.; BACCHI, M. R. P.; CONCEICAO, J. C. P. R. Produtividade total dos fatores e transformações da agricultura brasileira: análise dos dados dos censos agropecuários. In: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. (Org.). **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília, DF: Ipea, p. 19-44, 2010.

GASSON, R.; ERRINGTON, A. The farm as a family business. **Journal of Agricultural Economics**, Ashford, v. 39, n. 1, p. 1-41, 1993.

GERMER, C. Perspectivas das lutas sociais agrárias dos anos 90. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1984.

GERVAIS, M.; OLLIVET, M.; TAVERNIER, E. **Histoire de la France rurale: la fin de la France paysanne, de 1914 à nos jours**. Paris, FR: Seuil, 1977. v. 4

GOETZMANN, W. N.; ROUWENHORST, K. G. Financial innovations in history. In: GOETZMANN, W. N.; ROUWENHORST, K. G. (Org.). **The origins of value: the**

financial innovations that created modern capital markets.
Oxford: Oxford University Press, 2005.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. **Das lavouras às biotecnologias**: agricultura e indústria no sistema internacional. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GRAY, J. The Common agricultural policy and the re-invention of the rural in the european community. **Sociologia Ruralis**, Assen, v. 40, n. 1, p. 30-52, 2000.

GUANZIROLI, C. E.; CARDIM, S. E. de C. E. Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto. In: GUANZIROLI, C. E.; ROMEIRO, A. R.; DISABBATO, A.; BUAINAIM, A. M.; BITTENCOURT, G. A. (Org.). **Agricultura familiar e reforma agrária no Século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

GUZMÁN, E. S. A perspectiva sociológica em agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 18-28, 2002.

HALFACREE, H. H. Locality and social representation: space, discourse and alternative definitions of the rural. **Journal of Rural Studies**, New York, v. 9, n. 1, p. 23-37, 1993.

HAZELL, P. Five big questions about five hundred million small farms. In: CONFERENCE ON NEW DIRECTIONS FOR SMALLHOLDER AGRICULTURE, 2011., Roma, IT. **Anais...** Roma, IT: IFAD, 2011.

HELFAND, S.; DEL GROSSI, M. E. El boom agrícola y la pobreza rural en Brasil. In: SILVA, J. G.; GOMÉS, S.; CASTAÑED, A. R. **Boom agrícola y persistência de la pobreza rural**. Roma, IT: FAO, 2010.

HILL, B. The ‘myth’ of the family farm: defining the family farm and assessing its importance in the European Community.

Journal of Rural Studies, New York, v. 9, n. 4, p. 359-370, 1993.

HOPPE, R. A.; BANKER, D. E. **Structure and finances of U.S. farm**. Family farm report. Washington, DC: Department of Agriculture (Economic Research Service), Economic Information. 2010. (Bulletin, number 66).

JOHNSON, N.; RUTTAN, V. Why are farms so small? **World Development**, Oxford, v. 22, n. 5, p. 691-706, 1994.

KAGEYAMA, A.; BERGAMASCO, S. M. P. A estrutura de produção no campo em 1980. **Perspectivas** (São Paulo), São Paulo, v.12/13, p. 55-72, 1990.

KASIMIS, C.; PAPADOPOULOS, A. G. Family farming and capitalista development in Greek agriculture: a critical review of the literature. **Sociologia Ruralis**, Assen, v. 37, n. 2, p. 209- 227, 1997.

KIMURA, S.; ANTÓN, J. **Risk management in agriculture in Australia**. Austrália: OECD Publishing, 2011. (OECD Food, Agriculture and Fisheries Working Papers, 39 - doi: 10.1787/5kgj0d8bj3d1-en).

KONING, N. Family farms and industrial capitalism. **The Netherlands' Journal of Sociology**, Amsterdam, NL, v. 19, n.1, p. 29-46, 1983.

KRIPPNER, G. R.; ALVAREZ, A. S. Embeddedness and the intellectual projects of economic sociology. **Annual Review of Sociology**, Palo Alto, v. 33, p. 219-240.

KROEBER, A. L. **Anthropology**. Nova York: Harcourt, Brace & Company, 1948.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LOBAO, L.; MEYER, K. The great agricultural transition: crisis, change, and social consequences of twentieth century US farming. **Annual Review of Sociology**, Palo alto, v. 27, p. 103-124, 2001.

LONG, N. **Family and work in rural societies:** perspectives on non-wage labour. Londres, GB: Tavistock Publications, 1984.

LOUREIRO, M. R. **Terra, família e capital:** formação e expansão da pequena burguesia rural em São Paulo. Petrópolis: Vozes, 1987.

LOWE, P. Enacting rural sociology: or what are the creative claims of the engaged sciences? **Sociologia Ruralis**, Assen, v. 50, n. 4, p. 311-330, 2010.

LUKES, S. Pathologies of markets and states. In: DOWNES, P.; ROCK, P.; CHINKIN, C.; GEARTY, C. (Org.). **Crime, social control and human rights:** from moral panics to states of denial. Essays in Honor of Stanley Cohen. London, GB: Wilan, 2007.

MACHUM, S. The persistence of family farming in the wake of agribusiness: a New Brunswick, Canada, case study. **Journal of Comparative Family Studies**, Calgary, v. 36, n. 3, p. 377-390, 2005.

MADDISON, A. **World economy:** historical statistics. Paris, FR: OCDE, 2003. p. 14.

MANN, S.; DICKINSON, C. Obstacles to the development of capitalist agriculture. **The Journal of Peasant Studies**, London, GB, v. 5, p. 466-481, 1978.

MARSHALL, G. **Repositioning class:** social inequality in industrial societies. London, GB: Sage, 1997.

MARTINS, J. S. A igreja face à política agrária do Estado. In: PAIVA, V. (Org.). **Igreja e questão agrária.** São Paulo: Loyola, 1985. p. 110-126.

MARTINS, J. S. Situações diferenciais de classe social: operários e camponeses. In: MARTINS, J. S. **A sociedade vista do abismo:** novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 49-118.

MARTINS, J. S. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala** São Paulo: Contexto, 2008.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2008.

MICHELET, J. **O povo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. Originalmente publicado em 1846.

MORAN, W.; BLUNDEN, G.; GREENWOOD, J. The role of family farming in agrarian change. **Progress in Human Geography**, Thousand Oaks, v.17, n.1, p. 22-42, 1993.

MUHAMMAD, A.; SEALE JÚNIOR, J. L.; REGMI, A. **International evidence on food consumption patterns: an update using 2005 international comparison program data**. Washington, DC: Department of Agriculture (Economic Research Service), 2011. (Technical Bulletin 1929).

NAVARRO, Z. **Ideologia e economia: formatos organizacionais e desempenho produtivo em assentamentos rurais**: o caso do assentamento ‘Nova Ramada’ (Estado do Rio Grande do Sul). Washington, DC: Fundação Inter-Americana, 1995. Relatório de pesquisa não publicado.

NAVARRO, Z. In search of a cultural interpretation of power: the contribution of Pierre Bourdieu. **IDS Bulletin**, Brighton, v. 37, n. 6, p. 11-22, 2006.

NAVARRO, Z. A agricultura familiar no Brasil, entre a política e as transformações da vida econômica. In: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. **A agricultura brasileira: desempenho, desafios, perspectivas**. Brasília, DF: Ipea: Mapa, 2010a. p. 185-209.

NAVARRO, Z. Meio século de transformações do mundo rural brasileiro e a ação governamental. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, v. 19, p. 107-118, 2010b. Edição especial.

NEWBY, H. Rural sociology: a trend report. **Current Sociology**, Londres, GB, v. 28, n.1, p. 1-141, 1980.

NEVES, D. P. Agricultura familiar: quantos ancoradouros! In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I.; SUZUKI, J. C. (Org.). **Geografia agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 211-270.

NISBET, R. The decline and fall of social class. **Pacific Sociological Review**, California, v. 2, n.1, p. 119-129, 1959.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. p. 45-105.

OLIVEIRA, F. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. Petrópolis: Vozes, 1987. Originalmente publicado em Estudos Cebrap, n. 2, 1973.

PAKULSKI, J.; WATERS, M. **The death of class**. Londres, GB: Sage, 1997.

PAULINO, A. Y.; SCIUTTI, C.; SALES, T. **Revisão crítica da produção sociológica voltada para a agricultura**. São Paulo: Asesp: Cebrap, 1983.

PEDROSO, M. T. M. **Agricultura familiar sustentável: conceitos, experiências e lições**. 2000. Dissertação (Mestrado)-Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2000.

PETERSEN, P. Introdução. In: PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 5-15.

PLOEG, J. D. Rural sociology and the new agrarian question: a perspective from the Netherlands. **Sociologia Ruralis**, Assen, v. 33, n. 2, p. 240-260, 1993.

PLOEG, J. D. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. **A diversidade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 13-56.

PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios agroalimentares: luta por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

ROGERS, E. M. **Diffusion of innovations**. Nova York: Free Press, 1962.

SAUER, M. Fordist modernization of German agriculture and the future of family farms. **Sociologia Ruralis**, Assen, v. 30, n.3/4, p. 261-279, 1990.

SAUER, S. **Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008. (Textos para discussão, 30).

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003

SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

SCHMITT, G. Why is the agriculture of advanced western economies still organized by family farms? Will this continue to be so in the future? **European Review of Agricultural Economics**, Amsterdam, NL, v. 18, p. 443-458, 1991.

SILVA, J. G.. Políticas não agrícolas para o novo rural brasileiro. In: CONGRESSO ANUAL DA SOBER, 36., 1998, Poços de Caldas. **Anais...** Poços de Caldas: Sober, 1998.

SILVA, J. G.. Os desafios das agriculturas brasileiras. In: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. (Org.). **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília, DF: Ipea, 2010. p. 157-184.

SIMMONS, B. A.; DOBBIN, F.; GARRETT, G. (Org.). **The global diffusion of markets and democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

SMALL, L-A. The influence of 'family' on agrarian structure: revisiting the family farm debate in Bulgaria and Southern Russia. **Journal of Comparative Family Studies**, Calgary, v. 36, n. 3, p. 489-503, 2005.

SMART, B. **Economy, culture and society**. Buckingham: Open University Press, 2003.

SOMMER J. E.; ROBERT, A. H.; ROBERT, C. G;
PENELOPE, J. K. Structural and financial characteristics of US

Farms, 1995. In: ANNUAL FAMILY REPORT TO THE CONGRESS, 20th., 1998, Washington, DC: **Annals...** Washington, DC: Economic Research Service, United States Department of Agriculture, 1998.

SORJ, B. As transformações na estrutura de classes e a estrutura fundiária. In: SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p. 118-148.

SOUSA, I. S. F.; CABRAL, J. R. F. Ciência e inclusão social na agricultura. In: SOUSA, I. S. F.; CABRAL, J. R. F. **Ciência como instrumento de inclusão social**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2009. p. 21-6.

STREECK, W. E. **Pluribus Unum?**: varieties and commonalities of capitalism. Colônia (Alemanha): Max Planck Institute for the Study of Sciences, 2010. (MPIfG Discussion Paper, n. 10/12).

SWEDBERG, R. Markets in society. In: SMELSER, N.; SWEDBERG, R. (Org.). **Handbook of Economic Sociology**. Princeton: Princeton University Press, 2005. p. 233-282.

VANCLAY, F.; HOWDEN, P.; MESITI, L. GLYDE, S. The social and intellectual construction of farming styles: testing Dutch ideas in Australian agriculture. **Sociologia Ruralis**, Assen, v. 46, n. 1, p. 61-82, 2006.

VEIGA, J. E. Debates: agricultura familiar e sustentabilidade. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, DF, v. 13, n.3, p. 383-404, 1996.

XAVIER, J. H. V.; SCOPEL, E.; ZOBY, J. L. F. A experiência de desenvolvimento sustentável do Projeto Unai: pesquisa e inclusão social em assentamentos de reforma agrária. In: SOUSA, I. S. F.; CABRAL, J. R. F. (Org.). **Ciência como instrumento de inclusão social**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2009. p. 277-326.

WACQUANT, L. Habitus. In: BECKET, J.; ZAFIROVSKI, M. (Org.). **International Encyclopedia of Economic Sociology**. London, GB: Routledge, 2005.

WACQUANT, L.; BOURDIEU, P. **An invitation to reflexive sociology**. Chicago: Chicago University Press, 1992.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: Editora da UFPF, 1999.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-61, 2003.

WANG, S. L. Is U.S. agricultural productivity growth slowing? **Amber Waves**, Washington, DC, v. 8, n.3, p. 6, 2011.

WEGREN, S. K. Russian agrarian reform and rural capitalism reconsidered. **The Journal of Peasant Studies**, Londres, GB, v. 26, n. 1, p. 82-111, 1998.

WRIGHT, E. O. **Class counts: comparative studies in class analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

WRIGHT, E. O. Social class. In: Ritzer, G. (Org.). **Encyclopedia of social theory**. Londres, GB: Sage, 2003.

WRIGHT, E. O. **If class is the question: what is the answer?** Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

ZELIZER, V. **The social meaning of money: pin money, paychecks, poor relief, and other currencies**. Nova York: Basic Books, 1994.

ZELIZER, V. **The purchase of intimacy**. Princeton: Princeton University Press, 2005.

ZIMMERMAN, C. C. The family farm. **Rural Sociology**, Alburn, v. 15, n. 3, p. 211-221, 1951.

Anexo 1

Breves comentários sobre os metaconceitos principais da teoria social proposta por Pierre Bourdieu (1930-2002)

Em seu livro *Distinction* (1984), Bourdieu ofereceu a conhecida fórmula que sintetiza os principais conceitos e suas relações: **[(*habitus*)×(formas de capital)] + campo = práticas sociais.**

Habitus, o conceito central de sua teoria, evoluiu desde os primeiros estudos realizados no final dos anos 1950, na Argélia, e deriva de uma antiga noção originalmente proposta por Aristóteles. Para Bourdieu, designa a base fundacional das práticas sociais e também atende ao objetivo de evitar o impasse típico das Ciências Sociais, aquele que opõe perspectivas subjetivistas e objetivistas.

Pelo *habitus* e suas manifestações, os comportamentos sociais (“práticas sociais”, no jargão do sociólogo francês) não derivam nem da imposição de estruturas, como nas teorias estruturalistas, e nem representam o resultado de uma absoluta intenção dos indivíduos, como nas teorias puras de ação social. Bourdieu enfatizou que uma dada prática social é

[...] o produto de uma relação dialética entre uma situação e um *habitus*, entendido como um sistema de disposições duráveis e transmissíveis, integrando

todas as experiências passadas, e funciona em dado momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações, e torna possível materializar infinitas tarefas diferenciadas, graças à transferência analógica de um esquema adquirido em práticas anteriores (BOURDIEU, 1977, p. 261).

As formas de *habitus* não resultam de uma característica natural e nem individual, trata-se de uma faceta social, que varia através do tempo, lugares e distribuições de poder em campos distintos. São também transferíveis para outras esferas de práticas, o que explica sua consistência quando um espaço social (campo) específico é analisado. Contudo, não é fixo e nem permanente, podendo ser alterado sob circunstâncias diferentes ou sob um período de tempo de longa duração. Ainda mais crucial, contudo, conforme a definição de Wacquant (2005), *habitus* conduz um ingrediente de inércia embutida, pois tende a conformar práticas sociais padronizadas pelas estruturas sob as quais existem e também porque cada uma de suas partes componentes opera como um prisma através das quais as experiências sociais são filtradas e as disposições resultantes são concretizadas (por isso, a importância de formas de socialização durante a infância).

Habitus, portanto, não é uma estrutura (no sentido emprestado por Durkheim), mas um conjunto durável de disposições armazenadas e ativadas para exercer influência e moldar formas de comportamentos humanos. Pode variar de acordo com o ambiente social, porque os comportamentos instáveis produzem sistemas de disposições igualmente instáveis que geram padrões de condutas sociais irregulares e não

padronizadas. *Habitus* reforça a coesão social, mas também estimula a mudança e a inovação, especialmente quando não se ajusta a outros padrões de comportamento social em seu mundo circundante. Mas é apenas uma condição necessária, não suficiente, quando se trata de interpretar os comportamentos sociais.

Capital é a segunda parte da equação orquestrada acima, assim como seu derivativo, as formas de capital. A ideia de capital se aplica a todas as formas de “recursos com valor – e, em consequência, a todos os objetos de disputa conflituosa que sustentam as hierarquias de poder), sejam eles materiais, culturais, sociais ou simbólicos” (BOURDIEU, 1986). Para esse autor, recursos funcionam como capital quando são uma relação social de poder, porque é esse aspecto que exatamente atribui valor sobre os recursos, uma vez que os interesses são manifestados (ou disputados) pelos agentes sociais.

Também é crucial o fato de que nenhuma das formas de capital é a priori dominante – o que representa uma evidente ruptura com o paradigma marxista. De fato, ao corresponder ao conceito de capital mais próximo de riqueza do que ao capital econômico propriamente dito, sua teoria foge aqui das indicações de apropriação de excedente e de exploração social que estão embutidos, por exemplo, no conceito marxiano de capital (BEASLEY-MURRAY, 2000).

Os indivíduos mobilizam recursos para assegurar suas posições na ordem social e tais recursos se concretizam em formas de capital quando funcionam como uma relação de poder – ou, em outras palavras,

quando os recursos são objetos de lutas sociais. Por essa razão, Bourdieu propõe que existem diversas formas de capital: o econômico (dinheiro, propriedades), o cultural (bens e serviços culturais, incluindo as credenciais educacionais), o social (redes e grupos de conhecimento), e o simbólico, que se refere à legitimidade existente na relação entre os atores.

A correspondência (da essência) das formas de capital com recursos-com-valor e a rejeição de avaliar o capital econômico como superior surgem com ambivalência em diversas partes dos trabalhos de Bourdieu, mas são afinadas com a *rationale* de sua teoria geral de práticas sociais, em particular sob as condições do capitalismo avançado (contextos em que o capital cultural, por exemplo, vem adquirindo tanta proeminência).

Um dos aspectos mais importantes da teoria cultural de poder proposta por Bourdieu é precisamente enfatizar a relevância da cultura como produtora de recursos valorizados e, dessa maneira, como uma forma de capital. De acordo com o autor,

[...] uma teoria geral da economia das práticas sociais requer [dos interessados] [...] o abandono da dicotomia econômico *versus* não econômico [que deve ser substituída por] uma ciência capaz de analisar todas as práticas sociais (BOURDIEU, 1990, p. 122).

Sendo passíveis de troca, as formas de capital assumem diferentes conformações sociais e podem ser originadas em diferentes campos estruturados como uma ordem social concreta.

Como resultado, é possível localizá-las empiricamente e interpretar como o acúmulo de diferentes formas de capital cria distintas hierarquias sociais e volumes de poder. Essa fluidez no tocante à troca de formas de capital pode ser visualmente demonstrada na conhecida figura introduzida em seu livro *Distinction*, no qual Bourdieu exemplifica como agentes particulares (pessoas ou grupos de pessoas) podem comandar estoques diferenciados de capital (sob suas variadas formas), o que acarretará em proporções variadas de poder e num posicionamento decorrente no campo determinado (BOURDIEU, 1984, p. 128-120).

O terceiro conceito central é campo. Trata-se de um conceito mais recente na obra do sociólogo francês. É especialmente discutido nos seus trabalhos dos anos 1980 e parece adicionar densa complexidade à sua teoria. Um campo delimita uma estrutura sob a qual formas de *habitus* operam. Bourdieu propôs uma definição padrão de campo como

[...] uma rede, ou configuração, de relações objetivas entre posições dos agentes. Essas posições são objetivamente definidas, em sua existência e nas determinações que impõem sobre os seus ocupantes, sejam agentes ou instituições, por sua atual ou potencial situação (“situs”) na estrutura de distribuição de espécies de poder (ou capital), cujas posses comandam o acesso aos ganhos específicos em disputa no campo, assim como por suas relações objetivas com outras posições (WACQUANT; BOURDIEU, 1992, p. 97).

Campos, portanto, ostentam determinada distribuição de alguns tipos de capital e indicam as arenas de luta em torno da produção, da acumulação, da cir-

culação e a posse de bens, serviços, conhecimento, ou status, assim como espelham a competição entre os agentes para monopolizar distintos capitais. Podem ser pensados como espaços estruturados que são organizados em torno de tipos específicos de capital ou combinações de capital. Bourdieu discute vários exemplos de campos, como o intelectual, religioso, educacional, cultural, político, entre outros. Seus trabalhos, a partir de meados da década de 1980, incluíram uma série de esforços de pesquisa para desvendar diferentes campos, fundamentando-se para tanto em detalhadas investigações empíricas.

O arcabouço teórico é bem mais complexo, pois existem outros conceitos que o autor ofereceu para permitir a completa inteligibilidade de seu modelo. Não é o caso de descrevê-los aqui, por razões de espaço. Em sua discussão sobre campo, por exemplo, Bourdieu argumenta que existe um campo específico que é o mais relevante de todos, que é o campo de distribuição do poder. Esse é um recurso que está presente em todos os demais campos, mas o autor insiste que existe um campo específico de poder, usado sob dois significados, seja como um metacampo, que organiza a diferenciação social e as lutas em torno de todos os demais campos e, em segundo lugar, como representação da concretude das classes dominantes.

Desde que Bourdieu entende ser o conflito o fundamento de toda a dinâmica social (pois, seguindo Weber, “toda ação social atende a interesses”), no coração de todos os arranjos sociais existe a luta por poder – e não apenas sobre os recursos materiais, mas também pelo poder simbólico. O estudo do campo de

poder, em consequência, é crucial para iluminar a origem, o significado e os resultados da distribuição de poder e suas relações em uma dada sociedade.

Em um tempo histórico, quando a superficialidade e o pensamento acrítico dominam parte significativa da teoria social, a obra e a teoria de Pierre Bourdieu destoam fortemente dessas tendências. É arcabouço analítico que exige profundos esforços de pesquisa empírica e, para ser inteligível, é corpo teórico que não aceita dados parciais sobre a realidade e nem o uso segmentado de alguns conceitos isolados da teoria. Bourdieu não propõe uma teoria total, como era típico da Sociologia, até a década de 1970, mas uma metateoria que exige ajustamentos empíricos contínuos, até mesmo para a compreensão completa de seus conceitos centrais.

Títulos lançados



1998

Nº 1 – A pesquisa e o problema de pesquisa:
quem os determina?

Ivan Sergio Freire de Sousa

Nº 2 – Projeção da demanda regional de grãos no Brasil: 1996 a 2005

*Yoshihiko Sugai, Antonio Raphael Teixeira Filho, Rita de Cássia
Milagres Teixeira Vieira e Antonio Jorge de Oliveira,*

1999

Nº 3 – Impacto das cultivares de soja da Embrapa e rentabilidade
dos investimentos em melhoramento

*Fábio Afonso de Almeida, Clóvis Terra Wetzel e
Antonio Flávio Dias Ávila*

2000

Nº 4 – Análise e gestão de sistemas de inovação em organizações
públicas de P&D no agronegócio

Maria Lúcia D'Apice Paez

Nº 5 – Política nacional de C&T e o programa de biotecnologia
do MCT

Ronaldo Mota Sardenberg

Nº 6 – Populações indígenas e resgate de tradições agrícolas

José Pereira da Silva

2001

Nº 7 – Seleção de áreas adaptativas ao desenvolvimento agrícola,
usando-se algoritmos genéticos

Jaime Hidehiko Tsuruta, Takashi Hoshi e Yoshihiko Sugai

Nº 8 – O papel da soja com referência à oferta de alimento
e demanda global

Hideki Ozeki, Yoshihiko Sugai e Antonio Raphael Teixeira Filho

Nº 9 – Agricultura familiar: prioridade da Embrapa

Eliseu Alves

Nº 10 – Classificação e padronização de produtos, com ênfase na agropecuária: uma análise histórico-conceitual

Ivan Sergio Freire de Sousa

2002

Nº 11 – A Embrapa e a aquicultura: demandas e prioridades de pesquisa

Júlio Ferraz de Queiroz, José Nestor de Paula Lourenço e Paulo Choji Kitamura (Eds.)

Nº 12 – Adição de derivados da mandioca à farinha de trigo: algumas reflexões

Carlos Estevão Leite Cardoso e Augusto Hauber Gameiro

Nº 13 – Avaliação de impacto social de pesquisa agropecuária: a busca de uma metodologia baseada em indicadores

Levon Yeganiantz e Manoel Moacir Costa Macêdo

Nº 14 – Qualidade e certificação de produtos agropecuários

Maria Conceição Peres Young Pessoa, Aderaldo de Souza Silva e Cilas Pacheco Camargo

Nº 15 – Considerações estatísticas sobre a lei dos julgamentos categóricos

Geraldo da Silva e Souza

Nº 16 – Comércio internacional, Brasil e agronegócio

Luiz Jésus d'Ávila Magalhães

2003

Nº 17 – Funções de produção – uma abordagem estatística com o uso de modelos de encapsulamento de dados

Geraldo da Silva e Souza

Nº 18 – Benefícios e estratégias de utilização sustentável da Amazônia

Afonso Celso Candeira Valois

Nº 19 – Possibilidades de uso de genótipos modificados e seus benefícios

Afonso Celso Candeira Valois

2004

Nº 20 – Impacto de exportação do café na economia do Brasil – análise da matriz de insumo-produto

Yoshihiko Sugai, Antônio R. Teixeira Filho e Elisio Contini

Nº 21 – Breve história da estatística

José Maria Pompeu Memória

Nº 22 – A liberalização econômica da China e sua importância para as exportações do agronegócio brasileiro

Antônio Luiz Machado de Moraes

2005

Nº 23 – Projetos de implantação do desenvolvimento sustentável no Plano Plurianual 2000 a 2003 – análise de gestão e política pública em C&T

Marlene de Araújo

2006

Nº 24 – Educação, tecnologia e desenvolvimento rural – relato de um caso em construção

Elisa Guedes Duarte e Vicente G. F. Guedes

2007

Nº 25 – Qualidade do emprego e condições de vida das famílias dos empregados na agricultura brasileira no período 1992–2004

Otávio Valentim Balsadi

Nº 26 – Sistemas de gestão da qualidade no campo

Vitor Hugo de Oliveira, Janice Ribeiro Lima, Renata Tiekko Nassu, Maria do Socorro Rocha Bastos, Andréia Hansen Oster e Luzia Maria de Souza Oliveira

2008

Nº 27 – Extrativismo, biodiversidade e biopirataria na Amazônia

Alfredo Kingo Oyama Homma

Nº 28 – A construção das alegações de saúde para alimentos funcionais

André Luiz Bianco

Nº 29 – Algumas reflexões sobre a polêmica agronegócio versus agricultura familiar

Ana Lúcia E. F. Valente

Nº 30 – Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro

Sérgio Sauer

Nº 31 – O conteúdo social da tecnologia
Michelangelo Giotto Santoro Trigueiro

Nº 32 – Dimensões, riscos e desafios da atual expansão canavieira
*Tamás Szmracsányi, Pedro Ramos, Luiz Octávio Ramos Filho
e Alceu de Arruda Veiga Filho*

Nº 33 – Procedimentos de sustentabilidade no sistema
de produção de grãos
Carlos Magri Ferreira

Nº 34 – A agrobiodiversidade com enfoque agroecológico:
implicações conceituais e jurídicas
Altair Toledo Machado, Juliana Santilli e Rogério Magalhães

2009

Nº 35 – As indicações geográficas como estratégia mercadológica para
vinhos
Rogério Fabrício Glass e Antônio Maria Gomes de Castro

Nº 36 – Embrapa Brasil: análise bibliométrica dos artigos na Web of
Science (1977–2006)
Roberto de Camargo Penteadó Filho e Antonio Flavio Dias Avila

Nº 37 – Estudo das citações dos artigos da Embrapa na Web of
Science de 1977 a 2006
Roberto de Camargo Penteadó Filho e Antonio Flavio Dias Avila

2010

Nº 38 – Rumo a uma sociologia da agroenergia
Ivan Sergio Freire de Sousa

Nº 39 – Fatores de influência no preço do milho no Brasil
Carlos Eduardo Caldarelli e Mirian Rumenos Piedade Bacchi

2011

Nº 40 – Questões críticas em validação de métodos analíticos
*Elisabeth Borges Gonçalves, Ana Paula Guedes Alves
e Paula Alves Martins*

Nº 41 – Agricultura de montanha: uma prioridade latente na agenda da
pesquisa brasileira
Amazile López, Adriana Maria de Aquino e Renato Linhares de Assis

Instruções aos autores

Processo editorial: submissão de originais e informações gerais

Processo editorial

Os originais submetidos à série *Texto para Discussão* passam, a princípio, por uma avaliação vestibular na editoria. Formula-se, nessa etapa, um juízo de admissibilidade depois de conferido se o artigo atende aos requisitos formais para sua admissão no processo editorial. Posteriormente, mediante correspondência a Editoria comunica o resultado ao(s) autor(es).

No caso de admissão nessa etapa vestibular, os originais são submetidos à avaliação de editores associados (pareceristas), que, após analisarem tanto a forma quanto o conteúdo do artigo, enviam à editoria o resultado da avaliação.

De posse da avaliação dos pareceristas, a editoria elabora um comunicado síntese endereçado ao autor, ou ao primeiro autor, cientificando-lhe a decisão, que consistirá em uma das três possibilidades a seguir: **aprovação plena**; **aprovação parcial**, com recomendação de ajustes e/ou de correções; ou **rejeição**.

No caso de aprovação parcial, depois de feitos as correções e os ajustes solicitados pela editoria, o autor, ou primeiro autor, devolve-lhe o trabalho para verificação da pertinência das modificações processadas. Se aprovada, a nova versão do artigo é repassada para a revisão de textos e referências.

O artigo revisado retorna então para a editoria, que define se ela própria valida a revisão, ou se é o caso de enviá-la ao autor, ou ao primeiro autor, para que ele(s) valide(m) as alterações, as sugestões e as recomendações feitas pelos revisores. Caso a validação seja encaminhada ao(s) autor(es), este(s) deve(m) retornar a versão validada para a editoria, com as respectivas posições.

Cabe à editoria fazer uma nova verificação da versão revisada validada; manifestar-se a respeito dela, se necessário; e, posteriormente, repassar todo o material para finalização e impressão gráfica.

Orientações relativas à preparação e à apresentação dos originais

Quanto à **forma** – Independentemente do número de autores, da complexidade ou da extensão do tema em enfoque, para ser editado na série o artigo original deve ser único e inédito.

O texto deve ser digitado em Word, em papel no formato A4, com margens superior e lateral direita de 3 cm, e inferior e lateral esquerda de 2,5 cm. O espaçamento entre linhas e o de recuo de parágrafo devem ser ambos de 1,5 cm. Além disso, o artigo deve ser redigido em fonte Times New Roman, e em corpo 12; com número de páginas (numeradas sequencialmente em algarismos arábicos) limitado entre 30 e 200 (já com a inclusão de tabelas, figuras e referências).

Autores que operam programas de edição de texto diferentes do padrão Microsoft (como o BrOffice.org) devem ter o cuidado de gravar o material a ser enviado para submissão no formato documento (*.doc).

Quanto ao **estilo** – O texto deve ser escrito em linguagem técnico-científica. Não deve ter a forma de um relatório e tampouco de um artigo de opinião destinado à mídia, por exemplo.

Devem ser enviadas, à editoria, quatro cópias impressas do arquivo original, assim como o seu arquivo eletrônico gravado em CD (preferencialmente).

No arquivo eletrônico, e em uma das cópias impressas, deve constar o nome completo e demais dados que possibilitem a identificação do(s) autor(es). Nas outras três cópias impressas, no entanto, esses elementos devem ser excluídos.

Quanto à **especificação de autoria** – No rol de autores, o nome completo de cada um deles deve ser separado por vírgulas, e limitar-se a um máximo de 160 (cento e sessenta) caracteres, incluídos os espaços entre palavras. Portanto, se necessário, os próprios autores devem abreviar seu nome e sobrenome de modo a respeitar esse limite.

As nota(s) de rodapé (uma para cada autor), que deve(m) constar da primeira página do artigo, deve(m) apresentar a **qualificação dos autores**. Tal(is) nota(s) deve(m) ser vinculada(s) ao nome do(s) autor(es) e conter: formação e grau acadêmico, tipo de vínculo institucional (se for o caso), endereço postal completo e endereço eletrônico.

Na primeira nota de rodapé, vinculada ao título geral, a editoria recomenda registrar informação sobre a procedência do artigo, caso ele tenha se originado de um trabalho anterior: monografia, dissertação, tese, livre docência, pós-doutoramento, projeto de pesquisa encerrado ou em andamento, entre outros.

Quanto à **estrutura** – O artigo deve conter, ordenados, os seguintes elementos: título geral, autoria, resumo e termos para indexação, título em inglês, *abstract e index terms*, introdução, desenvolvimento (em que o conteúdo deve ser hierarquizado em subtítulos), conclusões e referências (bibliográficas, eletrônicas, pictográficas, entre outras, que contenham, exclusivamente, as fontes citadas).

As partes “desenvolvimento” e “conclusões” devem estar claramente definidas; entretanto, não precisam, necessariamente, ser assim intituladas.

Especificações importantes

Título: Deve ser claro e objetivo, sintetizar o conteúdo e ser grafado com, no máximo, 83 (oitenta e três) caracteres, incluídos os espaços entre palavras.

Resumo: Deve vir na primeira página, logo abaixo do título e da indicação de autoria, e ser grafado com, no máximo, 300 (trezentas) palavras, incluindo-se artigos, preposições e conjunções.

Deve ser redigido com frases curtas, claras e objetivas, que enfoquem o objetivo central do trabalho, os métodos empregados na pesquisa (se for o caso), além de seus resultados e conclusões. É altamente recomendável evitar, no resumo, citações bibliográficas, agradecimentos e siglas.

Termos para indexação: Logo após o resumo devem vir citados de 3 (três) a 5 (cinco) termos para indexação, que possam ser empregados, se necessário, na composição da ficha de catalogação. Deve-se evitar a seleção de palavras que já constem do título do artigo e da série, bem como do nome dos autores.

Title, abstract e index terms: Logo após a apresentação, em português, do título, do resumo e dos termos para indexação, deve vir a tradução de todos esses elementos para o idioma inglês.

Notas de rodapé: Devem ser em número reduzido e constar da mesma página de sua chamada, cuja indicação deve ser feita por número em algarismo arábico e sobrescrito. Recomenda-se que seu texto – que deve vir grafado no pé da página, sob um fio – seja de natureza substantiva (e não bibliográfica).

Citações: Tanto as diretas quanto as indiretas devem ser feitas em conformidade com normas da ABNT.

Referências: São indicações de dados completos de obras citadas ao longo do artigo, as quais devem ser elaboradas em conformidade com normas da ABNT.

Figuras: São gráficos, desenhos, mapas, fotografias, lâminas ou outras formas pictográficas usadas no trabalho, as quais devem ser produzidas em escala de cinza. Devem ser numeradas em algarismos arábicos e em ordem sequencial, trazer legenda elucidativa em que, além das especificações próprias, contenham também título, fonte e/ou, se for o caso, crédito (nome de fotógrafo, ilustrador, etc.). Nos gráficos, as designações das variáveis dos eixos X e Y devem ter iniciais maiúsculas, e devem ser seguidas das unidades entre parênteses.

Tabelas: Devem ser produzidas em escala de cinza, e, se for o caso, com diferenciação com cores; e ser numeradas em algarismos arábicos. Além disso, devem ter tanto sua chamada quanto sua inserção em ordem sequencial no texto, e conter fonte e títulos (geral e de cada coluna).

Orientações para o envio dos artigos

O documento de encaminhamento dos originais para submissão, análise e seleção na série deve ser em forma de **carta**, assinada pelo autor, ou pelo primeiro autor, na qual devem constar:

- Título do trabalho.
- Nome completo do(s) autor(es), seguido da indicação dos seguintes dados: formação e grau acadêmico, tipo de vínculo institucional (se for o caso), endereço institucional completo e endereço eletrônico.
- Concordância expressa do(s) autor(es) em relação à submissão do trabalho.
- Declaração de que o trabalho é original e de que não foi submetido à edição em outra publicação, quer seja impressa, quer seja eletrônica.

- Autorização para que, na condição de detentora dos direitos patrimoniais de artigo editado da série *Texto para Discussão*, assim como de garantidora de direitos morais de seu(s) autor(es), a Embrapa possa:
 - a) Reproduzi-lo por qualquer meio, a qualquer tempo, em qualquer suporte físico, no todo ou em parte.
 - b) Divulgá-lo e publicá-lo.
 - c) Utilizá-lo de forma onerosa ou não, sem limite de quantidade de exemplares, de impressão ou de edição.
 - d) Disponibilizá-lo na internet.
 - e) Autorizar terceiro a praticar quaisquer dos atos relacionados nos itens anteriores.

Os artigos devem ser encaminhados para o seguinte endereço:

Série Texto para Discussão

Editoria

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento (DPD)

Parque Estação Biológica (PqEB), Av. W3 Norte (final)

CEP 70770-901 Brasília, DF

Fone: (61) 3448-4451

Fax: (61) 3448-4887

textoparadiscussao@embrapa.br

Impressão e acabamento
Empresa Informação Tecnológica

O papel utilizado nesta publicação foi produzido conforme a certificação do Bureau Veritas Quality International (BVQI) de Manejo Florestal.

G
g y i k p
A s k d
V z b f
G T f
G w
M

TextO
para
DiscussãO